



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
REGINALDO OSNILDO BARBOSA

**ANÁLISE DO FORTALECIMENTO DA IMAGEM DO VILÃO MEDIANTE O
MEDO EXPRESSO NAS TECNOLOGIAS DO IMAGINÁRIO**

Tubarão
2018



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
REGINALDO OSNILDO BARBOSA

**ANÁLISE DO FORTALECIMENTO DA IMAGEM DO VILÃO MEDIANTE O
MEDO EXPRESSO NAS TECNOLOGIAS DO IMAGINÁRIO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Professora Dra. Heloisa Juncklaus Preis Moraes (Orientadora)

Tubarão

2018

Barbosa, Reginaldo Osnildo, 1986-
B21 Análise do fortalecimento da imagem do vilão mediante o
medo expresso nas tecnologias do imaginário / Reginaldo
Osnildo Barbosa ; -- 2018.
114 f. : il. color. ; 30 cm

Orientadora : Profª Dra. Heloisa Juncklaus Preis Moraes.
Dissertação (mestrado)–Universidade do Sul de Santa
Catarina, Tubarão, 2018.
Inclui bibliografias.

1. Imaginário. 2. Medo. 3. Crime e imprensa. 4. Análise do
discurso. I. Moraes, Heloisa Juncklaus Preis. II. Universidade do
Sul de Santa Catarina – Mestrado em Ciências da Linguagem. III.
Título.

CDD (21. ed.) 153.3

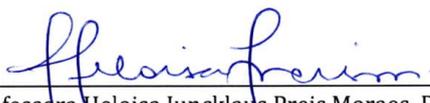
Ficha catalográfica elaborada por Francielli Lourenço CRB 14/1435

REGINALDO OSNILDO BARBOSA

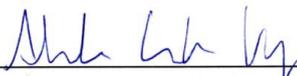
**Análise do fortalecimento da imagem do vilão mediante o medo expresso nas
tecnologias do imaginário**

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 13 de abril de 2018.



Professora Heloisa Juncklaus Preis Moraes, Doutora
Universidade do Sul de Santa Catarina



Professor Alexandre Linck Vargas, Doutor
Universidade do Sul de Santa Catarina



Professora Marília Köenig, Doutora
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Dedico esta pesquisa aos meus falecidos pais, Terezinha Lopes e Osnildo Barbosa, e àqueles que acreditaram em mim, em especial à minha esposa Rosicléia Duarte de Moraes e minha enteada Adrielly Moraes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sem o qual esta pesquisa não seria possível.

Agradeço a orientadora Heloisa pelo carinho e atenção redobrados.

Ao repórter do *Diário Catarinense*, Diogo Vargas, pelo conteúdo da série de reportagens que utilizei na análise.

Aos que me auxiliaram nas pequenas coisas do dia a dia, durante este trajeto.

A Deus seja Ele quem for.

“Na origem de tudo, o Medo” (BARTHES, 1988, p. 350).

RESUMO

Esta dissertação propõe analisar o fortalecimento da imagem do vilão mediante o medo expresso nas tecnologias do imaginário. Para isso, enfatiza o jornalismo impresso como uma destas tecnologias e delimita a mitocrítica durandiana (1998) como suporte metodológico para a análise dos títulos da série de reportagens *A máfia das cadeias*, veiculada no *Diário Catarinense* entre 12 e 17 de abril de 2013, objeto escolhido. Traz-se as técnicas jornalísticas para a compreensão do imaginário do jornalismo, o fortalecimento da imagem do vilão exemplificado pela lenda do fora da lei Robin Hood e a imagem do criminoso forjada pela expressão *A Máfia das cadeias*. Para contextualizar a perspectiva da antropologia do imaginário, proposta por Durand (2012), que aponta o trajeto antropológico e a angústia existencial do homem, recortam-se alguns conceitos de medo. Por fim, é feita a aproximação do mito diretor – do caos aos cosmos –, com apontamentos da mitocrítica aplicada ao objeto. De maneira específica, esta dissertação atenta para a utilização da expressão do medo na sensibilização do fazer jornalístico, de modo a contribuir para o entendimento do fortalecimento da imagem do vilão nas tecnologias do imaginário, identificando o mito do caos como sendo o mito diretor por trás da referida série de reportagens, quiçá do próprio jornalismo.

Palavras-chave: Medo. Tecnologias do imaginário. Vilão.

ABSTRACT

This dissertation proposes to analyze the strengthening of the image of the villain through the expressed fear in the technologies of the imaginary. Parameter, emphasizes printed journalism as a technology and delimitation of Durandian mitochristic (1998) as a methodological support for the analysis of titles in the series of reports *The Mafia of the chains*, published in the *Diário Catarinense* between April 12 and 17, 2013, chosen object. It brings journalistic techniques for understanding the imaginary of journalism, strengthening the image of the villain exemplified by the legend of the outlaw Robin Hood and an image of the criminal forged by the expression *The Mafia of the chains*. To contextualize a perspective of the anthropology of the imaginary, proposed by Durand (2012), which points out the anthropological path and an existential anguish of man, some concepts of fear are cut out. Finally, an approximation of the director myth is made - from chaos to the cosmos - with notes of the mitochristic applied to the object. Specifically, this dissertation focuses on the use of the expression of fear in the sensitization of journalistic work, in order to contribute to understanding the image of the villain in the technologies of the imaginary, identifying the myth of chaos as the leading myth behind of the reporting area, rather than journalism itself.

Keywords: Fear. Technologies of the imaginary. Villain.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração - 1 - Recorte da edição n° 9.852, título: Título da primeira capa.....	73
Ilustração - 2 - Recorte da edição n° 9.853, título: Título da segunda capa.	78
Ilustração - 3 - Recorte da edição n° 9.854, título: Título da terceira capa.	80
Ilustração - 4 - Recorte da edição n° 9.855, título: Título da quarta capa.	82
Ilustração - 5 - Recorte da edição n° 9.856, título: Título da quinta capa.	85
Ilustração - 6 - Recorte da edição n° 9.857, título: Título da sexta capa.	87

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	TECNOLOGIAS DO IMAGINÁRIO E A TÉCNICA JORNALÍSTICA	17
2.1	IMAGINÁRIO NO JORNALISMO E O FORTALECIMENTO DE UMA IMAGEM .	18
2.2	MOVIMENTOS DE UMA TECNOLOGIA DO IMAGINÁRIO.....	24
2.3	SOBRE O FORTALECIMENTO DO VILÃO NO IMAGINÁRIO.....	30
2.3.1	Robin Hood e o fortalecimento da imagem do vilão	40
2.3.2	O fortalecimento da imagem do criminoso	46
3	O MEDO COMO CATALISADOR DO IMAGINÁRIO	55
3.1	SOBRE O MEDO EXPRESSO (E MATERIALIZADO) NO IMAGINÁRIO	59
4	DO CAOS AO COSMOS: QUANDO UM MITO ORGANIZA O SOCIAL.....	65
4.1	MITOCRÍTICA APLICADA AO OBJETO	71
4.1.1	Título de capa da edição no 9.852: <i>A máfia das cadeias</i>	73
4.1.2	Título de capa da edição no 9.853: <i>A máfia das cadeias: o décimo do crime</i>	77
4.1.3	Título de capa da edição no 9.854: <i>Doutores do crime</i>	80
4.1.4	Título de capa da edição no 9.855: <i>A máfia das cadeias: os sócios do crime</i>	82
4.1.5	Título de capa da edição no 9.856: <i>A máfia das cadeias: Presos por atentados em SC mais perto da liberdade</i>	85
4.1.6	Título de capa da edição no 9.857: <i>A máfia das cadeias: Suspeitos por onda de atentados seguem na prisão</i>	86
4.2	APROXIMANDO O MITO QUE SE APRESENTA NO OBJETO.....	87
5	CONSIDERAÇÕES SOBRE AS APROXIMAÇÕES FEITAS.....	91
	REFERÊNCIAS	96
	APÊNDICE – Motivações para a escolha do objeto.....	109
	ANEXOS	111
	ANEXO A – EDIÇÃO Nº 9.852.....	111
	ANEXO B – EDIÇÃO Nº 9.853	112
	ANEXO C – EDIÇÃO Nº 9.854.....	113
	ANEXO D – EDIÇÃO Nº 9.855.....	114
	ANEXO E – EDIÇÃO Nº 9.856	115
	ANEXO F – EDIÇÃO Nº 9.857	116

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa feita na monografia de conclusão do curso de jornalismo (OSNILDO, 2015) sobre as capas da série de reportagens *A máfia das cadeias* relatara a (des) construção do estereótipo do presidiário nas reportagens que ‘revelaram’ os autores por trás dos acontecimentos que aterrorizaram a sociedade catarinense no final de 2012 e início de 2013, quando tiros desferidos contra postos policiais, ônibus queimados e outros incidentes levaram medo para dezenas de cidades no estado de Santa Catarina. A referida série de reportagens foi veiculada no jornal *Diário Catarinense*. O autor (2015) destaca que a confecção da reportagem se baseou no inquérito policial que indiciou quase cem suspeitos por pertencerem ao Primeiro Grupo Catarinense (PGC), organização criminosa que assumiu os ataques.

Os autores da série de reportagens, Vargas e Pereira (2013h), apontaram que após a inauguração da Penitenciária de Segurança Máxima de São Pedro de Alcântara (SPA), em Santa Catarina, no ano de 2003; mesmo com problemas de infraestrutura, como a carência de funcionários e falta de água, para lá foram transferidos os presos considerados mais perigosos do Estado.

A situação serviu para embasar o discurso do PGC. Os criminosos também se valiam da falta do básico na cadeia, como escova e pasta de dente, sabonete e toalha. A combinação permitiu que a facção, que lançou os primeiros embriões em 2001, na Penitenciária de Florianópolis, tomasse conta da maior unidade prisional catarinense (VARGAS e PEREIRA, 2013h).

Desde então, segundo Vargas e Pereira (2013e), eles aliciam os reclusos do sistema carcerário catarinense, e os jovens e adolescentes de comunidades carentes. Os autores (2013e) complementam que aceitar o que o PGC oferece é um caminho quase sem volta, “[...] o jovem vai ter que pagar dízimos mensais enquanto viver, acatar ordens da facção e entregar parte do que ganhar com a venda de drogas e assaltos para os chefes. Será escravo do crime” (VARGAS e PEREIRA, 2013e). Crime este que faz vítimas. Bastos (2013) menciona que a esposa do então diretor da Penitenciária de São Pedro de Alcântara, Deise Alves, foi morta por engano no lugar do marido. “O alvo seria o diretor, que estava fazendo um curso em Brasília. Deise voltava da aula e teve o carro inicialmente atingido por um tiro, que atravessou o vidro traseiro quando ela estacionava na garagem de casa” (BASTOS, 2013). O homicídio aconteceu em outubro de 2012.

Em novembro do mesmo ano, a violência se espalhou pelo estado. Segundo o portal de notícias G1 SC (2013), as ações criminosas que estavam relacionadas aos maus-tratos em presídios do estado resultaram em 58 atentados em 16 municípios catarinenses. O portal G1 SC (2013) ainda aponta que a segunda onda de atentados em Santa Catarina começou na noite de 30 de janeiro de 2013, no Vale do Itajaí, com a confirmação de 114 ataques até 3 de março. Por todo o mês de fevereiro de 2013, disseminando o medo por via de transportes públicos incendiados, tiros desferidos contra delegacias e toque de recolher, a segunda onda de ataques atinge todas as regiões de Santa Catarina.

É com este cenário construído que, a partir da veiculação da série de reportagens, *A máfia das cadeias*, entre os dias 12 e 17 de abril de 2013, a população catarinense toma parte da versão midiática dos acontecimentos, informações que apontavam de onde vinham as ordens dos ataques e quem eram as pessoas que estavam por trás de tudo que estava acontecendo ao Estado¹.

Sobre o impresso em recorte nesta dissertação pode-se adiantar que ele está há três décadas presente no cotidiano da população catarinense, tendo publicado a primeira edição em maio de 1986, conforme consta no site do Grupo RBS (2018), tendo sido vendido em 2016 para a NSC Comunicação. Diante deste resgate que permite localizar o veículo em um espaço e tempo determinado, e tendo em vista que a moeda na indústria de comunicação de massa é a venda da informação, destaca-se a afirmativa de Silva (2010, p. 250): “as matérias noticiosas são carregadas de imaginários”, que por sua vez geram identificação com a imagem que é fortalecida, angústia diante dos acontecimentos, alegria perante as conquistas coletivas; mas também disseminam o medo já existente, levando a uma interpretação comum entre os consumidores. Barbosa (2015, p. 107) salienta que: “enquanto instituição, o jornal faz circular na sociedade sentidos naturalizados a partir da imagem (validada) que projeta na sociedade, como se estivesse propenso a exercer a função de informar, relatar a ‘verdade’”.

Ao analisar os jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, Spanenberg (2004, p. 120) identificou “orientadores que influenciam o sentido de percepção do leitor em relação ao contexto que o cerca (espaço e tempo)”, sendo possível encontrar, pelas personagens, o perfil do leitor no texto. “Partindo dessa observação, deve-se considerar que o conteúdo, ou a temática, do texto será um fator influente na decisão de leitura, porque

¹ Cabe aqui o registro de que, infelizmente, após a veiculação da série de reportagens outras situações semelhantes aconteceram. Como aponta uma retrospectiva do *Diário Catarinense* (2017), já são cinco as ondas de atentados no estado desde 2012.

são necessários uma identificação e um interesse mínimo para que o leitor se disponha a lê-la por inteiro” (SPANNENBERG, 2004, p. 156). Com a indústria da comunicação este fortalecimento se dá de forma mais abrangente, alcançando os lares e as consciências que habitam esses lares. Ao se aproximar esta constatação do objeto de pesquisa, entende-se que, apesar de o formato digital do jornal ultrapassar as fronteiras geográficas, o limite de alcance do periódico é o próprio estado de Santa Catarina, onde o jornal é veiculado. Criando neste público um interesse mínimo, pela comunidade que o público integra, a série de reportagens estava destinada aos catarinenses.

Tendo feita esta observação, enfatiza-se que são três as premissas básicas que orientam esta dissertação: o medo é apresentado como coletividade – mesmo sendo individualidade que preenche o social –, e a forma como foi expresso estava diretamente ligada aos acontecimentos que culminaram na construção da narrativa; a tecnologia do imaginário que este projeto enfatiza é o jornalismo impresso, que nesse caso delimita o social ao âmbito estadual, estabelecendo uma comunidade específica em um espaço e tempo restrito; e a imagem que identifica o vilão não pode ser afastada da imagem que identifica o herói, elas se complementam.

A aceitação do jornalismo, por parte da população, segundo Barros (2001, p. 23), “[...] deve ser porque considera o imaginário, mesmo sem que o fato seja proposital ou consciente. No entanto, sabe-se também que, se sairmos à cata das imagens integrantes deste Imaginário, encontraremos, com abundância e facilidade, estereótipos”. Na pesquisa da monografia, a delimitação teórica priorizou o estereótipo presente nos enunciados, compreendendo as construções e desconstruções linguísticas que perpassaram dialogicamente das capas da série de reportagens para o consumidor final, reiterando um pensamento já presente no cotidiano do leitor. Este movimento de objetivação da notícia, tornando-a consumível, cria a aceitação de determinadas imagens, propaga a voz de determinadas fontes e faz com que uma ideia comum seja entendida como verdade. Nessa mesma linha de raciocínio, Barros (2001) toma o jornal como potencial de imagens e mitos.

Agora, nesta jornada antropológica da imagem do vilão, esta dissertação buscará o mito diretor que fundamenta também o estereótipo, mas principalmente, ao analisar como a imagem do vilão é fortalecida, tenciona aprofundar os conhecimentos do imaginário e do fazer jornalísticos, imbricando-os. Sendo assim, partindo do objeto já estudado (OSNILDO, 2015), e indo para além da (des) construção de estereótipos, analisar o fortalecimento da imagem do vilão mediante o medo expresso nas tecnologias do imaginário é a proposta assumida pela pesquisa que aqui se apresenta como dissertação. Para tal, entende-se que a

imagem criada para identificar o vilão também identifica o herói, ambas são antíteses que se completam, são conceituações codependentes na própria constituição que as definem. Pois, diante da imagem (des) construída do vilão, tem-se o medo individual preenchendo o social e as tecnologias amplificando a presença desse medo no imaginário, conseqüentemente, um chamado para que o herói se apresente.

Frente a essa percepção, este estudo enfatiza, delimita e recorta o jornalismo impresso como espaço de análise, no que tange às tecnologias do imaginário, e tende a apresentar conceitos de jornalismo conforme a necessidade de entendimento para a análise mitocrítica durandiana (1998) a ser realizada nos títulos da série de reportagens *A máfia das cadeias*, veiculada no Diário Catarinense entre 12 e 17 de abril de 2013, objeto escolhido:

- a) título de capa da edição nº 9.852: *A máfia das cadeias*;
- b) título de capa da edição nº 9.853: *A máfia das cadeias: o décimo do crime*;
- c) título de capa da edição nº 9.854: *Doutores do crime*;
- d) título de capa da edição nº 9.855: *A máfia das cadeias: os sócios do crime*;
- e) título de capa da edição nº 9.856: *A máfia das cadeias: Presos por atentados em SC mais perto da liberdade*;
- f) título de capa da edição nº 9.857: *A máfia das cadeias: Suspeitos por onda de atentados seguem na prisão*.

Compreender como se dá o fortalecimento da imagem do vilão por intermédio do medo que é expresso nas tecnologias do imaginário, neste recorte representada no jornalismo impresso, é o objetivo principal desta pesquisa. Em correlação com a teoria do imaginário (DURAND, 2012), os objetivos específicos figuram em torno da possibilidade de aprofundamento do fazer jornalístico, contribuindo para melhor compreensão das técnicas que catalisam o imaginário social; atentar para a utilização da expressão do medo na sensibilização do fazer jornalístico; contribuir para o entendimento do fortalecimento da imagem do vilão nas tecnologias do imaginário; e, identificar o mito diretor da referida série de reportagens, quiçá do próprio jornalismo. As proposições aqui delineadas são mais um desafio do que propriamente uma certeza, mas por si só, a relevância deste projeto reside no assunto abordado. Assunto esse que engloba três temáticas que necessitam de mais estudos: a imagem do vilão, o medo no imaginário e as tecnologias do imaginário.

Para tanto, este projeto está estruturado em quatro capítulos, conforme abaixo descritos. E, por fim, apresentam-se as referências e os anexos.

- a. No Capítulo 1, a introdução, onde se apresentam problema, justificativa e os objetivos.

b. No Capítulo 2, a fundamentação teórica aborda aspectos das técnicas jornalísticas, conceitua imaginário, traz perspectivas das tecnologias do imaginário, delinea o fortalecimento da imagem do vilão, apresenta uma análise sobre o fortalecimento da imagem do vilão na lenda do fora da lei Robin Hood e o fortalecimento da imagem do criminoso no que é expresso por *A máfia das cadeias*.

c. No Capítulo 3, acentua-se a presença do medo no imaginário e a utilização dele como catalisador social, tanto como expressão quanto materialização.

d. No Capítulo 4, apresenta-se o conceito de caos e cosmos, com argumentações sobre como o arquétipo do caos organiza o social, apresenta-se a mitodologia durandiana e aplica-se a mitocrítica ao objeto, efetuando-se a análise dos títulos.

e. No capítulo 5, expõem-se as considerações sobre as aproximações feitas, apontando e delimitando o mito diretor que fortalece a imagem do vilão na série de reportagens. Na esteira, seguem as referências e os anexos.

Encerra-se a introdução desta dissertação com um chamado à leitura. Um chamado que fará do leitor o herói desta jornada, um herói que busca pelo conhecimento, pelo desafio, pelo caminho que leva ao entendimento. Um desafio que nas páginas seguintes percorre o conceito jornalístico, o medo e a imagem do vilão. Façamos parte desta mesma comunidade, a comunidade que busca compreender como se dá o fortalecimento da imagem do vilão.

Nesta jornada, que percorreremos juntos, encontraremos as reflexões que permitirão a aproximação de tal imagem a um mito tão inconstante em sua consistência: o mito do caos.

2 TECNOLOGIAS DO IMAGINÁRIO E A TÉCNICA JORNALÍSTICA

O animal que vive no homem, de acordo com Durand (2012), o leva a meditar sobre o tempo em um polêmico desejo de eternidade. Desejo que o conduz à criação de imagens que permitam a compreensão do mundo. Essas compreensões/construções, por sua vez, alinham-se em um repositório dinâmico que o autor (2012, p. 18) defende como sendo “o conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do *homo sapiens* – aparece-nos como o grande denominador fundamental onde se vêm encontrar todas as criações do pensamento humano”, o que chama de imaginário. Sobre a criação destas imagens, Pitta (2005, p.15) delimita que “o Imaginário pode ser considerado a essência do espírito à medida que o ato de criação é o impulso oriundo do ser completo, é a raiz de tudo aquilo que para o homem existe”.

Na compreensão de Durand (2012, p. 52), ele aponta o trajeto antropológico da imagem em uma estrutura que potencializa a percepção/relação deste no social, como uma troca incessante entre as pulsões subjetivas e as intimações objetivas, “[...] um acordo entre as pulsões reflexas do sujeito e o seu meio que enraíza de maneira tão imperativa as grandes imagens na representação e as carrega de uma felicidade suficiente para perpetuá-las”. Neste movimento constante, reversível, mutável, do interior para o exterior e do exterior para o interior, fundamenta-se a investigação antropológica do imaginário durandiano (2012). Para Pitta (2005), tendo em vista os estudos de Durand, os *schèmes* – enquanto gestos que levam em conta as emoções e as afeições – são anteriores à imagem. Para representar estes *schèmes*, há imagens inatas de caráter coletivo – de onde nascem as ideias –, os arquétipos. Por sua vez, os símbolos trazem à concretude, através de relações naturais, o ausente. E, por fim, há os mitos, dinamizadores dos símbolos, arquétipos e *schèmes* em uma construção sistêmica, a narrativa. Na mesma linha de raciocínio, Ferreira-Santos e Almeida (2012) trazem que a realidade está presa aos vários fios que tecem o universo simbólico em que o homem está inserido, configurando-o e sendo configurada por ele. “É ainda função do mito fornecer modelos de comportamento, ou seja, permitir a construção individual e coletiva da identidade”, demarca Pitta (2005, p. 18).

Para Durand (2012, p. 41), “o imaginário não é mais que esse trajeto no qual a representação do objeto se deixa assimilar e modelar pelos imperativos pulsionais do sujeito”. Por sua vez, Pitta (2005) complementa que uma cultura pode se perceber como sendo cheia de divisões, valorando os esquemas da divisão entre opostos e a individualidade pelo arquétipo

do herói. Essas valorações pulsam em diversas situações. Para Ferreira-Santos e Almeida (2012), o *homo symbolicus* se expressa mediado pela arte, linguagem, religião etc., e a atribuição de sentidos faz da realidade formulada e compreendida pelo símbolo expresso. Para os autores (2012, p. 31), tanto a imagem fotográfica, cinematográfica, pictórica, esculpida, cênica, coreográfica, ou ainda, imaginada, constela-se com outros conjuntos de imagens no imaginário por terem a propriedade “[...] de mobilizar nossos afetos, memória, percepções, nos exigindo formas de acompanhar seu movimento”. De acordo com Silva (2017, p. 50), “no imaginário contemporâneo convivem formas narrativas – filmes, mitos, lendas, histórias em quadrinhos, romances, telenovelas, séries, ficção científica, ensaios, crônicas, relatórios de pesquisa, jornalismo – e práticas corriqueiras que fazem interagir seres vivos e objetos”.

Literárias, visuais ou míticas, as imagens, no entendimento de Pitta (2005, p. 22), “[...] se compõe dos sentimentos e das emoções próprios de uma cultura, assim como de toda experiência individual e coletiva”. Elas se dividem em duas orientações que apontam respostas às questões fundamentais ligadas à mortalidade do homem, uma harmoniza o universo e outra o divide em opostos, respectivamente, nominados regimes noturno e diurno de Durand (2012). Neste sentido, o imaginário é, segundo Ferreira-Santos e Almeida (2012, p. 77), uma composição frutificada no “[...] processo contínuo de trocas entre o que é próprio da espécie humana, de sua subjetividade, e o que está em seu entorno”, o que inclui os aspectos geográficos, históricos, ideológicos ou cósmicos (naturais), mas, sobretudo os midiáticos – diretamente ligados às tecnologias do imaginário.

2.1 IMAGINÁRIO NO JORNALISMO E O FORTALECIMENTO DE UMA IMAGEM

Conforme defendido por Barros (2014c, p. 52), “[...] o imaginário não é uma coleção de imagens somadas, mas uma rede onde o sentido se encontra na relação”. Nesta perspectiva, cabe ressaltar que a imagem que este estudo trata não é a estática, a imagem de uma fotografia ou de uma pintura, mas a imagem que se firma no imaginário através dos componentes que a expressa. Podendo, inclusive, conter a fotografia, ou partir dela. Para exemplificar como se dá essa diferenciação, traz-se, em complemento, a afirmação de Didi-Huberman (2013, p. 352): “a imagem faz mais do que nos estender a mão. Ela segura a nossa e depois nos puxa – aspira-nos, devora-nos – inteiros no movimento ‘mágico’ e ‘misterioso’ da atração empática e da incorporação”. Neste sentido, a imagem não está morta nem mesmo quando recortada em um quadro ou frame fotográfico, ela tende a se enfraquecer ou se fortalecer conforme o movimento dela no imaginário. Este movimento, no entendimento de

Wunenburger (2007, p. 70), facilita a vida racional ao fazer reinar um “entrecordo dos corpos – e por conseguinte dos espíritos”. Um ‘entrecordo’ que permite, inclusive, a compreensão da imagem estática.

Palavras e imagens, impressões, ações, acontecimentos, alegrias, dores, e até confusões, de acordo com Silverstone (2002, p. 49) só se tornam significantes no individual e no social se puderem se interrelacionar dentro de alguma estrutura, o que inclui “[...] todos os artefatos intelectuais e práticos que surgiram para nos permitir expressar toda a gama das paixões humanas”, as tecnologias do imaginário. Sobre esta constatação, Silverstone (2002) atenta que a mídia – no caso desta pesquisa, o jornalismo –, depende do senso comum, reproduzindo-o, recorrendo a ele, mas também o distorcendo e o explorando. Por sua vez, Rosa (2014, p. 41) aponta que “[...] o fazer das instituições jornalísticas permite que sejam produzidos objetos simbólicos”, mediação que se liga ao imaginário e se envolve profundamente com o social.

Como mediadora dos acontecimentos do cotidiano, conforme defende Martino (2003, p. 68), “[...] a mídia pode retratar uma parcela ínfima de todo o processo. Desse contexto destaca-se o fato noticioso e ele é retratado conforme a ótica particular da imprensa”. Assim, as imagens reforçadas pela mídia são aproximações dos acontecimentos, ou como explica Rosa (2014, p. 42), “representações de um dado referente”. Neste trajeto, seguindo a lógica midiática, as imagens circulam na comunidade onde passam a pertencer, no social onde são reconhecidas. “Em outros termos, o símbolo que circula nos jornais, nas revistas, nos sites e blogs é fruto das interações” (ROSA, 2014, p. 42). Em reforço a este entendimento das interações midiáticas, Silverstone (2002, p. 27) salienta que “a experiência é uma questão tanto de identidade como de diferença. É tão única quanto compartilhável”. Logo, a interação constrói as diferentes experiências subjetivas, e as subjetividades constroem a comum experiência compartilhada.

Para entender este compartilhamento social que influi no individual, e dele para o social, é preciso levar em conta os apontamentos de Leite (1985, p. 6): “quem narra, narra o que viu, o que viveu, o que testemunhou, mas também o que imaginou, o que sonhou, o que desejou. Por isso, *narracão* e *ficção* praticamente nascem juntas”. A narrativa é a essência do mito, ela estrutura os *schèmes*, arquétipos e símbolos, e faz deles imagens que potencializam a interação social. Mais do que nascer junto com a ficção, narrar é materializar a expressão, narrar é alimentar o imaginário, alimentando-se dele. Leite (1985, p. 12) exemplifica que o narrador da epopeia se distanciava, assim como ao seu público, do que era narrado, sendo que “[...] tanto o *narrador* como o leitor ao qual ele se dirige são seres ficcionais que se

relacionam com os reais, através das convenções narrativas: da técnica, dos caracteres, do ambiente, do tempo, da linguagem”. Mesmo o espaço/tempo da narrativa é parte dela. Ainda que a distância tente ser dada, o pertencimento em determinada comunidade interfere na utilização das palavras que compõem a narrativa. Sobre isso, Olinto (2008, p. 86) salienta que “na simples linguagem comum, as palavras são formas de expressão”. Ao apontar algo com a palavra, segundo Gomes (2008, p. 22), “quando nomeamos (ou apresentamos uma imagem com o estatuto de representação)”, permite-se a existência deste algo em outras esferas, tempos e lugares. Nesse sentido, a distância no espaço e no tempo permite outras leituras, e a imersão na comunidade onde a narrativa se insere permite um particular entendimento do que é expresso.

Discorrendo sobre esta aproximação da narrativa com o leitor, Lage (2001, p. 15) aponta que o nascimento da reportagem surge com a mudança da técnica que reformou a modalidade escrita para o sentimentalismo, usos orais e linguagem de rua. Estratégias que culminam por inserir o leitor dentro de uma mesma comunidade, ambientando-o. Wainberg (2015, p. 195) delimita que este “cuidado exercido na difusão das notícias se justifica porque elas despertam as emoções das massas. É difícil imaginar uma reportagem que não busque causar na audiência alguma sensação”. Além do mais, segundo Lage (2001, p. 15), “descobriu-se a importância dos títulos, que são como anúncios de texto, e dos *furos*, ou notícias em primeira mão”, publicações que garantem a preferência dos leitores. O que Wainberg (2015, p. 196) complementa com dados de uma pesquisa: “80% dos leitores de jornais nunca passam dos títulos das notícias [algo que agora acontece também entre os internautas]. Isso significa que a maioria dos leitores se basta com o que é dito neste tipo de chamada que visa capturar a visão”. O autor (2015) ainda reforça:

Se um tabloide regional típico publicar em média 120 títulos por edição e um assinante passar os olhos na metade dos mesmos todos os dias ter-se-á a estimativa de que, ao longo de sua vida de leitor adulto, entre os 18 e 73 anos, ele terá lido 1.188.000 títulos. Certamente esta ruminação diária e cumulativa acaba afetando o humor coletivo, um estado afetivo que se prolonga no tempo apesar de ser menos intenso que a emoção individual (WAINBERG, 2015, p. 194).

Diante desta afirmação de Wainberg (2015), vale lembrar que o *Diário Catarinense*, objeto deste estudo, está em veiculação há mais de três décadas.

Prosseguindo sobre as técnicas jornalísticas... É esta estruturação, esta capacidade de gerar preferência e potência de interação que suscita o temor à mídia, temor ao poder que

ela possui. Segundo Silverstone (2002), pela necessidade de compreender esta dinâmica de sedução, definição, incitação e julgamento, ela é estudada.

No entendimento de Leite (1985, p. 82), “[...] qualquer ordenação num discurso é significativa; mesmo a opção pela desordem, a enumeração caótica dos fatos, pode ser significativa de uma determinada visão crítica da *história* linear”. De modo que, na percepção de Marcondes Filho (2002, p. 224), “é como se a ordem fosse um padrão inconsciente ou inconscientemente passado pela cultura, pela religião, pela tradição, que faz com que sua ausência torne-se algo insuportável”. Evidencia-se que a busca pela ordem é um movimento fortalecido no imaginário com a mesma intensidade que a busca pela felicidade, sendo em alguns momentos a mesma busca, travestida de tranquilidade na beira de um lago; um emprego sólido; conquistas acadêmicas; entre outras. Nas narrativas midiáticas esta procura também está presente. O que não está ordenado socialmente, geralmente, é noticiado.

Nos estudos de Lage (2001), consta que o texto jornalístico ordena o caos com as proposições circunstanciais de tempo, lugar, modo, causa, instrumento e finalidade. Para construí-lo, de acordo com o autor (2001), o repórter precisa estar onde o leitor não está, representando os olhos e ouvidos deste e selecionando o que irá transmiti-lo. De certo modo, o jornalismo ocupa o lugar do leitor e o representa. Questiona em seu nome. Briga por ele. Para onde vai, não volta sem ter selecionado o que o leitor anseia. Claro que, seguindo certos valores-notícia, ordenações que fundamentam a prática jornalística.

Quanto à seleção do que será noticiado, Cadourin (2015, p. 68) aponta que “embora exista um certo padrão de noticiabilidade na cultura jornalística, não se pode afirmar que os valores-notícia sejam sempre objetivos”. Em contraponto, o entendimento de Lage (2001, p. 49) ressalta ainda que “poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta. A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público. São o que se chama de *fontes*”. É o paralelo entre o interesse jornalístico e a abrangência do público – definidores dos valores-notícia –, que aponta as fontes. Podendo ser oficiais (empresas, organizações, sindicatos, associações, fundações, entre outros), oficiosas (ligadas a entidades ou indivíduos) ou independentes, conforme atenta Lage (2001, p. 63): “das três, as fontes oficiais são tidas como as mais confiáveis e é comum não serem mencionadas: os dados que propõem são tomados por verdadeiros”. Dependendo das fontes escolhidas para obter informação, o jornalismo deixa de ocupar o lugar do leitor – e o representar –, para disseminar a voz, o interesse, dessas fontes, vozes, interesses, que ecoam por determinado espaço/tempo e se cristalizam em imagens que são consumidas no espaço de um dia, no espaço de uma vida.

Para prosseguir, é importante que entendamos este espaço/tempo em que as imagens se cristalizam. De acordo com Cassirer (1977, p. 75), o “espaço e o tempo são o arcabouço que sustenta toda realidade. Não podemos conceber coisa alguma real senão sob as condições de espaço e tempo”. Para o autor (1977), o homem desenvolveu um espaço abstrato/simbólico onde se situar, um espaço onde estabelece a verdade de proposições e juízos. É o lugar que ele identifica o próprio eu em consonância com os demais, um espaço de comunidade, de interações. Sobre o tempo Cassirer (1977) delimita:

O próprio tempo é considerado, a princípio, não como forma específica da vida humana, mas como condição geral da vida orgânica, existente na medida em que se desenvolve no tempo. Não é uma coisa, mas um processo - uma corrente contínua, incessante, de acontecimentos, onde jamais nada se repete com a mesma forma idêntica (CASSIRER, 1977, p. 86).

O espaço de um dia, o vivido em um dia pelo homem – esta junção de experimentações que se fundem no espaço/tempo demarcado por horas –, é percebido levando em consideração o passado que o inscreve em determinada comunidade e o futuro, elemento dominante, incerto, que o move. Nas palavras do autor (1977, p. 92), “vivemos muito mais de nossas dúvidas e temores, ansiedades e esperanças ligadas ao futuro, do que de nossas recordações ou de nossas experiências presentes”.

Supostamente, o jornal fornece informações necessárias e suficientes para o leitor – sem que este precise voltar ao tempo passado, mas se preocupe apenas com o tempo futuro. No entendimento de Mouillaud (2002d, p. 173), os jornais são lidos como partes suficientes em si mesmos, “[...] sem ter a necessidade de recorrer a um outro número: é o pacto que o jornal cria com seu leitor, e que é o pressuposto da compra por números”. Para o autor (2002d), é o leitor que opera a virtualidade do jornal para a própria existência, processo que pode se inverter. “Acreditar que o jornal existe por si só é confundi-lo com sua materialidade de tinta e papel” (MOUILLAUD, 2002d, p. 173). A leitura de cada número converte o habitante do espaço de venda – da comunidade –, em leitor, no espaço/tempo em que o lê: “o que eu leio é o que se espera esteja ocorrendo, no momento em que leio. O jornal não lê o presente, ele o diz” (MOUILLAUD, 2002d, p. 176). O que reforça o espaço abstrato/simbólico, trazido por Cassirer (1977), em que o leitor/consumidor se insere, uma comunidade que comunga da mesma experiência com a narrativa veiculada.

Silverstone (2002, p. 181) lembra que o homem vive entre os outros e partilha valores, ideias, interesses, crenças, passado e presente, e, com isso, “construímos idéias do que é essa coisa à qual pertencemos, e a definimos e a compreendemos nas imagens que

temos dela ou nas que nos são oferecidas”. Na, e pela, imagem comungada o homem pertence. Sobre este pertencer a uma mesma comunidade, Silverstone (2002, p. 181) afirma que “precisamos constantemente de que nos lembrem, nos reasseguem de que nosso sentimento de pertencimento e nosso envolvimento valem a pena”. Para o autor (2002), o homem sonha com a comunidade, com a realidade partilhada que estão na base dela, com a convivência, a segurança, com a continuidade da vida social, como essa versão do lar, em modo público.

Nas palavras de Eliade (1992, p. 99), “graças à leitura, o homem moderno consegue obter uma ‘saída do Tempo’ comparável à efetuada pelos mitos”. A consciência que o homem tem do tempo está, de certa forma imbricada ao sentimento de pertencimento ao espaço abstrato/simbólico que ele está inserido. Por isso, “o homem, com consciência do tempo (e sua passagem que leva à morte), produz atitudes imaginativas para driblá-la” (MORAES e JORGE, 2014, p.16). Segundo Cassirer (1977, p. 137) demarca, esta necessidade de fugir ao tempo, driblá-lo, deve-se ao fato de o sentimento da unidade indestrutível da vida ser tão forte e inabalável ao ponto de “negar e desafiar o fato da morte”, ou ignorá-la. O jornalismo utiliza, conscientemente, ou não, este sentimento. Na edição diária de um jornal, o leitor toma conhecimento da morte, inimiga distante que se aproxima daqueles cujo espaço/tempo ele compartilha, cujo espaço abstrato/simbólico ele pertence. Conforme dito por Wainberg (2015, p. 193) “como a boa notícia usualmente é a má notícia, o Jornalismo tem a capacidade de causar na audiência algum grau de desconforto com a sua realidade circundante. Tal dissonância gera no público imagens de cenários que não estão disponíveis aos sentidos”.

Sobre este pertencimento, Rosa (2014, p. 42) salienta que “[...] as imagens que circulam dominam o imaginário coletivo no momento em que impõem uma restrição de outras possibilidades relacionais e de leitura/interpretação do acontecimento, reduzindo o universo da própria existência”. Segundo a autora (2014), baseada em imagens que as precederam, as imagens fazem a própria noção de pertencimento ao carregarem consigo uma referência anterior. É pela repetição, ressignificação, atualização, fortalecimento, enfraquecimento, que as imagens movimentam o imaginário. E, são as tecnologias do imaginário que potencializam esse movimento.

Ao abordar estas tecnologias, Silva (2012) defende que não há vida simbólica fora do imaginário, sendo a própria existência do homem condicionada à realidade imaginal atrelada à trama narrativa que é o imaginário – pela conexão de valores e compartilhamento de sensações em redes concretas e/ou virtuais. Segundo o pesquisador (2012), a própria

construção do imaginário individual se dá pelo reconhecimento no outro, por esta apropriação do outro para si, pela distorção do outro em si. Ainda seguindo o entendimento do autor (2012), os imaginários se difundem através de tecnologias próprias, por meio de dispositivos que cristalizam o patrimônio imagético, afetivo e simbólico de um indivíduo ou grupo, surgindo da relação entre memória e aprendizado, história pessoal e social, e o que é comungado. De modo que, o imaginário é o patrimônio comum de lembranças, estilos de viver e afetos. Nesse contexto, entende-se que a linguagem que expressa, a linguagem em movimento, viva e mutante, coexiste no imaginário, é parte dele. E, diante dessa perspectiva, as tecnologias do imaginário são mecanismos sociais que, na visão de Silva (2012), produzem mitos, percepções de mundo e estilos de viver que interferem no social e na consciência individual. Tecnologias que impulsionam a narrativa do que é vivido e, conseqüentemente, do que é compartilhado socialmente.

Nos apontamentos de Silva (2012), a oralidade do teatro foi a fase primitiva das tecnologias do imaginário e o livro trouxe uma etapa leve, quase artesanal da tecnologia. Entretanto, com o crescimento populacional das grandes cidades e a invenção da prensa, levando à edição de exemplares em produção industrial, tudo que o livro continha era disseminado. Ainda assim, foi com o rádio, cinema e televisão que as portas para tecnologias pesadas e poluentes do imaginário foram abertas, poluindo-o com “produção simbólica em escala planetária”, aponta Silva (2012, p. 67). De um modo geral, em tempos atuais, a internet, os meios de comunicação, a arte e o entretenimento, reúnem todas as características que configuram uma tecnologia do imaginário. Por intermédio delas que indivíduos acabam influenciados – e/ou influenciadores.

Compartilhando deste entendimento, Silva (2010, p. 249-250) define o jornalismo como “[...] tecnologia de criação e reprodução de imaginários sociais, como fonte que alimenta com imaginários o cotidiano contemporâneo e, ao mesmo tempo, de imaginários sociais alimenta a si mesmo”. É neste percurso, traçado por indivíduo e sociedade, delimitado pela estrada que se denomina aqui jornalismo, o caminho que este estudo trilha, interpelado pelo trajeto antropológico defendido por Durand (2012).

2.2 MOVIMENTOS DE UMA TECNOLOGIA DO IMAGINÁRIO

Aproximando imaginário, comunicação e jornalismo, Silva (2017, p. 32) salienta que “todo imaginário é comunicação. Mesmo o imaginário do silêncio diz algo. O imaginário expressa, fala, conta, dialoga, narra”. Neste trilho, Silva (2012, p. 105) demarca que o

jornalismo instala um imaginário de ponta a ponta criando o receptor e programando o jornalista. No campo jornalístico há estes indícios, pois, segundo Silva (2012, p. 104), o jornalismo funciona por meio de coleta de dados que permite uma versão dos fatos, e toda vez que o jornalista acredita na eficácia (pseudo) neutra das técnicas “[...] resvala para as mitologias da sua profissão e em lugar de controlar as suas técnicas vê-se ameaçado de controle por elas”.

Para a reflexão sobre o universo do jornalismo, traz-se a percepção de Bianchin (1997), que o considera atividade narrativa que “[...] se constrói sobre os fatos presentes, seu tempo é o presente, os momentos mais tensos e explosivos do cotidiano são sua matéria-prima”. O jornalismo impresso, recorte desta pesquisa, ao apresentar os fatos, assume o papel de enunciador, conforme suas peculiaridades e editoriais de interesse social. Interesse que, para Jorge (2008, p. 27), “[...] é aquilo que aguça a inteligência do receptor, instiga a curiosidade dele, provoca-lhe emoções, estimula-o a pensar”. Mouillaud (2002a, p. 32) reforça que, como um dispositivo, o jornal comanda a ordem dos enunciados, mas também a postura do leitor. Em outras palavras, o texto não é passivo, direciona a narrativa, constrói a narrativa para prender a atenção do leitor.

Por meio de informações direcionadas, o jornalismo estimula que diferentes públicos experimentem interesses próprios, mas tenham acesso ao que é comum a muitos. Para Amaral (1986), parece um sentimento ‘quase natural’, com o jornalista colocando-se no lugar do seu público leitor/consumidor. Ainda mais quando a massificação é premissa da escala industrial da informação. Por isso, faz mais sentido aproximar o fato cada vez mais do dia a dia dos públicos, menciona Gomes (2003). Trata-se de uma estratégia/lógica de mercado. Narrar não é apenas informar, é seduzir para, então, vender. E vende, pelo menos até quando existirem compradores/consumidores da narrativa de massa.

Este vislumbre que leva pessoas diferentes a interpretarem a mesma informação de forma semelhante é a maneira de fortalecer uma imagem, uma ideia, um enredo presente nas teias do imaginário. Nas palavras de Silva (2017, p. 75), o fio “imaginário alimenta-se de ambiguidades, polissemias, paradoxos, duplos sentidos, jogos de palavras, brechas na racionalidade, zonas de sombra e de luminosidade intensa, contradições e diferenças semânticas”. Em termos gerais, se apropriar do fio do imaginário para tecer a ideia comum ao maior número de pessoas nada mais é que um artifício que passou a ser a luta diária dos meios de comunicação. Esta estratégia de comunicar cada vez mais se deve ao que Bronosky (2010, p. 58) aponta como necessidade de ‘vender’ e ‘obrigação’ de informar, movimentos que capacitaram os meios de comunicação a “[...] eleger, editar e selecionar as falas neles

engendradas, proporcionando dessa forma visibilidade pública”. Para isso, basta decodificar o pranto alheio para transmitir com exatidão, aponta Fortes (2008), não sendo preciso compartilhar o fatídico para entender o sentimento de quem chora, mas necessário sentimentalizar o que é expresso para referenciar os fatos.

Os acontecimentos, de acordo com Traquina (2004, p. 180), constituem o universo de matérias-primas. Para garimpar tal universo, os critérios jornalísticos são empregados na confecção da reportagem desde a escolha do fato a ser noticiado até a veiculação. De modo que a noticiabilidade se configura “[...] na escolha do que se julga ser matéria-prima digna de adquirir a existência pública de notícia” (TRAQUINA, 2004, p. 180). Uma escolha subjetiva que é objetivada pela estrutura narrativa da notícia/reportagem e outros requisitos que fazem parte do imaginário da profissão, uma ordem que fundamenta as ações do jornalista.

No momento de avaliar qual assunto possui valor para ser noticiado, no entendimento de Sousa (2005, p. 30), os critérios de noticiabilidade são aplicados, conscientemente, ou não, pelo jornalista. Esta maneira de valorar o discurso jornalístico, pela escolha do que será (ou não) noticiável, demarca o que Wolf (2003) denomina ‘notícia-produto’. Para fabricar a notícia é preciso escolher o fato, assunto, delimitação do que será aproveitado, oportunidade exata para publicizar e, conforme atenta Szpacenkopf (2003, p. 15), atender “parâmetros, como localização, tempo e modo”.

A produção jornalística é definida, conforme complementação de Traquina (2005), pela notoriedade, celebridade ou importância do noticiável, proximidade geográfica e cultural, relevância, atualidade, notabilidade ou visibilidade, pelo inesperado, conflito ou controvérsia, infração e escândalo – todos estes valores-notícia. Cadorin (2015, p. 69) afirma que “um único valor-notícia pode determinar a geração de uma notícia. Contudo, frequentemente, a notícia passa a existir levando em consideração não apenas um, mas uma combinação de valores-notícia”. O autor (2015) resgata critérios usados com maior frequência: notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito ou controvérsia, infração, disponibilidade, entre outros. Levando em conta o interesse do leitor/consumidor por determinada temática, as narrativas são ordenadas no interior do jornal e na capa, dispostas seguindo estes critérios de noticiabilidade.

Além dos ajustes que levam em conta o valor comercial e a importância da informação, Marcondes Filho (2000, p. 23-24) acrescenta que se investe mais na capa, no logotipo e nas chamadas de primeira página. Para isso se criam manchetes, destaques e reportagens. Para Jorge (2008), a primeira página de um jornal é a “cara” com que o veículo se apresenta de manhã aos leitores, e será na capa que se apresentará o que de mais relevante

há em determinada edição. Ferreira Junior (2003, p. 7) salienta que “[...] o jornal, por intermédio de sua capa – seu apelo visual mais contundente, exposto nas bancas da cidade –, integra-se no contexto dos inúmeros itens que compõem o desenho visual urbano”. Alves (2002, p. 227) determina que “o procedimento habitual da leitura de jornais é a ‘olhadela’ dada aos títulos e a aspectos parciais do corpo das notícias”, operação em que o leitor comprova as próprias previsões, memórias e conjecturas. Assim, para se interrelacionar com o leitor, o título precisa destacar – e sintetizar –, o elemento mais inusitado/importante, especificando o que virá no conteúdo que ele nomeia. “E é já no título que se manifesta o sentido do texto” (ALVES, 2002, p. 16).

Para Mouillaud (2002a) é possível ler o jornal de várias formas, uma delas faz dele um processo infinito que elimina o passado a cada dia, a cada nova edição que traz o presente diário. Ou ainda, ler como um mapa que direciona pelas linhas que o dividem, algumas dependentes do curso da história, outras frequentes, como é o caso das notícias policiais e todas as outras temáticas. Mas há quem leia o jornal como uma ligação que se encandeia nas correntes da história, segundo o autor (2002a).

Os estudos de Mouillaud (2002c, p. 101) trazem que “as páginas externas do jornal são suas páginas sensíveis. Constituem, de alguma maneira, uma membrana do jornal, que é sua interface com o mundo exterior”. É pela página externa – capa – que o jornal abre o presente. Sendo que, o nome do jornal, para o Mouillaud (2002b, p. 91), exerce papel de título que direciona os demais títulos: “a relação do nome-de-jornal com os títulos é lida em um duplo sentido: dos títulos ao nome, no sentido de um fechamento; do nome aos títulos, como uma flecha que nos designa”. Essa interrelação leitor e ‘nome-de-jornal’ fortalece o senso de comunidade, é no jornal que lê que o leitor se identifica com os demais leitores. Identificação similar aos leitores de determinadas obras populares, como é o caso do bruxinho de Hogwarts que une pessoas de diferentes nacionalidades em torno de um mesmo universo imaginário. Constatação já feita nos diálogos de Cícero (2006, p. 36): “somos nascidos com a finalidade de ter entre nós certa sociabilidade que se estreita pela aproximação recíproca entre indivíduos”.

Em o *Apocalipse: opinião pública e opinião publicada*, (MAFFESOLI, 2010), afirma que numerosas efervescências pontuam a vida social, num compartilhamento de emoções e paixões coletivas. O autor (2010, p. 13) lembra que “em certos momentos, uma sociedade não tem mais consciência do que a une e, a partir de então, não tem mais confiança nos valores que asseguravam a solidez do vínculo social. Pensemos neste exemplo simples, a evidência amorosa, ou amigável, que se degrada”. Resgatando este sentido, o nome do jornal

cria, recria e rememora o pertencimento do leitor em determinada comunidade, servindo de elo social.

Para a comunidade de leitores do jornal *Diário Catarinense*, e para qualquer outra, tem-se o que reforça Alves (2002, p. 110), “o título incita o leitor: a compra, o empréstimo, a leitura”. Em termos comerciais, a capa é a embalagem do produto e o título a especificação do conteúdo. Dentro desta perspectiva, o papel do jornalista influencia diretamente na ‘compra’ do conteúdo do jornal. O que Marcondes Filho (1989, p. 12), complementa: “definir a notícia, escolher a angulação, a manchete, a posição na página ou simplesmente não dá-la é um ato de decisão consciente dos próprios jornalistas”. Esta ação consciente faz parte do movimento que mantém o jornal rentável. No entendimento de Kunczik (2001, p. 239), “as supostas noções de valores do público são empregadas para dar uma explicação racional do comportamento seletivo de alguém”. Os valores-notícia surgiram desta constatação, é preciso que alguém decida o que é noticiável. É o movimento da profissão que permite, conforme aponta Tétu (2002, p. 197), o jornalismo transformar o conteúdo da atualidade, de modo que “a forma de seu discurso transforma ‘a informação’ em ‘normalização’, no instante mesmo em que o jornal produz esta informação”.

Assim como o narrador da epopeia se distanciava, e distanciava o público, da narrativa, como exemplificado por Leite (1985), o afastamento do enunciador no esquema de seleção e disposição da informação na narrativa jornalística, na concepção de Serelle (2009, p. 35-36), “[...] faz com que o evento pareça contar a si mesmo”. Tal afastamento ‘isenta’ a informação da subjetividade e a concede o status de objetiva. Desta isenção, a objetividade – ainda que discutível – surge e permanece argumento presente nas redações. E, mesmo diante da versão a ser escolhida pelo jornalista, a contraposição de fatos é a linha que permite alcançar, ou chegar mais perto, do fato acontecido, do que é narrável. Sobre esta técnica empregada na confecção das reportagens, Carli e Barros (2015) ressaltam a necessidade da utilização da antítese para a existência do bom jornalismo. Segundo as autoras (2015, p. 27): “a eleição de uma verdade mais razoável dos fatos faz do Jornalismo um fabricante de narrativas desprovidas de pregnância simbólica, pois tudo quanto é contraditório é excluído”. A exclusão do contraditório também potencializa identificações. Cria uma imagem comum, uma imagem que é aceita por toda a comunidade de leitores. Cria e a fortalece.

O jornalismo se nutre de imagens existentes no imaginário para, neste movimento de rememoração, fazer com que o leitor crie as conexões que darão sentido ao que é veiculado. Para além da estética que une as pessoas, “o estímulo para a maior parte das matérias vem de instituições, sejam elas de ensino, caridade, religiosas, policiais ou

administrativas” (BARROS, 2001, p. 69). Para entender esta troca é preciso resgatar o sentido primordial de algumas palavras. A pessoa, o indivíduo, a “*persona*” ou o eu consciente, como atenta Barros (2001, p. 69), é uma “exigência da sociedade”. No ocidente, a pessoa está, em grande parte, ligada ao imaginário da religião, pelas ações morais que a movem, e da mesma forma, não se separa do imaginário do Estado, pelas ações legais que a constitui. Incluindo o próprio nome que é registrado e numerado em cartório.

Atentemos para a palavra religião – parte integrante da comunidade catarinense possui crença religiosa, conforme será apontado na análise mitocrítica –, sobre ela, Chiavenato (1985, p. 12) salienta: “[...] quando os romanos usavam a palavra *Religio* (religião) queriam nomear principalmente os deveres dos cidadãos perante o Estado. Somente no século IV é que a palavra tomou o significado que lhe atribuímos hoje”. Assim como o pertencimento ao Estado, ela ordena o modo de ser da *persona*, cria identificação e permite que o imaginário compartilhado faça sentido como uma construção narrativa/mítica. Sobre isso, Plutarco (2010, p. 55) já afirmava que a reciprocidade, a identificação de interesses, afetos e propósitos fazem parte do relacionamento entre indivíduos de uma mesma cidade/estado, “irmanados pela partilha semelhante de papéis sociais e de actividade (sic) política”. Apropriando-se deste imaginário preexistente, o jornalismo cria esse movimento que aproxima as identificações, compondo e fortalecendo esses laços existentes, laços religiosos, pessoais, jurídicos, emotivos, entre outros.

A composição do texto com uso de palavras coloquiais ou cultas, opiniões implícitas/explicitas, a maleabilidade interpretativa, e fontes consultadas, são estratégias que significam determinados contextos ao leitor. Sem se apegar ao conceito de verdade, afinal, não é a proposta deste estudo, compreende-se que a comunicação “[...] extrapola o mundo das vivências reais, evoca muito mais a fantasia, o imaginário, as aventuras do desejo, do sonho e da ilusão”, conforme aponta Marcondes Filho (2000, p. 42). De certo modo, a própria (sobre) vivência dos meios está atrelada ao frequente estímulo do leitor, e por vezes, este estímulo é, na defesa dos jornais, a pressão do próprio leitor. O autor (2000, p. 133) salienta que esta é a maneira encontrada pelos meios para se inocentar, colocando a culpa em “um círculo vicioso maior, sem causador nem vítima, um movimento cego e incontrolável”, que apenas satisfaz os instintos humanos. Engenhosamente, outra narrativa que propaga imagens de objetividade e isenção. Artimanha que, às vezes, esbarra na fronteira da ética profissional.

No entendimento de Sousa (2005), no que tange ao enunciado jornalístico, redigir é conferir significado. Wolf (2003, p. 196) ressalta que “a ‘distorção involuntária’, intimamente ligada às rotinas produtivas e aos valores profissionais, reproduz-se em cadeia

em todas as fases do trabalho”. É um movimento rotineiro que reflete na produção da informação que é veiculada e, posteriormente, consumida pelo leitor. Por isso, Lage (1985, p. 21-22) explica: “há compromissos e sutileza nos nomes que se atribuem às coisas. *Corpo* seria pouco específico no contexto; *defunto* retiraria um tanto da dramaticidade que o cidadão atônito pretende transmitir; *presunto* o desqualificaria socialmente, na ótica do interlocutor”.

Essa significação, no entendimento de Tétu (2002, p. 199), está presente nas próprias “instâncias de legitimação (as fontes, as autorizações de fala, as investigações, etc.)”. O que é veiculado é que será imbricado ao imaginário social. Deste modo, a escolha da fonte define a criação da percepção de ‘verdade’ sobre o fato noticiado. É por deterem o conhecimento legitimado que as fontes oficiais são mais requisitadas, por vezes privilegiadas, e outras são marginalizadas ou cobertas de forma negativa. Na concepção de Sousa (2005), tal comportamento compromete a realidade ao omitir, por exemplo, a multiplicidade dos fatos. Sem mencionar que a imagem de um equívoco pode ser propagada, já que fontes também são passíveis de erros.

Comumente, o leitor, na percepção de Amaral (1986, p. 46), não está em condições de compreender e interpretar, por si só, uma notícia que acaba de ler, por isso “[...] agradece que alguém tome a iniciativa de esclarecê-lo, embora se reserve o direito de uma opinião final”. Diante desse entendimento, o jornal publica o que considera importante e, quando assim o faz, se posiciona de modo a levar em conta o que leitor possa considerar importante. Este movimento insere o jornalista no que afirma Lage (1985, p. 24): “fonte e receptores estão imersos no meio social”. Esta imersão da informação no social, e consequente consumo dela tanto pela fonte quanto pelos receptores, delimita o que Kovach e Rosenstiel (2004, p. 31) pontuam: “o jornalismo também ajuda a identificar os objetivos da comunidade, seus heróis e vilões”. E, ao identificar seus heróis delimita qual imagem corresponde aos vilões.

2.3 SOBRE O FORTALECIMENTO DO VILÃO NO IMAGINÁRIO

Para entender como se dá o fortalecimento da imagem do vilão no imaginário é importante que atentemos para o que traz Campbell (1997) quando afirma que em todas as épocas em que o mundo foi habitado o mito floresceu. Nesses espaços floridos de mitos o herói esteve presente, e o vilão adquiriu diversos nomes e rostos. As pessoas têm vários vilões povoando sua mente, mas não são estas faces que nos interessam nesta pesquisa. Por isso, para entendê-lo, enquanto imagem, caminharemos com o monomito de Campbell (1997), na

jornada do herói. Pois, é durante a jornada do herói que o vilão tende a aparecer, enquanto obstáculo ao que está ordenado.

Nas narrativas apresentadas pelo autor (1997) os heróis são apresentados em um momento denominado *Partida*. Neste estágio há a identificação do herói com o espaço/tempo (pertencimento) e com o problema que enfrentará. O segundo estágio é a *Iniciação*, o caminho a ser percorrido, as dificuldades que serão encontradas pelo herói e as personagens que ele encontrará nesta jornada para auxiliá-lo, ou para prejudicá-lo. Dentre as personagens comuns na jornada do herói está o mentor, nominado por Vogler (2006), ou Velho Sábio, conceito de Campbell (1997), ele que capacita o herói para enfrentar o problema apresentado. Geralmente, neste estágio da iniciação aparece o inimigo do herói, o antagonista, o vilão, ou como o leitor quiser chamar. Por último, o estágio do *Retorno* coroa o herói que completou a jornada, reforça o autor (1997).

O círculo completo, em três estágios, da partida ao retorno, pode ser simbolizado pelo trajeto percorrido pelo herói. O que faz do mito do herói, elemento importante para impulsionar a comunidade que o compartilha e o atualiza. Trata-se de um mito voltado para o tempo futuro, atualizado em cada espaço abstrato/simbólico vivido pelo homem. De certo modo, o herói está em cada um – inclusive em você leitor (a) –, ou ao menos este é o mito maior que é criado a partir de todos os mitos de heróis que o precedem; eles fortalecem essa ideia de que é possível seguir os passos do herói, trilhar a jornada percorrida por ele, ser herói no que tange ao modelo de ser que enfrenta desafios, do útero ao túmulo. No que concerne ao probatório que é o viver, não temer a morte que é iminente faz de todos os homens, heróis. Sobre o enfrentamento da morte, Cassirer (1977) complementa:

No pensamento primitivo, a morte jamais é encarada como fenômeno natural, que obedece a leis gerais; sua ocorrência não é necessária, mas acidental, sempre dependendo de causas individuais e fortuitas. É obra de feitiçaria ou de magia, ou de alguma outra influência inimiga pessoal (CASSIRER, 1977, p. 137-138).

De acordo com Vogler (2006), quando o herói é chamado para a aventura, lhe é apresentado um problema que não permite mais que ele permaneça em seu mundo comum. Nesta perspectiva, tomar conhecimento da morte tira qualquer um de seu mundo comum, desafiá-la é percorrer a jornada do herói. Campbell (1997) aponta que todos os heróis de todos os tempos já nos precederam, desvendando o labirinto. De modo que, “o herói de cada história é um iniciante, sendo introduzido nos mistérios da vida e da morte” (VOGLER, 2006, p. 43). O labirinto é a vida, este emaranhado de situações em que o ser humano se perde,

enfrentando os monstros pessoais que mudam conforme o tempo/espço que está inserido. De certa forma não é possível dissociar o herói da figura que melhor representa o que é o melhor para o povo ao qual o herói é vivificado/vivenciado. Nas palavras de Vogler (2006):

Os personagens que se repetem no mundo dos mitos, como o jovem herói, o(a) velho(a) sábio(a), o que muda de forma e o antagonista na sombra, são as mesmas figuras que aparecem repetidamente em nossos sonhos e fantasias. Por isso é que a maioria dos mitos (e histórias construídas sobre o modelo mitológico) tem o sinal da verdade psicológica. Essas histórias são modelos exatos de como funciona a mente humana, verdadeiros mapas da psique. São psicologicamente válidas e emocionalmente realistas, mesmo quando retratam acontecimentos fantásticos, impossíveis ou irrealis. Isso explica o poder universal dessas histórias. As histórias construídas segundo o modelo da Jornada do Herói exercem um fascínio que pode ser sentido por qualquer um, porque brotam de uma fonte universal, no inconsciente que compartilmos, e refletem conceitos universais (VOGLER, 2006, p. 33).

Moraes e Jorge (2014, p. 20) salientam que “o mito tecido através do seu enredo simbólico permite o fortalecimento das narrativas que são contadas, produzidas, reproduzidas e atualizadas, à medida que o homem necessita evidenciar seus feitos e assegurar sua condição de animal racional-simbólico”. Nesse sentido, “a Jornada do Herói se traduz facilmente para os dramas contemporâneos, comédias, romances ou aventuras de ação, bastando substituir as figuras simbólicas e os adereços da história heróica por equivalentes modernos” (VOGLER, 2006, p. 47). Conforme apontam Moraes e Jorge (2014, p. 19) “o mito pode ser entendido como resultante das constantes situações emocionais que são vivenciadas pelo indivíduo durante a sua formação sócio-cultural ocasionadas por ações, forças e poderes conflitantes por ele vivenciados”. Em tempos de criminalidade pulsante, a prisão é a caverna oculta onde o dragão adormece e a residência é a fortaleza, o castelo, que protege dos inimigos, dos bárbaros.

Na afirmação de Silva (2017, p. 121): “o homem morre um pouco todos os dias. Morre desde que nasce. Perece também sempre que não vence a perplexidade de existir. Nasce para morrer. Nasce marcado para morrer”. Ao sobreviver, o herói prova que a morte não é tão difícil. Ao morrer, transcende-a. Para Vogler (2006, p. 61) “os Heróis são símbolos da alma em transformação, e da jornada que cada pessoa percorre na vida. Os estágios dessa progressão, os estágios naturais da vida e do crescimento, formam a Jornada do Herói”. Assim, pode-se dizer que o homem é chamado para a aventura quando nasce, e iniciado no mundo por mentores que lhe apresentam as soluções e dificuldades que este encontrará. Conforme demarca o autor (2006, p 35), “no processo de nos tornarmos seres humanos completos e integrados, somos todos Heróis, enfrentando guardiões e monstros internos,

contando com a ajuda de aliados”. Esta predominância é um dinamismo que leva à determinação do trajeto antropológico de uma cultura específica ou de determinado grupo social. Segundo Pitta (2005, p. 20), *schèmes*, arquétipos, símbolos e mitos, quando organizados, orientam o desenvolvimento dessa cultura, sendo que “o mito vai transformar em linguagem, em relato (história), as escolhas assim feitas; e tal relato, por sua vez, vai organizar o mundo”. De modo que, será pelo estabelecimento entre as relações sociais que os mitos servirão de modelo para as ações cotidianas do homem. Assim, o mito do herói se faz importante pelo ensinamento que oferece, mas também pela constante atualização que sofre no imaginário social.

No entendimento de Silva (2012, p. 9), “o imaginário é uma língua. O indivíduo entra nele pela compreensão e aceitação das suas regras; participa dele pelos atos de fala imaginal (vivência) e altera-o por ser também um agente imaginal (ator social) em situação”. O autor (2012, p. 7) acentua que o ser humano se move através do imaginário que cria e “o homem só existe no imaginário”. A noção de Barros (2014b, p. 65) sobre o imaginário figura-o como um “grande reservatório de estratégias de enfrentamento do mundo do qual a humanidade se serve”. Para Silva (2012), imagens, sentimentos, experiências e lembranças fazem do imaginário um reservatório/catalisador que impulsiona a realidade.

Levando em conta a jornada do herói que ensina o homem para a luta constante contra os semblantes do tempo, esta dissertação percorre uma jornada na tentativa de explicitar como acontece o movimento simbólico que fortalece a imagem do vilão e, através desta movimentação, delinear como que o medo expresso por esta tecnologia, chamada jornalismo, influi no imaginário. Já explicitado o caminho que o herói percorre, faz-se necessário resgatar os sentidos que conceituam o vilão, delineando como ele é socialmente conhecido. Para isso, parte-se do desconhecido.

Na percepção de Moura (2014, p. 83), “o desconhecido é sempre essa força obscura que traz caos à ordem do mundo que assumimos como nosso, ameaçando destruí-lo/-nos”. A destruição é símbolo de morte, perigo, caos. Pela impossibilidade de expressar o desconhecido, Krishnamurti (1980, p. 46) aponta que “partindo do conhecido, pretendemos encontrar o desconhecido. É o conhecido que causa o medo ao desconhecido”. Pelas imagens que são conhecidas o desconhecido toma forma, ganha vida, torna-se criatura. Por isso, para Moura (2014), a criatura – imagem da destruição, da morte, do caos –, é sempre o que não se pode conhecer/controlar totalmente. Projetada, e retratada como monstro, representa o medo do desconhecido na literatura, no cinema, na pintura e no próprio mito, “projetando na sua imensa fealdade a natureza extremada do nosso pavor e descontrole” (MOURA, 2014, p. 83).

Neste sentido, cria-se a criatura, em imagem, fortalecendo-a quando comungada socialmente. Este raciocínio vai ao encontro do que Bauman (2008) destaca sobre aquilo que o homem desconhece, fazendo-o conhecer: o que infringe as leis é crime, o que vai contra o conceito religioso é determinado como pecado e se ainda assim permanecer desconhecido, o homem simplesmente chama de mal. Nesta perspectiva, Maffesoli (2003, p. 92) salienta que “a lei, seja ela qual for, só vale contrabalanceada pelo seu contrário. O mesmo ocorre com o valor social determinado”. Nas palavras de Durand (2012, p. 123), “a hipérbole negativa não passa de pretexto para a antítese”. De certo modo, apreende-se o que é bem e ao mesmo tempo o que é mal, o que é correto e o que é pecado, o que é legal e o que é ilegal, apreendem-se as antíteses que se complementam.

Em um jornal local analisado por Barros (2001, p. 80), o arquétipo do herói aparece combatendo o mal tanto em matérias policiais quanto em outras editoriais, mas “as matérias de polícia, em geral, são resolvidas pela estereotipada polarização entre polícia e bandidos”. Na análise feita por Barros (2001) sabe-se quem é o vilão por serem os heróis apresentados. Este fortalecimento da imagem não se restringe ao jornalismo, Maffesoli (2010, p. 70) destaca que os políticos, intelectuais, trabalhadores sociais e outros especialistas “[...] postulam o dualismo mortífero entre o Bem e o Mal, o Verdadeiro e o Falso, o Justo e o Injusto, o Perfeito e o Imperfeito, a Civilização e a Barbárie”, e outras oposições. Geralmente, todos estes ‘pregadores’ do dualismo são as fontes oficiais dos jornais.

Levando em consideração o objeto escolhido, e a relação direta que a série de reportagens *A máfia das cadeias* tem com as informações dos crimes que reporta, identifica-se a necessidade de colocar a antítese ética/moral deste conflito entre ‘bem’ e ‘mal’ em destaque.

Por estar presente em todas as ações/reações que tem/sofre o sujeito, o conflito é a luta interior, é a luta exterior presente no imaginário, é o que move o ser humano em seus posicionamentos. Assim, onde há a imagem do bem, do correto, do justo, do fidedigno, a moral estabelecida, há o oposto. Na percepção de Faria (2012, p. 136), em oposição ao ético e moral instituído socialmente, surgiram os primeiros vilões, “aqueles não cumpridores dos modelos morais sociais”. Mas esta leitura do termo vilão é recente, eles estão presentes pela humanidade em outras palavras, outras simbolizações. E é neste trajeto que as tecnologias do imaginário fortalecem uma e outra imagem.

Nietzsche (2005) aponta que os dois valores opostos ‘bom e mau’, ‘bom e malvado’, travam uma guerra há milhares de anos. Na mesma perspectiva, Ricoeur (1988, p. 45) observa que na narrativa bíblica da Gênese, Deus combate o mal referenciado como “caos original”. Por outro lado, o mesmo Nietzsche (2005, p. 27) delinea que o conceito de ‘bom’ se

desenvolve no sentido de alma de natureza elevada, e que “esse desenvolvimento se efetua sempre paralelamente a outro que acaba por evoluir de ‘comum’, ‘plebeu’, ‘baixo’ para o conceito de ‘mau’”. Em contrapartida, Ricoeur (1988, p. 23) afirma que o mal moral é a ação humana capaz de ser atribuída como tal, “o pecado em linguagem religiosa”. O autor (1988, p. 25) atenta ainda para o fato de todo mal cometido por alguém ser sofrido por outro alguém, momento em que o “[...] ponto de intersecção maior que o grito da lamentação é mais agudo, quando o homem se sente vítima da maldade do homem”.

Perceba que no parágrafo acima foram apresentados vários atributos de um vilão, sem que a palavra tivesse sido mencionada. Isso se deve ao fato de o vilão sempre ter existido, mas só recentemente ter sido difundido pelas atuais tecnologias do imaginário com tal nomenclatura, principalmente pelas revistas em quadrinhos e pelo cinema.

Para além de um problema especulativo, o mal, para Ricoeur (1988, p. 47) é a “[...] convergência entre pensamento, ação (no sentido moral e político) e uma transformação espiritual de sentimentos”. O correto agir, segundo Nietzsche (2005), foi fixado por aqueles de ‘natureza elevada’, os nobres, poderosos, que ocupam lugar de destaque. Eles o fizeram em oposição ao plebeu, ao comum, a todo o que é baixo. “Foi esse *pathos da distância* que os levou a arrogar-se por primeiros o direito de criar valores, de forjar nomes de valores: que lhes importava a utilidade” (NIETZSCHE, 2005, p. 25). Para o autor (2005, p. 25), foi esta consciência de superioridade e distância que fundamentou a dominação sobre os baixos e inferiores “[...] que determinou a origem da oposição entre ‘bom’ e ‘mau’”. É nesta distância, criada pela exclusão, que a imagem do vilão se fortalece.

Na afirmação de Deleuze (1973), a existência de uma imagem clássica da lei é a imagem determinada pelos pontos de vista da origem e suas consequências. De modo que a lei representa o bem no mundo em que o próprio bem está ausente. O autor (1973, p. 88) complementa que “se os homens soubessem o que é o Bem, ou se soubessem conformar-se a ele, não teriam necessidade da lei”. Em síntese, é a lei que exclui o que de mal está em meio ao que é de bem. Neste sentido, ainda segundo Deleuze (1973), obedecer à lei é o melhor a ser feito, e esse melhor é o que mais fortalece a imagem desse “Bem”. Para as comunidades onde essas leis são impostas, os que se submetem às leis passam a serem os justos.

Neste dualismo, com o fortalecimento da imagem do bem está definido o seu oposto. Deste modo, pode-se dizer que a imagem do vilão, em um reservatório compartilhado de imagens que se fortalecem no que é legal, está diretamente ligada ao conceito de crime, imagens que destacam aqueles que não respeitam a lei.

Nos apontamentos de Senderey (1983), a criminalidade é tão antiga quanto a própria sociedade. Segundo o autor (1983, p. 70), quanto mais complexo o meio social, mas facilmente se quebram as “[...] normas sociais estabelecidas, devido a maior dificuldade do indivíduo em adaptar-se a elas”. Trazendo esta conceituação para o jornalismo, Traquina (2005, p. 85) aponta que “o crime é percebido como um fenômeno permanente e recorrente, e assim grande parte dele é observado pelos *medias* noticiosos de uma forma igualmente rotinizada”. Logo, o extraordinário, o que se opõe ao pensamento considerado socialmente aceito, ou ainda juridicamente aceito, é passível de ser notícia. Em síntese, o que remete aos vilões também pode ser considerado um valor-notícia. De acordo com Durand (2012, p. 123), “figurar um mal, representar um perigo, simbolizar uma angústia é já, através do assenhoreamento pelo cogito, dominá-los”, de modo que, simbolicamente, noticiar o crime é integrá-lo ao imaginário e, de certa forma, uma estratégia que possibilita mantê-lo sob controle, figurando-o simbolicamente.

Além de serem consideradas por Quadros (2004, p. 19) como figuras simbólicas de um idioma universal, para a autora “[...] as imagens podem ser tomadas como pequenos Deuses, que promovem a fantasmática: a relação mágica do símbolo com o seu leitor”. São estas as imagens arquetípicas que podem ser reproduzidas/atualizadas em qualquer época e lugar, como defendido por Jung (2002, p. 194). “[...] uma conexão de idéias (sic) que facilmente poderia ser considerada ‘individual’, isto é, única”. Jung (2002) concebe os arquétipos como estruturas psicológicas que servem de alicerce para toda e qualquer construção humana. Para o autor (2002 p. 54), “o inconsciente coletivo não se desenvolve individualmente, mas é herdado. Ele consiste de formas preexistentes, arquétipos, que só secundariamente podem tomar-se conscientes, conferindo uma forma definida aos conteúdos da consciência”.

Moraes e Jorge (2014, p. 14) complementam que “a força do arquétipo vem das suas possibilidades de formação e adequação e principalmente das possibilidades de atualização”. Trazendo esse entendimento para a imagem do vilão, percebe-se que ela pode ter várias formas dependendo do espaço/tempo delimitado, mas expressa o mesmo sentido, independentemente do recorte realizado. E isso diferencia a imagem arquetípica do símbolo cristalizado. Para Jung (2002, p. 94), “um arquétipo, por sua natureza, não é de modo algum um preconceito simplesmente irritante. Ele só o é quando não está em seu devido lugar. Pertence aos mais supremos valores da alma humana, tendo por isso povoado os Olimpos de todas as religiões”. O arquétipo se configura, em Durand (2002), como sendo essa imagem

que viabiliza a concretude dos gestos (*schèmes*), compreendendo o marco zero que fundamenta, orienta, estrutura e (re) estrutura as nossas ações.

Com as imagens reforçadas no imaginário, distinguem-se, na sociedade, quem são os mocinhos e bandidos, heróis e vilões, as imagens explodem aos olhos. Por isso, os primeiros são socialmente aceitos e os outros os opõem – se escondem à margem. O vilão desperta o medo que habita o ser humano desde a tomada de consciência. Em síntese, a imagem do vilão representa o errado, o controverso, o que se opõe ao bem, o anti-herói. É esta antítese, presente no *Regime Diurno* de Durand (2012), que reforça a imagem do vilão, opositor do herói, criada para identificar os maus – muito difundida por filmes, livros, revistas em quadrinhos, desenhos animados e outras produções culturais. Mas essas produções simbólicas não se resumem aos produtos culturais atuais. Sobre isso, Durand (2012, p. 431) acrescenta que “outrora os grandes sistemas religiosos desempenhavam o papel de conservatório dos regimes simbólicos e das correntes míticas”. De modo que, por muito tempo a religião foi responsável por criar e fortalecer a imagem de seus vilões. Afinal, conforme aponta Kübler-Ross (1996, p. 14) “é inconcebível para o inconsciente imaginar um fim real para nossa vida em terra e, se a vida tiver um fim, este será sempre atribuído a uma intervenção maligna fora do nosso alcance”.

Para exemplificar como se dá este fortalecimento, traz-se o que apresenta Clastres (2004) sobre a imagem do xamã. Ele é senhor da vida, pela cura que oferece, mas também senhor da morte se fracassar com frequência ou se a comunidade em que vive enfrentar situações que não possam ser explicadas. Para Clastres (2004, p. 75), se “ele não consegue curar seus pacientes: é que não quer que sejam curados, dirão. Surge uma epidemia ou uma morte estranha: o xamã aliou-se certamente com espíritos malignos para agredir a comunidade”. Trata-se, portanto, de um personagem com destino incerto. Sendo inclusive condenado à morte pela ineficiência. A imagem do xamã depende do que a comunidade definir para ele, tendo em vista que, “[...] a morte em si está ligada a uma ação má, a um acontecimento medonho, a algo que em si clama por recompensa ou castigo” (KÜBLER-ROSS, 1996, p. 14). De certa forma, quando Jung (2002, p. 33) traz que “é melhor, apesar do medo, saber o que nos ameaça”, o medo da morte e o medo de perder o próximo para a morte, também estão inclusos.

Retornemos ao debate da morte, Kübler-Ross (1996) afirma que os hebreus consideravam o corpo do morto impuro, não podendo ser tocado. A autora (1996) salienta que muitas culturas possuem rituais para cuidar do “mal” que morre com a pessoa, que é a causa da morte dela. “A tradição do túmulo pode advir do desejo de sepultar bem fundo os maus

espíritos” (KÜBLER-ROSS, 1996, p. 17). Kovács (2010) descreve que o uso de roupas pretas nos funerais ocidentais data de costume pagão, não para demonstrar tristeza, mas para expressar o medo que era sentido, o horror dos mortos. A autora (1992, p. 34) relata que “o preto era um disfarce, assim o fantasma do morto não reconheceria o vivente para caçá-lo. O uso de preto incluía o véu, pois acreditava-se ser uma forma de proteção contra a própria morte”. Conforme aponta Kübler-Ross (1996), os índios americanos atiravam flechas ao ar para espantar estes maus espíritos, assim como se repete atualmente na salva de tiros em um ritual militar.

De acordo com Monteiro (2004), a consciência da morte incentivou o homem a se organizar em cidades, a se ancorar no convívio social. No entendimento de Kovács (2010, p. 28), “a sociedade funciona apesar da morte, contra ela, mas só existe, enquanto organizada pela morte, com a morte e na morte”. Para a autora (1992, p. 24), o homem “vive toda a sua existência com a morte presente em seus sonhos, fantasias”, temendo qualquer conhecimento que denuncie a própria fragilidade. Para Silva (2017, p. 121), “racionalidade, morte e imaginário são nós que amarram os seres humanos numa transcendência coletiva cotidiana”. No entendimento de Kübler-Ross (1996, p. 26), “sob o ponto de vista psicológico, o homem tem que se defender de vários modos contra o medo crescente da morte e contra a crescente incapacidade de prevê-la”. Cassirer (1977) complementa:

Os ritos funerários, que encontramos em todas as partes do mundo, tendem para o mesmo ponto. O medo da morte, sem dúvida, é um dos instintos humanos mais gerais e mais profundamente arraigados. A primeira reação do homem diante de um corpo morto deve ter sido abandoná-lo à própria sorte e fugir, apavorado. Mas esta reação só se encontra em alguns casos excepcionais. Não tarda a ser suplantada pela atitude oposta, pelo desejo de reter ou chamar de volta o espírito do morto. Nosso material etnológico mostra-nos a luta entre estes dois impulsos. De hábito, todavia, é o último que parece levar a melhor. É verdade que sabemos de muitos recursos para impedir que o espírito do morto regresse a casa. Espalham-se cinzas atrás do caixão, quando este está sendo levado para a sepultura, a fim de despistar o espírito. O costume de fechar os olhos de uma pessoa morta foi explicado como tentativa de lhe vendar os olhos e impedir que veja o caminho pelo qual é conduzido ao túmulo (CASSIRER, 1977, p. 142-143).

Kovács (2010) atenta para o fato de a morte não ser mais considerada um fenômeno natural, sendo omitida por ser o fracasso, a impotência humana que deve ser ocultada. De modo que, para a autora (1992, p. 23) é o terror diante da morte que impulsiona o homem. E, “o heroísmo pode refletir esse medo, uma forma de ação que funciona como se ele não existisse” (KOVÁCS, 2010, p. 28). Nas palavras de Silva (2017, p. 121-122), “quanto mais um ser se encontra mergulhado num imaginário, mais se esquece da sua finitude. O

imaginário é um esquecimento da morte. Um esquecimento que salva”. Talvez por isso, conforme atenta Viscott (1982, p. 56), “movidos pelo medo, tendemos a seguir um rumo escolhido por outros que proclamam saber a direção ‘certa’”, os mentores e velhos sábios que apontam o lado certo. A escolha moral. Ética. Ideológica. A versão mais plausível ou a mais aceitável socialmente.

Hoje, dividindo o lugar com a religião, outras tecnologias entraram em cena e o teatro da vida ganhou novas dimensões com a imprensa, o cinema, a internet e outros meios de informação e entretenimento. A comunidade que condena está atualizada, abrange mais pessoas em um mesmo espaço abstrato/simbólico. Nesse ponto, é nisso que a sociedade atual difere das anteriores, tem-se a possibilidade de ampliar com muito mais impacto social, por intermédio das atuais tecnologias do imaginário, a intensidade com que se fortalece uma imagem. Nesse sentido, em uma sociedade cada vez mais descuidada com a noção de certo e errado, compreender a imagem do vilão, enquanto antítese do herói, e o impacto do fortalecimento de tal imagem no social, se torna fundamental.

Kovács (2010) traz que a busca humana pela imortalidade é simbolizada nos mitos e lendas pela morte do dragão ou monstro, mas só o herói podia conseguir tal façanha. Em análise sobre as esferas que apresentam os personagens herói e vilão, Zatti (2010) aponta que as narrativas tradicionais apresentam em primeira estância os contos de fadas e os contos bíblicos. Narrativas protagonizadas por um príncipe que derrota a bruxa malvada, pelo caçador que mata o lobo, pelas tramas de um herói que derrota um vilão. Ou, ainda, o anjo que se rebela ou o irmão que mata o outro para ensinar que há o mal em luta frequente com o bem. Narrativas que se estendem ao que é vivido, como reflexos da própria vivência, como aprendizado imagético, cultural, essencial ao sujeito. Nesta mesma perspectiva, Olinto (2008, p. 92) reforça que “as oposições com as quais se atualiza o imaginário são as oposições pelas quais se instaura o simbólico. Não é a toa que os mitos de cosmogênese fazem referência ao momento primeiro de uma divisão operada pela luz incidindo sobre as trevas”. A vitória da luz sobre as trevas simboliza a primeira vitória sobre o vilão. Afinal, das trevas surgem muitas figuras que são consideradas macabras, diabólicas, terrificantes. Nas trevas, a morte habita.

Nas reflexões de Gomes (2008, p. 92) surge o questionamento da facilidade que se percebe essa dinâmica de oposições através de histórias, mitos, contos populares e fábulas: “deveria ser igualmente fácil testemunhá-las no presente de nossas vidas”. Deveria, mas não é. “Até nossa consciência histórica é uma ‘unidade de contrários’: liga os pólos (sic) opostos do tempo e nos dá, assim, o nosso sentimento da continuidade da cultura humana”, afirma Cassirer (1977, p. 284). Deveras, comumente se atribui a imagem do vilão apenas ao que é

tido como literário, fantástico, cinematográfico. Essas histórias contadas, reforçadas, reiteradas infinitas vezes, segundo Zatti (2010, p. 2), fazem com que “[...] sem estudarmos nada de teorias da narrativa, sem sabermos da existência da Narratologia, identificamos, desde crianças, com precisão quem é o herói, quem é a vítima, quem é o vilão e o que vai acontecer com cada um deles”. Nas narrativas se enxerga os papéis que são delimitados. Zatti (2010, p. 3) completa que, tradicionalmente, “para o herói está reservado o sucesso – mesmo que haja provações e dificuldades –, enquanto que para o vilão está reservado o fracasso: a punição”. Este é um enredo que perpassa gerações da comunidade ocidental. Por esta não aceitar a ideia da morte, perpetua o triunfo do herói.

2.3.1 Robin Hood e o fortalecimento da imagem do vilão

Para além do bem e do mal, e a antítese eterna que esta imagem expressa, os títulos escolhidos para vender o conteúdo da série de reportagens *A máfia das cadeias* mobilizaram o imaginário dos leitores com o que já se fazia presente na relação social existente: o medo. No entanto, antes de prosseguir com o medo neste diálogo, trar-se-á exemplos de como a imagem do vilão pode ser fortalecida. E, posteriormente, apontar-se-á uma das imagens mais controversas do imaginário no que se refere ao que é considerado vilão: a lenda do fora-da-lei Robin Hood. Ao explicitar, com este exemplo, os mecanismos/processos que permitem o fortalecimento de uma imagem, posteriormente, ampliará a possibilidade deste fortalecimento para a análise do objeto. Mas, para isso, é preciso regressar no tempo até que se entenda o vilão moderno.

As mitologias antigas como um todo (gregas, romanas, egípcias, nórdicas, etc.), não tratam os monstros que apresentaram à humanidade, ou os opositores dos heróis que criaram, como vilões, mesmo sendo. Vilão é um termo moderno. O que existia antes desta conceituação eram os monstros, os inimigos, as pessoas que não faziam parte do mesmo convívio social ou comungavam ideias diferentes, além dos habituais infligidores da lei vigente em cada sociedade, como os ladrões, assassinos, entre outros. Nas literaturas atuais, muitos vilões são monstros, mas nas narrativas clássicas, a exemplo do que traz Bulfinch (2006, p. 150) os monstros eram “seres de partes ou proporções sobrenaturais, em via de regra encarados com horror, como possuindo imensa força e ferocidade, que empregavam para perseguir e prejudicar os homens”. Seguindo este raciocínio, no mesmo sentido de compartilhamentos de ideias e interações, proporcionadas pelas tecnologias do imaginário, este estudo traz o conceito de inimidade antecedendo o vilão que é conhecido atualmente.

Trata-se portanto de um percurso que atribui ao arquétipo do vilão, um arquétipo outro, o arquétipo do inimigo, o inimigo que remete ao caos.

Sodré e Paiva (2002, p. 38) afirmam que o sensível é um rumor que nos compele a algo, pois, “somos afetados todo o tempo por volumes, cores e ritmos, assim como por narrativas e frases”. É deste afetar que fala Marcondes Filho (2002, p. 223) quando argumenta que “os homens, ao observarem a natureza, suas relações sociais subjetivas, ao olharem a si mesmos, instituíram o conceito de *ordem*”. Conceito que, segundo o autor (2002), tranquiliza ao assegurar, de modo ilusório, o domínio, o controle e a plena visão dos sistemas que (re) organizam a vida. Seguindo esse caminho, a inimizade é uma desordem no convívio, e a amizade uma sensibilidade que passa ao homem a imagem de ordem prevalecendo sobre o caos. No mesmo trilho, o pensador Plutarco (2010, p. 52) trata a amizade como constância de “afinidade de interesses, pela partilha de actividades (sic) e de objectivos (sic)”. A amizade é harmonia.

É neste sentido que, segundo Aristóteles (2010), a imagem que está na alma, como se pudesse ser vista, raciocina e delibera para o que há de vir. O filósofo (2010, p. 122) aponta que: “quando ‘a faculdade que entende’ diz que ali está algo aprazível ou doloroso, partindo disso evita-o ou persegue-o – e far-se-á, de uma maneira geral, uma única coisa. Então, o que existe sem a acção (sic), o verdadeiro e o falso, pertence ao mesmo género (sic) que o bom e o mau”. O que existe sem a ação, neste caso, é a imagem que se fortalece na “faculdade que entende”, e ela pende para um dos lados.

No mesmo raciocínio, Moura (2014, p. 88) levanta que o pensamento se constituiu, desde Platão ao Cristianismo, pela diferença, divisão, oposição, “colocando a natureza como outro, lugar da morte, do acidente, da ameaça, do imprevisível, do caos”. A autora (2014, p. 89) fala da possibilidade de a cultura ocidental ser a única que pensa a natureza como morte e não vida, o que permitiu o pensamento de um lugar perfeito: “o paraíso – ao qual o humano pudesse efectivamente (sic) aspirar”. Mas antes de chegar ao conflito apocalíptico entre o cristo (herói) e o anticristo (vilão), céu e inferno, e o medo que este suscita, é preciso se atentar ao mito do caos.

Nos relatos de Hesíodo (2003) a linhagem do Caos, ser mitológico, abarca todos os formatos de violência e potências negativas e destrutivas, onde o Caos prevalece em poder na cisão, desagregação, violência e morte. Eliade (1992, p. 21) observa que a característica das sociedades tradicionais é a oposição entre o território que está habitado e o desconhecido que o cerca: “o primeiro é o ‘mundo’, mais precisamente, ‘o nosso mundo’, o Cosmos; o restante já não é um Cosmos, mas uma espécie de ‘outro mundo’, um espaço estrangeiro,

caótico, povoado de espectros, demônios, ‘estranho’ (equiparados, aliás, aos demônios e às almas dos mortos)”. Nessa imagem que cria da comunidade que habita, o homem a ordena em oposição ao que não está ordenado, ao caos que se estende para além de suas fronteiras. Para Eliade (1992) o território que o homem habita é o “Cosmos”, o “Mundo” fundado e estabelecido em limites pela ordem cósmica. Nesse sentido, conforme a perspectiva de Eliade (1992, p. 22), “um território desconhecido, estrangeiro, desocupado (no sentido, muitas vezes, de desocupado pelos ‘nossos’) ainda faz parte da modalidade fluida e larvar do ‘Caos’”. Em outras palavras, aquele que não está, ou faz parte, na comunidade – do cosmos –, que o homem habita, é ou está no caos – carrega a imagem de inimigo, vilão.

No que é regatado por Eliade (1992), o mito do Caos está presente em diversos momentos. No Tibete a cura era ritual e consistia em recitar o mito da criação do mundo seguida do recitar do mito das doenças e da aparição do primeiro curandeiro, “sabe se que nas práticas de cura dos povos primitivos, como aqueles que se baseiam na tradição, o medicamento só alcança eficácia quando se invoca ritualmente, diante do doente, a origem dele” (ELIADE, 1992, p. 45). O autor (1992) reforça que um número expressivo de preceitos mágicos no Oriente e na Europa incluía a história dos demônios e das doenças quando se exigia que uma divindade ou santo vencesse o mal. O mal está, de certo modo, ligado ao desconhecido, como já apontado por Bauman (2008). E, partindo do conhecido, cria-se a imagem do que não se conhece. Aqui se entende porque a imagem do Xamã, trazida por Clastres (2004), era tão frágil. Qualquer não sortimento de efeito o faria vilão, pela associação com o caos.

Nos resgates de Eliade (1992, p. 28), consta que os escandinavos invadiram a Islândia como uma repetição do ato primordial que transforma o ‘Caos’ em ‘Cosmos’, ato divino que estruturava a terra desértica, dando-lhe forma. O que faz da conquista e ocupação de territórios já habitados por estranhos a repetição da cosmogonia “porque, da perspectiva das sociedades arcaicas, tudo o que não é ‘o nosso mundo’ não é ainda um ‘mundo’. Não se faz ‘nosso’ um território senão ‘criando-o’ de novo, quer dizer, consagrando-o”. De acordo com o autor (1992) foi este o comportamento que moveu os conquistadores portugueses e espanhóis nas grandes navegações – talvez por isso alguns povos indígenas tenham sido dizimados. Em síntese, se não pertence à comunidade que o homem está inserido é um inimigo, ou até, o próprio caos, vazio, informe.

Tendo apontado esta organização conceitual sobre a inimizade, e o caos que a acompanha, cabe trazer a lenda do fora da lei Robin Hood para a discussão teórica.

Por se tratar de uma lenda imortalizada em livros, diversos foram os autores que tomaram a liberdade de escrever sobre o arqueiro da Floresta de Sherwood. Bandeira (2003), Dumas (2014), Lobato (1980) e Pyle (2009) são alguns dos (re) contadores da lenda que foram trazidos para este diálogo.

Seguindo o enredo dos (re) contadores, tem-se o pano histórico da lenda desenhado nas Cruzadas, acontecimento mencionado por eles e descrito por Fernandes (2006, p. 105) como um “[...] longo enfrentamento militar desenrolado nos limites da Cristandade, especialmente nas regiões da Síria e Palestina, entre os séculos XI e XIII, e na Península Ibérica, entre os séculos VIII e XV”. Assim, a história de Robin Hood pode se encontrar por volta da Terceira Cruzada – iniciada com o intuito de reconquistar Jerusalém, em 1189. Aliás, vale identificar que as cruzadas foram movimentos históricos que ilustram bem a ideia de inimizade, pensamentos contrários e fortalecimento da imagem do vilão.

Prossigamos... O início exato da lenda não é o objetivo a se delinear, até porque, como diz Benjamin (1987, p. 205), a narrativa é uma forma artesanal de comunicação que “floresceu num meio artesão – no campo, no mar e na cidade”; e, por isso, escapa das mãos do narrador mesmo que este descreva circunstâncias e fatos. No entanto, faz-se possível fazer a leitura de qualquer obra literária que trate da lenda e vislumbrar o universo criado pela oralidade. Imaginário que se propagou de acontecimentos que viraram canções, poemas e, posteriormente, prosa, arte, cinema e literatura, todas também consideradas tecnologias do imaginário; as primeiras se encaixam na definição de tecnologias leves/primitivas, como apontadas por Silva (2012).

Evidencia-se que a forma de propagação da lenda mudara a narrativa, podendo ter dado mais vida aos personagens, alterado nomes e/ou, ainda, escondido sentidos que só poderiam ser compreendidos no nascedouro da lenda. Diante desta constatação, torna-se imprescindível compreender o contexto narrativo para discorrer sobre como ele fortalece a imagem das personagens, neste caso a do vilão. Assim sendo, a imersão no universo contextual/literário da personagem permite apreender nuances como a que apresenta Ludwig (2016, p. 92) sobre as alterações sofridas pela palavra ‘vilão’: o termo identificava o habitante da vila que prestava serviços ao feudo, era um plebeu descaracterizado de nobreza e longe de ser um guerreiro, “contudo, o significado desse vocábulo que prevaleceu para o senso comum foi o significado depreciativo: rude, grosseiro, indigno, desprezível”. Em virtude do ‘*pathos da distância*’, já mencionado por Nietzsche (2005).

O status social delimitado pela palavra foi imbricado à imagem do vilão, estereotipando não só o proveniente da vila, mas o oposto na palavra ‘nobre’, que do detentor

de posses passa a se referir aos de boas atitudes. Tal antagonismo é considerado por Ludwig (2016, p. 88) como elemento comum das narrativas, e dramas, presente em uma personagem que se opõe ao que é virtuoso, “[...] na luta maniqueísta entre o bem e o mal: o vilão”. Tal antagonismo também é apontado por Vogler (2006, p. 61): “os Heróis são símbolos da alma em transformação, e da jornada que cada pessoa percorre na vida” e “os vilões podem ser vistos como a Sombra do herói em forma humana” (VOGLER, 2006, p. 166), de modo que a imagem do vilão, aquele que comete más atitudes, opõe-se às atitudes nobres.

O impasse entre as boas e más atitudes vai ao encontro do que define Faria (2012, p. 134), e permite o início desta sucinta contextualização literária: “[...] o vilão é aquele que representa o que é errado, injusto, controverso, que foge dos princípios morais e éticos, ou seja, o vilão, dentro de uma história de ficção, representa o mal”. Mas o que dizer sobre Robin Hood? Herói ou vilão? Eis a questão que se apresenta e que, de certo modo, caberá ao leitor decidir.

Sigamos... As histórias, conforme defende Vogler (2006, p. 49), “podem ser lidas como metáforas da situação”. Por isso, para entender o ambiente social da época da narrativa, faz-se necessário aprofundar o enredo ainda mais no tempo. De acordo com Fernandes (2006, p. 106), os germânicos que migraram pela Europa no século VI estavam pacificados, o fato permitiu que a região adquirisse relativa expansão econômica, demográfica e social. Climas favoráveis aumentaram a produtividade das colheitas e a chegada de nórdicos, sarracenos e húngaros entre os séculos IX e X colocavam “mais braços para o cultivo e mais homens para alimentar e disponíveis para lutar”. Politicamente, segundo Fernandes (2006), a sociedade se ordenava em clero, nobreza e povo. O povo trabalhava, o clero rezava e os nobres, com títulos justificados pela capacidade militar, defendiam a todos dos invasores. Fernandes (2006, p. 108) ainda complementa que os normandos, povo invasor da Europa Ocidental, influem no século X, na história da região: “em 1066, o duque da Normandia, Guilherme, o Conquistador, ao derrotar os saxões na Batalha de Hastings, funda o reino da Inglaterra”. Henrique II, personagem histórico apontado por Bandeira (2003), Dumas (2014), Lobato (1980) e Pyle (2009) para contextualizar o enredo, foi neto de Guilherme. A fundação da Inglaterra passa a representar o cosmos, e tudo que se opõe ao reino instituído o caos.

Estas informações, imbricadas ao universo literário da narrativa contada por Dumas (2014, p. 19), dão como certo o fato de Robin Hood ter sido “o último saxão a tentar se opor à dominação normanda”. Para os saxões que tiveram a terra invadida, o caos estava instituído e o cosmos desfeito. A inimizade está estabelecida. O autor (2014) ressalta ainda que após a Inglaterra ser conquistada por Guilherme, a castração e a perda dos olhos era o

duplo suplício imputado aos caçadores clandestinos. Ao caçar, tornavam-se foras da lei, e passavam a sobreviver do crime que cometeram, pois, para comer precisavam caçar na floresta. Buscar o alimento diário passou a significar a luta contra a possibilidade de morte. Nos tempos atuais é fora do comum alguém viver da caça em florestas – com exceção de algumas tribos indígenas na Amazônia –, mas na trama narrada esse fato não fica desconexo por ser o tempo, e costume. Trata-se, portanto, de uma narrativa do que foi vivido.

No imaginário ancestral, conforme aponta Campos (2016), é na floresta que havia o sustento, ervas medicinais, lenhas para a sobrevivência, madeiramento de construções, medos e mistérios. “A floresta é o lugar do não estabelecido. Ela guarda as possibilidades fora de um sistema humano, outras ordens, orgânicas, não escritas, sequer faladas, vividas” (CAMPOS, 2016, p. 9). Pode-se dizer que privar um vilão (ainda no sentido de morador da vila) de caçar nas florestas é quase privá-lo da vida, pois a caça, na época, era um meio de subsistência. Isso torna a lei normanda em vigor passível de ser contestada, para não dizer cruel. Ser considerado fora da lei por caçar é diferente de ser criminoso, este é o recado de Dumas (2014), e o início do fortalecimento da imagem do vilão para isentar o personagem.

Na narrativa dos (re) contadores, apresenta-se um mau rei, com leis tidas como injustas. E o personagem é considerado fora da lei, um arqueiro que tira dos ricos para dar aos moradores das vilas, os vilões. Mas falta um detalhe que se mencionar sobre a composição desta construção narrativa. Os arqueiros não eram considerados grandes soldados, e dificilmente seriam tratados como heróis. Conforme afirma Sousa (2013, p. 6) “[...] o arqueiro é um guerreiro de menor estatuto dentro da hierarquia da batalha, pois ele atira de longe, não enfrenta o inimigo cara-a-cara; ele é parte da infantaria ligeira”. Personagem similar é descrito no primeiro Livro de Samuel: “Davi venceu Golias e o matou apenas com uma pedra” (BÍBLIA, 2013, p. 197). Similitudes que podem ter contribuído para a propagação da lenda que ainda deixa dúvidas se é de um herói ou de um vilão.

O herói que Campbell (1997, p. 17) detalha, surge no cotidiano para se aventurar em regiões sobrenaturais/desconhecidas que o tornarão forte para obter a vitória, até que “[...] o herói retorna de sua misteriosa aventura com o poder de trazer benefícios aos seus semelhantes”. O herói é amigo da comunidade. Na jornada do herói, seguida por Vogler (2006), ele coloca foras da lei, piratas e bandidos heroicos em um mesmo termo: anti-heróis. Para o autor (2006, p. 58), “[...] anti-herói não é o oposto de um Herói, mas um tipo especial de Herói, alguém que pode ser um marginal ou um vilão, do ponto de vista da sociedade, mas com quem a plateia (sic) se solidariza”. O herói de uma narrativa, para Brait (1985, p. 88-89), é o “personagem que recebe a tinta emocional mais viva”.

Na versão ilustrada de Bandeira (2003), a história de Robin Hood se passa no contexto onde a cidade é comandada pelo Xerife de Nottingham e pelo Bispo de Hereford. O autor (2003) enfatiza que o pai do arqueiro foi injustamente preso pelo Xerife e morreu na prisão; após o acontecido Robin se esconde na Floresta de Sherwood e jura vingança. "E acabou a alegria do xerife e do bispo malvado" (BANDEIRA, 2003, p. 9). Lobato (1980) descreve que o xerife, o Bispo e o Príncipe João fizeram maldades contra o povo: usurparam terras, prenderam inocentes e cobraram altos impostos. E, por isso, Robin rouba deles para devolver aos pobres. Na narrativa (re) contada por Pyle (2009, p. 17), Robin tornara-se fora da lei quando ia para um concurso de arco e flecha e teve um embate com um guarda florestal, da mesma forma que conta Lobato (1980). Na disputa, o jovem mata um cervo real e o guarda que o desafia. A partir de então, é declarado criminoso e se esconde na floresta. Dumas (2014) narra a resistência dos saxões e a vitória dos Normandos, restando aos derrotados viver em uma comunidade na floresta. O personagem é feito líder por indicação de João Pequeno, o mais forte dentre eles: "ele, Robin Hood, meus amigos, é um verdadeiro saxão, e além disso, um bravo. Tem a discrição e o bom senso de um ancião". Além de João Pequeno, há outros personagens que auxiliam o arqueiro, a exemplo de Frei Tuck e Will Escarlate.

Os quatro (re) contadores da lenda ressaltam a imagem dos antagonistas de Robin Hood como sendo de pessoas más. Por meio das palavras, a informação difundida define qual a intensidade com que a imagem do vilão será fortalecida no imaginário. De modo que a existência de personagens com a imagem mais fortalecida de vilões, deixam dúvida perante a imagem do arqueiro. A lenda trazida acima não é o foco deste estudo, mas faz-se importante para o entendimento do que aqui está proposto. Nela é possível perceber a criação de um mal maior, um movimento que fortaleceu uma imagem para que o leitor decida, ou, ao menos, tenha a impressão que está decidindo. E mesmo que não decida por herói no que se refere ao arqueiro, não terá dúvida em apontar os vilões.

2.3.2 O fortalecimento da imagem do criminoso

O leitor capaz de decidir sobre as personagens na lenda do fora-da-lei, pode também, decidir sobre a imagem do vilão que é fortalecida em outras narrativas, a exemplo do objeto deste estudo que traz a imagem do criminoso também ligada ao arquétipo do vilão/inimigo.

Aos leitores, Bauman (2003, p. 14) exclama que o objetivo dos mitos "[...] é ensinar por meio da reiteração sem fim de sua mensagem: um tipo de mensagem que os

ouvintes só podiam esquecer ou negligenciar se quiserem”. Por sua vez, Barthes (1988, p. 79) salienta que o mito contemporâneo não é mais enunciado em grandes narrativas, mas em discursos, em uma frase, um sentido na frase, “[...] o mito desaparece, mas permanece, tanto mais insidioso, o *mítico*”. O autor (1988, p. 81) aponta que as linguagens apresentam forças de sentidos, uma guerra de sentidos “[...] tramada de hábitos, de repetições, de estereótipos, de cláusulas obrigatórias e de palavras-chave”. Nas palavras de Barros (2014b), os mitos de individuação têm no arquétipo do herói a figura essencial que passa pela provação. A provação é o caos, o inimigo, o vilão da narrativa, aquilo que o homem teme. Sendo o próprio desconhecido que o indivíduo teme no outro aquilo que ele ainda é capaz de reconhecer como parte do que também é.

Na perspectiva de Gomes (2008, p. 93), “se as classificações se fazem pela diferenciação e a diferenciação implica posituação e negativização, não há como conceber um sistema classificatório que não implique relações de poder”. Sobre esta relação, Bauman (2003, p. 24) atenta que a promoção da segurança exige o sacrifício da liberdade, sendo ampliada com o sacrifício da liberdade dos outros. Para Gomes (2008, p. 117), “a força da normalização reside em grande parte na exclusão”, e as oposições excluem o que é indesejável. Um sacrifício de liberdade regulado pela legislação.

A conduta do homem e suas fragilidades foram evidenciadas e registradas em todos os tempos e organizações sociais, não só nas narrativas apresentados até aqui. Na veiculação da série de reportagens o crime é o problema que a comunidade catarinense vivencia. Sobre a criminalidade, Senderey (1983) afirma ser uma condição negativa no agrupamento social. Segundo Traquina (2005), na narrativa jornalística, a violência, parte do social, é um valor-notícia ligado a outro critério de noticiabilidade: a infração. Traquina (2005, p. 85) reforça que “por infração refere-se sobretudo a violação, a transgressão das regras. Assim podemos compreender a importância do crime como notícia. Uma parte importante das notícias sobre o crime são rotineiras e breves, porque o grosso dos crimes é visto como uma rotina”. Para o autor (2005), o crime é um fenômeno observado pelos meios de comunicação rotineiramente, como parte integrante do cotidiano do jornalismo.

Na obra *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*, Bauman (2003, p. 102) afirma que “esperar que o Estado, se chamado ou pressionado adequadamente, fará algo palpável para mitigar a insegurança da existência não é muito mais realista do que esperar o fim da seca por meio de uma dança da chuva”. Nos estudos do autor (2003) consta que as pessoas que compram alarmes e arames para as cercas querem um ambiente seguro ‘à prova de intrusos’. Neste sentido, “‘comunidade’ quer dizer isolamento, separação, muros protetores

e portões vigiados” (BAUMAN, 2003, p. 103). Em contraponto, conforme aponta Silverstone (2002, p. 182), “as fronteiras e barreiras que nos protegem também nos restringem. Mas odiamos ser excluídos. Podemos deixar um grupo um dia apenas para nos juntar a outro no dia seguinte”. A comunidade é necessária, o cosmos é necessário, e o caos reside na diferença, ao ponto de a necessidade de oposição aos outros tornar-se um desejo de extinção destes outros. O diferente torna-se intolerável.

De certo modo, a ‘sociedade’, como aponta Bauman (2003, p. 101), “foi sempre uma entidade *imaginária*”, tida como o pai que detém o poder, rigoroso e implacável, outro alguém que se pode pedir ajuda em caso de problemas. Mas é ao Estado que cabe a manutenção da liberdade e a prisão dos que são considerados inaptos ao convívio, os inimigos da sociedade. Neste contexto, Sodré (2002, p. 27) salienta que “o Estado se outorga o monopólio da violência, afirmando exercê-la de modo legítimo”. O que Chiavenato (1985, p. 67) completa: “a violência era – é – a marca do Poder”. E o Estado a exerce contra os inimigos internos, os criminosos, infratores, foras da lei, com a condenação e envio para a prisão.

Resgatado por Gomes Neto (2000, p. 49), “com o estabelecimento da prisão como instrumento da pena pelo Código Penal Francês, em 1791, a pena de prisão se generalizou e se disseminou por todo o mundo, podendo se dar como marco dessa generalização, já como instrumento jurídico, a Revolução Francesa, em 1789”. De modo similar, a prisão se tornou um mal em si mesma, conforme traz Oliveira (2003, p. 250) em seu estudo sobre o sistema prisional catarinense: “[...] de regime totalitário, prisionaliza a mentalidade de todos os seus ocupantes: presos, guardas, carcereiros, funcionários, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e diretores, mantendo-os sob constante tensão e desconfiança”. Oliveira (2003) afirma que o clima desumano, negativo, antinatural e corrupto despessoaliza os presos. De modo que, “[...] o encarceramento serve apenas para punir, socializando o preso para o mundo do crime” (OLIVEIRA, 2003, p. 252).

O advogado Augusto Thompson (2002) retrata a questão penitenciária sobre um viés de quem esteve no interior dela, como diretor. Para ele (2002, p. 21), “o significado da vida carcerária não se resume a mera questão de muros e grades, de celas e trancas: ele deve ser buscado através da consideração de que a penitenciária *é uma sociedade dentro de uma sociedade*”. Nas palavras do autor (2002, p. 57), “o muro da prisão, física e simbolicamente, separa duas populações distintas: a sociedade livre e a comunidade daqueles que foram, por ela, rejeitados”. Levando em conta o que apontara Cícero (2006, p. 83): “a força da amizade

consiste nisso que ela faz de muitos, de certo modo, uma unidade”. Portanto, pode-se afirmar que os presos são os inimigos da sociedade, assim como a sociedade é a inimiga dos presos.

Sobre este vigiar e punir, mútuo, Foucault (2012, p. 21) exclama: “a verdade é que punir, atualmente, não é apenas converter uma alma”. Maffesoli (2003, p. 136) lembra que “os desregramentos, as demências cotidianas, os descomedimentos vividos no dia-a-dia, os excessos de todo gênero, enfim, todos os *desencadeamentos*, recordam-nos que, segundo um velho adágio libertário, a liberdade é esse crime que contém todos os crimes”. E, Foucault (2012, p. 218) traz a reflexão: “conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa, quando não inútil. E, entretanto, não ‘vemos’ o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão”.

Tendo isto em conta, esta pesquisa prossegue.

O Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o sistema carcerário brasileiro, publicado em Brasil (2009), apresenta um contexto ‘estimulante’ para a mídia. Há pautas e mais pautas neste cenário. A prisão está repleta de personagens, protagonistas de relatos da ‘vida real’. O Relatório Final da CPI (2009) percebeu que:

Os estabelecimentos são escuros em razão de economia de energia elétrica. As celas e outros espaços de uso dos presos mais parecem masmorras, pelo estado de sujeira e pelo mau cheiro. A falta de água é frequente em várias unidades e racionada em outras. Como racionamento, é distribuído um limite de 6 litros por cela ao dia. Essas celas são ocupadas, em média, por trinta homens. No verão, a temperatura chega aos 35 graus. Os banhos são com água sem aquecimento, para a economia de energia elétrica. Em geral, os estabelecimentos são insalubres, sem a mínima condição de abrigar seres humanos. A assistência jurídica é ignorada. No quesito alimentação, a qualidade e a variedade são de classificação crítica (BRASIL, 2009, p. 364).

Se considerar que os presos são inimigos de uma comunidade de pessoas de ‘bem’, tudo que o Relatório Final da CPI (2009) apontou no recorte acima, por mais que seja crítico, não afeta essa comunidade. Mas o problema criminal avança para além das prisões. Bill² e Athayde³ (2010) relatam que os criminosos, ao tomarem favelas rivais, levam pessoas

² MV Bill é rapper. Nascido e criado na Cidade de Deus – onde reside até hoje, é coautor do livro *Cabeça de Porco* (Objetiva), uma parceria que deu certo entre ele, Celso Athayde e Luiz Eduardo Soares. Bill também é coprodutor e codiretor dos filmes *Falcão – Meninos do Tráfico* e *Falcão – O Bagulho É Doido*. Recebeu a medalha da Unicef e o título de Cidadão do Mundo – conferido pelas Nações Unidas (BILL e ATHAYDE, 2010, p. 261).

³ Celso Athayde nasceu na Baixada Fluminense, mas cresceu na Favela do Sapo, em Senador Camará. Tornou-se o mais importante produtor de Hip Hop do Brasil, através do projeto Hutúz, criando festivais de cinema, Hip Hop, batalhas de MC’s, DJ’s, B.Boys, seminários, entre outras modalidades de cultura. É coprodutor e codiretor dos filmes *Falcão – Meninos do Tráfico* e *Falcão – O Bagulho É Doido*. Criador da primeira Liga Brasileira de Basquete de Rua (Libbra) e das Sebar (Seletivas Estaduais de Basquete de Rua), também é fundador da Cufa (Central única das Favelas) (BILL e ATHAYDE, 2010, p. 261).

de confiança para morar nas comunidades ocupadas e expulsam as famílias locais. Segundo os autores (2010, p. 60), esta estratégia é utilizada “[...] para ter o mesmo padrão de segurança que tinham antes. Isso faz com que o ódio entre os criminosos seja estendido aos moradores comuns”, isso também faz com que os moradores ‘vistam a camisa’ de determinada facção para não se submeter a uma mudança no poder e possível ocupação por outros criminosos. Revive-se nestes cenários a lenda de Robin Hood recontada por Bandeira (2003), Dumas (2014), Lobato (1980) e Pyle (2009), pela semelhança com a invasão normanda e a luta dos saxões para manter seus territórios. Situações diferentes, interesses diferentes, espaço/tempo diferente, mas semelhante conflito, com heróis e vilões distintos.

Vale ressaltar que esta dissertação alerta para o fato de heróis e vilões estarem presentes não apenas em contos, fábulas, quadrinhos ou filmes, mas no dia a dia de uma determinada comunidade, de um grupo que compartilha um espaço abstrato/simbólico. Neste sentido, Moraes e Jorge (2014) resgatam em entrevistas realizadas em Santa Catarina as narrativas que fortalecem a imagem do indígena como desinteligente, selvagem, não civilizado, preguiçoso e insociável, oposto do povo que colonizou o estado. Segundo elas (2014):

A pregnância é evidenciada novamente nos relatos dos entrevistados quando os mesmos falavam dos grupos indígenas, fazendo as afirmações com sentimento de medo e temor, justificando essa sensação pelo fato de que os pais ou avós relatavam histórias em que o índio aparecia como ameaça. A semântica do símbolo foi sendo passada através de relatos orais e, ainda hoje, muito presente nas falas dos descendentes. As histórias sempre tinham um cenário de medo. Os ‘bugres’ eram considerados uma ameaça. E este sentimento, aura imaginal, serve de ligação simbólica entre os indivíduos pertencentes a este grupo. Há identificação com o sentido das narrativas, porque elas se complementam, se repetem, eufemizam a própria atuação dos colonizadores frente à ameaça do mal (MORAES e JORGE, 2014, p. 22).

No entendimento de Moraes e Jorge (2014) na construção estereotipada, através das imagens do indígena “[...] o imaginário que permeia a formulação dessas narrativas foi tecido a partir de experiências e significações produzidas em uma determinada ambiência cultural e desencadearam um processo imaginal que se desdobrou ao longo do tempo”. Novamente revive-se nestes cenários a lenda de Robin Hood recontada por Bandeira (2003), Dumas (2014), Lobato (1980) e Pyle (2009), pela semelhança com a invasão normanda e a luta dos saxões para manter seus territórios. Situações diferentes, interesses diferentes, espaço/tempo diferente, mas semelhante conflito, com heróis e vilões distintos.

Distante destes conflitos históricos, nos conflitos atuais, nas comunidades onde a sobrevivência depende da permanência dos criminosos, conforme o entendimento de Amorim

(2011, p. 21), “o criminoso é um exemplo do extrato social modificado. Virou uma categoria própria. Nas comunidades pobres, onde as leis estabelecidas não são vigentes, o criminoso é aceito como categoria social do bairro”. Amorim (1993) reforça que, nos termos que o cidadão conhece, a favela não possui cidadania, assim como o indígena das narrativas de Moraes e Jorge (2014) também não possuía. Na visão de Amorim (1993, p. 10), “a miséria coloca os homens à margem da vida, mas a história e a sociologia ensinam que não pode existir agrupamento humano sem regras, sem leis e sem um regime de prêmios e punições. O crime organizado ocupa o espaço e dita o regulamento para o convívio social”. O crime organiza o cosmos onde habita conforme suas particularidades.

De acordo com Souza (2002), o precoce envolvimento com o tráfico, leva os jovens a obedecer a rigorosas ordens dos chefes, ou facção: “roubar nas imediações dos pontos de tráfico, por exemplo, é proibido. Quem passar por cima dessa determinação é punido com tiros nas mãos, que também podem ser perfuradas a golpes de punhal” (SOUZA, 2002, p. 68). Segundo Amorim (2011), na cadeia, para impor respeito, o sentenciado faz questão de falar, a todo o momento, que possui vários crimes no currículo. “Entre a bandidagem, é comum o sujeito dizer ‘já matei tanto’. Nós olhamos para isto com as lentes do mundo civilizado – e esquecemos que lá embaixo, no porão da sociedade, as regras são outras” (AMORIM, 2011, p. 18). No porão da sociedade há um cosmos que não se conhece totalmente.

De certa forma, nas favelas os jovens se desenvolvem com valores comportamentais, muitas vezes, deturpados. As crianças que brincam nas vielas de chão batido ouvem narrativas diferentes das que ouvem as crianças do asfalto, inspiram-se em heróis diferentes, geralmente nos heróis do tráfico, das facções e das organizações criminosas. O vilão que é o herói para os jovens da favela. Afinal, em algum momento entre a partida e o retorno, estes heróis se tornam os mentores/velhos sábios que iniciarão estas crianças no crime. Em contrapartida, as crianças que nascem na situação oposta da sociedade, nas ruas asfaltadas, crescem com uma constelação de imagens de heróis diferentes. Imagens que retratam as pessoas de favela como um inimigo em potencial, um criminoso em potencial. Nesta linha de raciocínio, são os convívios das diferentes comunidades, dos diferentes cosmos, que fortalecem imagens distintas de heróis e vilões, na diferença que as imagens germinam.

Na pesquisa realizada por Amorim (2011), foi na convivência com os presos políticos da ditadura que o crime organizado germinou no Brasil. O Comando Vermelho nasceu no presídio da Ilha Grande, Rio de Janeiro, em 1979, aponta o autor (2011). Na visão

de Molicca (2007, p. 302), o “Comando Vermelho adotou métodos de organização e de ação semelhantes aos utilizados pelos membros dos diversos grupos clandestinos de esquerda que, no final dos anos 60 e início dos anos 70, entraram em confronto armado com o regime”. Durante a permanência no presídio da Ilha Grande, de acordo com Amorim (2011, p. 92), os presos políticos traficavam informações, mas os criminosos utilizavam o mesmo mecanismo aprendido para fins ilícitos: “o correio - como acontece ainda hoje para o Comando Vermelho carioca e para o PCC paulista - sempre esteve baseado nas visitas de parentes e advogados dos presos políticos”.

Seguindo o modelo do empreendimento carioca, o PCC, de acordo com Salla (2015), nasce em 1993, e rapidamente ascende à expansão territorial, tendo dominado as prisões paulistas até 2001. Christino (2001, p. 66) salienta que “a adoção da sigla ‘PCC’ é emblemática desde sua origem com veias políticas ligada aos ensinamentos de quem teve contato com a repressão, os termos indicam também hierarquia (Primeiro), organização de uma sociedade (Comando) e base de atuação (Capital)”. De acordo com Salla (2015), o primeiro momento de conquista da facção foi de rebeliões e mortes, mas os números caem em um segundo momento. “De 2006 a 2012, desenha-se um terceiro momento em que o PCC exhibe a sua hegemonia sobre a massa carcerária e ainda seu enraizamento e capacidade de mobilização fora das prisões” (SALLA, 2015, p. 177). O autor (2015) ainda ressalta que os membros do PCC passaram a regular a vida das comunidades, interferindo em questões familiares, disputas pessoais e outras decisões sobre a vida dos moradores, tendo amparo, inclusive, em estatuto:

1. Lealdade, respeito, e solidariedade acima de tudo ao Partido.
2. A Luta pela liberdade, justiça e paz.
3. A união da Luta contra as injustiças e a opressão dentro da prisão.
4. A contribuição daqueles que estão em Liberdade com os irmãos dentro da prisão, através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate.
5. O respeito e a solidariedade a todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos, porque aquele que causar conflito interno dentro do Partido, tentando dividir a irmandade será excluído e repudiado do Partido.
6. Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais, contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais. Mas o Partido estará sempre Leal e solidário a todos os seus integrantes para que não venham à sofrerem nenhuma desigualdade ou injustiça em conflitos externos.
7. Aquele que estiver em Liberdade 'bem estruturado' mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, serão condenados à morte sem perdão.

8. Os integrantes do Partido tem que dar bom exemplo a serem seguidos e por isso o Partido não admite que haja: assalto, estupro e extorsão dentro do Sistema.

9. O partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, a hombridade, solidariedade, e o interesse comum ao Bem de todos, porque somos um por todos e todos por um.

10. Todo o integrante tem que respeitar a ordem e a disciplina do Partido. Cada um vai receber de acordo com aquilo que fez por merecer. A opinião de Todos será ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do Partido.

11. O Primeiro Comando da Capital - P. C. C. Fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto "a Liberdade, a Justiça e a Paz".

12. O Partido não admite rivalidades internas, disputa do poder na Liderança do Comando, pois cada integrante do Comando sabe a função que lhe compete de acordo com sua capacidade para exercê-la.

13. Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o Sistema e fazer essas autoridades mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, torturas, massacres nas prisões.

14. A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador do Estado à desativar aquele Campo de Concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atroz.

15. Partindo do Comando Central da Capital do KG do Estado, as diretrizes de ações organizadas e simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado, numa guerra sem trégua, sem fronteira, até a vitória final.

16. O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do Estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos à nível estadual e à médio e longo prazo nos consolidaremos à nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho - CV e PCC iremos revolucionar o país dentro das prisões e o nosso braço armado será o Terror "dos Poderosos" opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangú I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade, na fabricação de monstros.

Conhecemos a nossa força e a força de nossos inimigos Poderosos, mas estamos preparados, unidos e um povo unido jamais será vencido.

LIBERDADE! JUSTIÇA! E PAZ! O Quartel General do PCC, Primeiro Comando da Capital, em coligação com Comando Vermelho CV. UNIDOS VENCEREMOS (ALVES, 1997, p. 9)

Na esteira dos acontecimentos, os moldes do Comando Vermelho e do PCC foram utilizados na criação da facção catarinense que se denomina Primeiro Grupo Catarinense (PGC), organização criminosa tema da reportagem, objeto desta pesquisa. Sobre ela, os autores, Vargas e Pereira (2013j), apontam que o estatuto do PGC prega a lealdade entre

criminosos. “A facção vende a ideia de que trata-se de uma fraternidade, na qual é possível confiar o destino e a própria vida aos irmãos, mesmo sendo eles assaltantes, traficantes, assassinos e sequestradores”, destacam eles (2013j). Muitos dos que estão presos acreditam nesta fraternidade enxergando neste ‘Grupo’ o mentor que o iniciará na jornada. Outros, largados em um sistema prisional deficitário, se submetem por medo de encarar a morte de frente.

3 O MEDO COMO CATALISADOR DO IMAGINÁRIO

O sentimento de si mesmo também é uma imagem, a repetição de imagens de um nome próprio, a contínua imagem do seio familiar, a imagem que coloca o homem em pertencimento local. Barthes (1998) traz que na origem de tudo há o medo. Este tudo se refere ao homem e sua capacidade de pensar, sentir, expressar. De mesmo modo, na pesquisa de Campbell (1994, p. 21) consta que no “mito indiano, assim que o Sí-Próprio disse ‘Eu’ (aham), ele conheceu primeiro o medo e depois o desejo”. Os desejos estão nos livros, nos filmes, nos projetos de vida, o desejo está na essência do querer ser, acreditar ser, e vir a ser parte da comunidade em que se insere, é/está inserido. Do medo, entretanto, não se fala. Segundo Barthes (1988, p. 350), “ele fica excluído do discurso”. Afinal, quando o homem resolve entender o medo se depara com algo tão complexo quanto senti-lo. O medo torna o desejo nulo, fútil, não potente. Ele paralisa o desejo que o homem tem de seguir em frente e catalisa o sentimento de sobrevivência, torna o desejo de sobrevivência o único desejo.

Para entender este paralisar/catalisar, Gray (1978) apresenta uma pesquisa sobre o medo inato e/ou adquirido e faz a comparação de reações em um experimento que aponta a exposição de crianças de dois a dezessete anos a uma cobra inofensiva. O autor (1978) percebe que quanto maior a idade, e quanto mais a criança sabe do perigo causado pela cobra, mais a expressão do medo é visível. Em outra pesquisa, com chimpanzés, a questão da idade influenciara também nas reações, mas não houve uma aquisição prévia do medo de cobra. Gray (1978, p. 59) delimita que, fisiologicamente, “[...] ter medo é sentir o coração palpitar, os cabelos se arrepiarem, a respiração aumentar, e assim por diante –, e nada além disso”.

De modo geral, contra aquilo que o homem não tem conhecimento, ele reage. Desta reação Delumeau (2009, p. 30) salienta: “[...] o medo (individual) é uma emoção-choque, frequentemente precedida de surpresa, provocada pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente que ameaça, cremos nós, nossa conservação”. Esta crença é obtida pela repetição do que se acredita prejudicial. O medo, assim que expresso, é imagem. É na imagem que ele é sentido. Neste processo, a informação transmitida à consciência, pelo medo, torna-se a atenção principal naquele momento, ou ainda, conforme o pensamento de Ekman (2011, p. 169) “[...] a ameaça de dano também pode monopolizar nossa consciência por longos períodos, ou tais sentimentos podem ser episódicos, voltando, invadindo nossos pensamentos enquanto lidamos com outros assuntos”.

Sobre esta recorrência consciente, Delumeau (2009, p. 33) distingue: “o temor, o espanto, o pavor, o terror dizem mais respeito ao medo; a inquietação, a ansiedade, a melancolia, à angústia. O primeiro refere-se ao conhecido; a segunda, ao desconhecido. O medo tem um objeto determinado ao qual se pode fazer frente”. E, quando não há nada que o homem conheça para expressar o medo, ele cria uma imagem, ou associa diversas imagens para que o medo seja controlado, principalmente o medo da finitude, o medo da morte.

Deste cogitar humano, Kovács (2010, p. 15) entende que “o medo é a resposta psicológica mais comum diante da morte. O medo de morrer é universal e atinge todos os seres humanos, independente da idade, sexo, nível socioeconômico e credo religioso”. O medo da morte do outro, da própria morte, medo da proximidade desta morte, da impotência em relação à morte, do que virá após a morte, do desconhecido que a morte impõe, da extinção e das causas iminentes de tal morte, estiveram presentes em tempos remotos, se fazem presentes nos dias atuais e estarão presentes enquanto o ser humano existir. Toda a gama de medos possíveis está de alguma forma ligada ao temor particular que a morte influi no ser humano. Sobre isso, a autora (2010, p. 15) reforça que “[...] nenhum ser humano está livre do medo da morte, e todos os medos que temos estão, de alguma forma, relacionados a ele”. É no contato direto com a morte, com o conceito que se faz da morte – desta certeza da incerteza –, que o medo se materializa no consciente, e se exterioriza em expressão, representação.

É pelo desejo de eternidade que o medo se faz cada vez mais presente no imaginário. É o medo que lembra, frequentemente, a fragilidade do homem. Para Antunes Júnior (2016), o medo é um dispositivo que alerta o organismo humano do que ele deve evitar, ou eliminar. De certo modo, é por esta fragilidade que as imagens de força, as imagens heroicas, se perpetuam. Na percepção de Botelho (2010, p. 33) o medo é determinado pela percepção de mundo, e está relacionado aos signos e associações que o provocam. Bulhões (2010) defende que o medo é uma vivência subjetiva que expressa angústia de um conflito psíquico. O conflito com o desejo. Um conflito infinito, presente, contínuo.

Na modernidade líquida de Bauman (2008) as expressões do medo circundam a escuridão, a morte, a impotência, a exclusão, o mal, o terror, o inadministrável e tudo o mais que fuja do controle humano, tudo que este não possua o conhecimento para retirar da neblina chamada incerteza. De certa forma, o homem teme o desconhecido, e à medida que ele cada vez mais conhece de tudo, tem-se um medo que constantemente cessa, um medo que migra para a nova incerteza que emergir, ou torna para a única incerteza que é realmente certa, a morte. “Só a morte significa que nada acontecerá daqui por diante, nada acontecerá com você,

ou seja: nada que você possa ver, ouvir, tocar, cheirar, usufruir ou lamentar” (BAUMAN, 2008, p. 44).

Na busca da mente sem medo, Krishnamurti (1980, p. 44) traz que “o medo não é uma abstração, uma simples palavra – embora para a maioria de nós a palavra se tenha tornado mais importante do que o fato”. Para o autor (1980, p. 43), o medo e a ideia do medo são diferentes, de modo que “nunca estamos em contato com o medo, porém apenas com a ideia do medo”. Retornando com o exemplo da morte, sabe-se que ela só é fato quando se está morrendo. Entretanto, saber da morte de outras pessoas e a compreensão que algo similar pode acontecer, gera a ideia do medo da morte, faz com que ela se aproxime. É este desejo de estar em segurança, livre da ideia da morte, que catalisa o medo, e este medo catalisa as demais imagens que se fortalecem no imaginário social. Krishnamurti (1980, p. 45) exclama que “[...] o medo nunca se acha no presente, porém sempre no futuro; ele é provocado pelo pensamento, pelo pensar no que poderá acontecer amanhã ou daqui a um minuto”. Outro pensador também traz a reflexão:

cita-me um homem que saiba dar ao tempo o seu prêmio, reconhecer o valor de um dia, compreender que morre a cada dia. Nós nos enganamos quando pensamos ver a morte diante de nós: ela já está em grande parte atrás de nós. Tudo o que pertence ao passado é do âmbito da morte (SÊNECA, 2002, p. 153).

Como já mencionado anteriormente, em conceituações de Durand (2012), Ferreira-Santos e Almeida (2012), Pitta (2005) e Silva (2012), o pensamento do homem é representado e mobilizado por intermédio de articulações simbólicas. Isto inclui o pensar, o agir e o ser/estar nas sociedades. É a troca dinâmica das subjetividades que eclodem do imaginário para o meio social, e vice-versa. Neste contexto, Moraes, Bressan e Osnilo (2017, p. 193) apontam que “as atitudes imaginativas são uma tentativa de enfrentamento dos semblantes do tempo: o *Cronos* e a morte, o universo da angústia existencial, e o imaginário enquanto potência simbólica”. Teixeira e Porto (1998, p. 54) corroboram ao ressaltar que “o desejo fundamental buscado pela imaginação humana é reduzir essa angústia existencial, através de seu princípio constitutivo que é o de representar, simbolizar as faces do Tempo e da Morte, a fim de controlá-las e às situações que elas representam”.

Neste sentido, Durand (2012) destaca que a meditação do tempo faz parte do animal que existe no homem, parte do desejo pela eternidade que impulsiona a recusa da própria morte e o combate do tempo. A procura por segurança surge desta recusa. Tanto que Delumeau (2009, p. 23) afirma que “a insegurança é símbolo de morte, e a segurança símbolo

da vida". Símbolos que Durand (2004) acredita serem os responsáveis pelo fato de o *homo sapiens* ter se tornado *homo symbolicus*, a partir desta capacidade de simbolizar a morte, ao decorar sítios funerários. É esta capacidade simbólica que, na visão de Ferreira-Santos e Almeida (2012, p. 77), frutifica o imaginário. Para os autores (2012, p. 38) “há uma gênese recíproca que oscila das pulsões ao meio ambiente material e social e deste àquelas”, o que Durand (2012) apresenta como trajeto antropológico.

Já foi salientado que Monteiro (2004) defende que a consciência da morte incentivou o homem a se organizar em cidades, a se ancorar no convívio social. A autora (2004, p. 88) afirma que o estar junto foi “motivado pela consciência do medo da morte”, o que de certa forma inclui o medo da própria morte, mas também o medo da morte do outro. Na percepção de Ribeiro (2011, p. 99), foi nesse movimento contra o medo que para vencer o escuro criou-se a iluminação; contra a fome, plantou-se; a urbanização deve-se “[...] ao desejo de fugir aos perigos da selva e a elaboração dos códigos morais e legais é em grande medida uma reação aos medos da vida em sociedade”.

O medo está materializado no passado, mas o que temiam os ancestrais do ser humano ainda permanece. Talvez não na mesma proporção significativa, pois, as relações simbólicas da atualidade, amplificadas pelas atuais tecnologias do imaginário, podem multiplicar os significados do que é sentir medo.

Trazendo para o contemporâneo, encontra-se um mundo conectado onde o medo tem a amplitude da humanidade e, ao mesmo tempo, é delimitado pelo particular sentir. Ambas as extremidades, o medo coletivo ou o medo individual, fazem com que, culturalmente, seja difícil dissociá-las na constelação de imagens que Durand (2012) denomina imaginário. Ao aproximar estas conceituações da proposta deste capítulo, o medo como catalisador do imaginário, pode-se resgatar a afirmação de Jung (2002, p. 33): “é melhor, apesar do medo, saber o que nos ameaça”; e complementar com o que aponta Cassirer (2003, p. 63-64) “a expressão de um sentimento não é o próprio sentimento – é a emoção tornada imagem”.

Dentro do repositório de imagens do imaginário social, o medo possui uma constelação própria, com imagens disseminadas, construídas, e impulsionadas pelas tecnologias do imaginário – aqui se pode incluir o jornalismo e o objeto desta pesquisa –, que amplificam as dimensões de alcance da violência urbana. Consequência do convívio social que permite ativar a consciência da finitude e, catalisada pelo medo, a busca pela sobrevivência. Neste contexto, sentir medo é um movimento expresso e catalisado pelo próprio reservatório que agrega essas imagens.

É necessidade do homem representar/expressar o medo para, segundo Teixeira e Porto (1998), controlá-lo, antecipá-lo, conhecê-lo. As autoras (1998, p. 55) afirmam que “pela representação, ele é partilhado e socializado, mas, ao mesmo tempo, é ampliado e estendido, e a consequência é que se deseja controlá-lo cada vez mais”. Na visão de Camargo (2010, p. 57), os medos urbanos “[...] são afetos individuais que possuem uma configuração social por estarem ligados a processos sociais”. Esta necessidade de representá-lo, expressá-lo, materializá-lo, amplia-se na mesma proporção que ele se fortalece no imaginário, na mesma medida em que ele se faz presente e transforma o social.

3.1 SOBRE O MEDO EXPRESSO (E MATERIALIZADO) NO IMAGINÁRIO

Na percepção de Moraes, Bressan e Osnildo (2017, p. 196), “a presença, ou ausência, da morte influi no ser humano, é uma inevitabilidade angustiante para o homem. De modo que, a representação simbólica está diretamente ligada ao medo”. Foi através das representações do medo da morte, que inspira a filosofia e a literatura, que produções simbólicas e culturais do homem a materializaram. Em um estudo sobre a filosofia naturalista e atomista de Lucrecio, Freire (2007, p. 4) resume o confronto com a morte como um obstáculo ao equilíbrio e à liberdade humana: “para Lucrecio, pensador latino do século I a. C., o temor da morte imputado pela religião e as vãs superstições, alimenta o amor à riqueza, a ambição do poder e os atos insensatos, cujas consequências refletem nas doenças anímicas”.

Reforçando o que afirma Kovács (2010, p. 24), “o heroísmo pode refletir esse medo”, é o agir humano que funciona como se ele não existisse. Ao analisar o medo em Homero, Fortuna (2015) conclui que a obra não é apenas artística, mas representa a cultura e filosofia da antiguidade, e nela há medos possíveis de serem observados, medos estes que são apresentados pelo autor: o medo em antagonismo à coragem, significando covardia por medo da morte, por isso involuntário; e o medo da desonra que impulsiona e policia a coragem do herói, um voluntário enfrentamento da morte. Ao refletir esse herói, Fortuna (2015, 56-57) diz: “sentir medo torna-se então algo natural e aceitável, principalmente em situações extremas como na guerra, um sentimento que serve de aviso para o homem se afastar dos perigos, algo útil que uma vez controlado pode ser usado em benefício do guerreiro”.

A literatura homérica, que também fora teatralizada, serviu como base para inculcar na antiguidade a presença da morte e a necessidade desse convívio. De certa forma, era nobre quem, sabendo da possibilidade da morte, não retrocedia. Assim, com a literatura, responsável por disseminar heróis que venceram o medo, surge o modelo de confiança: “são

confiantes os que tiveram resultados felizes, os que escaparam de situações perigosas” (FARIAS, 2013, p. 55). A literatura deu vida aos heróis, mas também trouxe a representação do mal, do vilão, do sinistro que vai povoar o imaginário de toda uma civilização, o que explica-se com o antagonismo que ameaça o herói. E esse antagonismo se pode vislumbrar no jornalismo.

Freud (2010) explica que, em busca da felicidade, o comportamento humano se move em duas direções, para a ausência de dor e para o prazer intenso. Freud (2010, p. 64) traz que o sofrimento ameaça o corpo em três ocasiões: constância da morte, as implacáveis forças superiores que causam dor e medo e “as relações com os outros seres humanos”. O medo está na essência da vida do ser humano, mas o homem não o assume, ele o exterioriza, projeta no outro, no desconhecido, conforme aponta Moura (2014, p. 102), em um esforço “para construir uma protecção constante relativa à ameaça que imagina localizada ‘lá fora’”, em outro cosmos. Sobre este esforço construtivo, Bauman (2003, p. 105) reforça que “dada a intensidade do medo, se não existissem estranhos eles teriam que ser inventados. E eles são inventados, ou construídos, diariamente: pela vigilância do bairro, pela tevê de circuito fechado, guardas armados até os dentes”.

Perpassando a Idade Média, conforme aponta Parmegiani (2011), o livro bíblico do Apocalipse foi introduzido nos portais e tímpanos das Igrejas através de imagens que simbolizavam o inferno, o dia do juízo final, dragões e bestas de sete cabeças e dez chifres. Inferno este, que segundo Durand (2012), é imaginado como um ambiente caótico e agitado. O autor (2012, p. 74) salienta ainda que “esta repugnância primitiva diante da agitação racionaliza-se na variante do esquema da animação que o arquétipo do caos constitui”.

Sobre este imaginário que se formara, Freire (2007, p. 81) destaca que o medo materializado no inferno após a morte é o “[...] medo projetado a partir dos terrores morais pessoais, adquiridos nessa vida”. Duby (1998) faz um paralelo entre os medos medievais e os medos de hoje: o medo da miséria, o medo do outro, o medo das epidemias, o medo da violência e o medo do além. Segundo o autor (1998, p. 30), o homem do ano 1000 tinha medo da fome e do amanhã, de modo que “o medo permanente da fome origina uma espécie de sacralização do pão, o dom essencial que Deus dá aos homens. ‘O pão nosso de cada dia nos dai hoje’”. Antes dos anos 1000, conforme o autor (1998), a Europa sofrera invasões. A lembrança destes ataques permanecia quando a peste negra matou cerca de um terço da população europeia, “como a Aids para alguns, essa epidemia é vivida como uma punição do pecado. Então, procuram-se bodes expiatórios e encontram-se os judeus e os leprosos, acusados de envenenar os poços”. (DUBY, 1998, p. 78) Contexto em que as cidades

proibiram a entrada dos suspeitos de trazerem o mal e se isolaram. Sobre o medo da violência na idade média Duby (1998, p. 112) atenta que havia migrantes miseráveis que praticavam múltiplas subtrações, “o banditismo existia, certamente”. Neste cenário, a pena para um delito, quando não se dava com o pagamento de multa era cruelmente aplicada para que todos os olhos a vissem: o suplício ou a morte do condenado. O medo era uma forma de controle social e as punições eram ao ar livre

Foucault (2012, p. 11) narra que em março de 1757 o condenado por parricídio, Damiens, pediu perdão na porta da Igreja de Paris, depois foi levado, desmembrado, esquartejado e seus membros queimados, “em cumprimento da sentença, tudo foi reduzido a cinzas. O último pedaço encontrado nas brasas só acabou de se consumir às dez e meia da noite. Os pedaços de carne e tronco permaneceram cerca de quatro horas ardendo”. A mesma França onde no resgate de Lefebvre (1979) sobre o Grande Medo de 1789, a fome e a miséria sujeitaram muitos camponeses a migrarem em busca de comida, à mendicância. Aos que ainda tinham plantações pelas estradas onde as pessoas famintas caminhavam instigou a angústia que poderia trazer a eminente desordem. De acordo com o autor (1979), foi a simples presença de um estranho caminhando pelas proximidades das plantações que suscitou a crença de saqueadores. E, aos poucos o número passou de aldeia em aldeia duplicando-se, triplicando-se, até se tornar uma onda de bandidos aguardada em várias localidades. Na reconstituição de Lefebvre (1979) foram os indivíduos mais emotivos que divulgaram:

sobretudo quando estão isolados ou colocados em sentinela, e quando se sentem particularmente expostos ou se curvam sob o peso da sua responsabilidade. Um indivíduo suspeito, uma coluna de poeira, menos que isto: um ruído, um vislumbre, uma sombra bastava para persuadi-los [...] Assim se desencadeavam os pânicos dos exércitos, de preferência à noite; dessa forma, manifestaram-se os alarmes que estiveram na origem do Grande Medo (LEFEBVRE, 1979, p. 59).

De acordo com o autor (1979) o medo circulou e cresceu muito rápido, atingindo toda a França. O medo dos bandidos se tornou verossímil a ponto de não sumir, mesmo quando constatado que os bandidos não chegavam. Para Lefebvre (1979, p. 141), as pessoas acreditavam cumprir seu dever cívico ao enviar pedidos de ajuda; outros queriam alertar entes queridos, “[...] viajantes contavam o que tinham visto ou ouvido; e sobretudo eram numerosos os fugitivos muito interessados em exagerar os perigos a fim de não serem tachados de covardes”. Assim como, entre 1300 e 1800, apesar das constantes navegações que permitiram o mundo como é constituído hoje, uma constatação de Delumeau (2009) afirma que a maioria

das pessoas do ocidente viveram em torno do medo do mar, e isso moldou as características da civilização ocidental, essencialmente terrestre.

Perceba que nesse caminhar através do tempo o medo cria todo um imaginário próprio, e adquire a capacidade de penetrar no homem e catalisá-lo, amplificá-lo, interferindo no que ele virá a ser. Esta sensação/experimentação/imaginação não se dá por contágio, afinal, não se afirma que o medo é uma doença, tanto que, Gurfinkel (2001, p. 9) defende que “o medo, em si mesmo, não é patológico: ele faz parte da vida emocional de qualquer pessoa, e a acompanha em seu desenvolvimento; algumas vezes, é a sua ausência que se torna patológico”.

Portanto, temer algo é materializar a angústia particular, onde o temor se expressa em medo, e este medo, inscrito no corpo, de acordo com Teixeira e Porto (1998, p. 54), faz com que o imaginário crie imagens da angústia “[...] expressas nos símbolos teriomorfos (da animalidade agressiva), nictomorfos (das trevas terríficas) e catamorfos (da queda assustadora)”. Em virtude da impossibilidade de controlá-lo, distingui-lo e encará-lo, expressar o medo é uma necessidade do homem, ele precisa, conforme apontam as autoras (1998, p. 55), “[...] atribuir significados comuns a situações, objetos e pessoas que causam temor”. O que acontece com estas materializações é que, de maneira cíclica, quanto mais representações são materializadas para a compreensão do medo, mais esse medo é compartilhado, socializado e expandido e mais se deseja controlá-lo, conforme explicam as autoras (1998).

Diante disto, Kovács (2010, p. 23) ressalta que o medo é “[...] algo que a sociedade cria e utiliza contra a pessoa para mantê-la submissa”. Há no homem a angústia do perecimento, mas tudo o mais é repassado por gerações. Inclusive, a imagem que o homem faz da morte é uma apreensão do imaginário. Na percepção de Bressan, Moraes e Osnilo (2017, p. 198), “sendo o imaginário uma resposta à angústia existencial frente à passagem do tempo, a imaginação tem assinalada como sua função geral negar o negativo, ou seja, ela é a negação do nada, da morte e do tempo, pois tem sua função de eufemização”.

A morte é o desconhecido de todos os particulares e, ao mesmo tempo, é um temor que o homem compartilha com o instinto de sobrevivência dos outros animais, como lembra Delumeau (2009, p. 23): “o animal não tem ciência de sua finitude. O homem, ao contrário, sabe - muito cedo - que morrerá”. Bauman (2008) reforça esta ideia ao dizer que o conhecimento da morte inevitável amedronta o homem. Segundo o autor (2008, p. 32), o sentimento de impotência é o impacto mais assustador do medo, sentimento que reside “[...] entre as ameaças de que emanam os medos e nossas reações”. Eufemizar uma consequência

natural, no caso a morte, vai ao encontro do que define Durand (2012, p. 41) quando afirma que “[...] o imaginário não é mais que esse trajeto [antropológico] no qual a representação do objeto se deixa assimilar e modelar pelos imperativos pulsionais do sujeito”.

As reações ao medo, na tentativa de amenizar a amplitude da impotência que ele gera, de acordo com Antunes Júnior (2016, p. 93), determinam “[...] como deve ser a arquitetura das cidades, como devemos nos locomover, no que devemos investir, que roupa devemos usar e até que comportamentos devemos adotar”. Na visão de Teixeira e Porto (1998):

Esse imaginário do medo, bem como sua concretização, tem suas raízes paradoxalmente fincadas, por um lado, numa crença infinita na razão, que pretende explicar o medo por meio do conhecimento científico e eliminar simultânea e gradativamente formas simbólicas de tratá-lo; por outro, num excessivo individualismo próprio do liberalismo moderno (*selfmade man*), que vem promovendo, cada vez mais, o distanciamento entre os indivíduos (TEIXEIRA; PORTO, 1998, p. 53).

No entendimento de Cademartori (2012, p. 82), “grades, muros, cercas elétricas, câmeras de vigilância, carros blindados são ‘ferramentas’ que se tornaram corriqueiras no cotidiano dos habitantes das cidades brasileiras”, tudo para tornar a vida mais segura, longe da morte. Isso faz do medo uma moeda de troca. Se uns têm, outros o usam. Economicamente, o medo é um bom negócio. Se não há medo, há quem crie. Em um ciclo de consumo e produção de consumidores, o medo é materializado para poder ser destruído, pois, a angústia diante da morte é materializada em guerras, terrorismo, proliferação de doenças, violência urbana, etc..

Na crítica de Bitencourt (2013, p. 51), mídia, medo e crime são apresentados pelos noticiários para aumentar a audiência, “causando medos infundados”. Em reforço, Sodrê (2002) diz que um tiro no vilão, por parte do herói, poupa o indivíduo de pregações morais contra o mal, o seduz. De modo que, para o autor (2002, p. 96), “a mídia é a principal gestora das enunciações em que o ato agressivo aparece como gênero catastrófico, gerador não de simples medo – que todo vínculo social costuma acomodar –, mas de medo excessivo, ou pânico”. Toda uma “cultura do medo”, na visão de Glassner (2003), é propagada por publicidade, jornalismo, política, religião, etc., e replicada em diálogos cotidianos. Em decorrência desta culturalização, produtos são confeccionados conforme o tamanho do temor particular expresso e materializado na sociedade, e a economia impulsionada pela dinâmica do amedrontar para oferecer segurança.

Olinto (2008, p. 86) aponta que se comunicar com os semelhantes pela palavra é uma necessidade do homem “para fugir à angústia de cada dia, ao tédio dos momentos de

solidão, a tudo o que prende ao transitório e o aproxima do fim”. Corroborando com esta perspectiva, Benevides (1983, p. 21) afirma que “a imprensa tornou-se o veículo natural para a divulgação cotidiana de noticiário de violência e de criminalidade, assim como o espaço para a discussão de suas causas e de propostas para seu combate e repressão”. Para o autor (1983), a propaganda cresce junto com o medo muito mais que a criminalidade em si. “Trata-se, pois, de não confundir a visibilidade de um fenômeno com sua existência real” (BENEVIDES, 1983, p. 23).

Podemos complementar com os apontamentos de Teixeira e Porto (1998, p. 55), para quem “o medo faz parte de nossa natureza, mas seus objetos são historicamente determinados, assim como as formas de organização social para combatê-lo”. É através das simbolizações/expressões do medo, muito ligado ao estado fragilizado da própria existência, que o homem se constrói. Nesta construção social ao qual se funde o homem, tem-se a materialização do medo em espaços urbanos, a expressão de pensamentos que criam as imagens que resultam no imaginário coletivo, a propagação do medo vinculado às culturas religiosas, a segregação racial/econômica, a estereotipação, o preconceito, a ignorância diante das informações noticiadas e a credulidade perante tudo que é publicizado.

Na percepção de Araújo (2013), os meios de comunicação representam a violência social, de modo que, até mesmo os particulares que não tenham sido vítimas de alguma violência, são remetidos ao temor mais primitivo, e isto cria a necessidade de proteção, a sujeição ao desamparo, angústia, compaixão, ira e medo. Segundo o autor (2013, p. 13), “em meio ao cenário de uma guerra silenciosa que acontece a conta-gotas, compartilha-se um sentimento de medo de ser a próxima vítima”. Para Antunes Júnior (2016, p. 94), esta engrenagem gira com a colaboração da mídia em um jogo duplo entre o jornalismo e a publicidade, cabe ao “[...] primeiro geralmente ser o portador das más notícias, e a segunda a apresentação das soluções disponíveis a quem pode pagar para evitar o pior”.

O medo da morte é tão individual e diferente para cada indivíduo, e depende tanto do contexto ao qual está inserido, que pode ser materializado em inúmeras expressões distintas, mas também pode ser expresso em um medo comum a determinado grupo: a violência, o crime, o vilão. Nesse movimento, fortalecendo a imagem da violência, do crime e do inimigo/vilão se amplifica o medo, e vice-versa.

4 DO CAOS AO COSMOS: QUANDO UM MITO ORGANIZA O SOCIAL

O dinamismo da imagem, na percepção de Silva (2014, p. 30) faz do símbolo um fator de equilíbrio antropológico entre os povos, e ela “[...] portadora de um sentido que não deve ser procurado fora da significação imaginária”. Neste sentido, a compreensão do símbolo, para a autora (2014) deve levar em conta os esquemas do mito que permitem tal dinamismo. Sobre isso, Silva (2014, p. 31) salienta que “[...] o mito individual constrói-se nesse espaço-tempo, do sujeito ao seu meio e de volta ao sujeito, estabelecendo-se como ‘vetor’ de equilíbrio”. Assim, quando Krishnamurti (1985) diz que o mundo somos nós, reforça que a ordem surge com a compreensão do que é desordem e é pela negação do que é desordem que a ordem nasce. Para o pensador indiano (1985, p. 15) há diversos mundos, “separados das divisões ideológicas – Hindus, Muçulmanos, Cristãos, Comunistas, etc.”. Nas palavras de Maffesoli (2005, p. 178), “[...] o corpo individual deve sua existência à realidade do corpo social”.

Relacionado a esta dinâmica das imagens, Lévi-Strauss (1987, p. 15) aponta que as histórias de caráter mitológico: “[...] parecem ser, arbitrárias, sem significado, absurdas, mas apesar de tudo dir-se-ia que reaparecem um pouco por toda parte”. O autor (1987, p. 43) acredita ser possível que dois relatos não idênticos sejam verdadeiros ao mesmo tempo, “[...] com a única diferença de que um relato é considerado melhor e mais pormenorizado do que o outro”, as matérias jornalísticas, por exemplo. Para ele (1987), a história substituiu a mitologia, cumprindo a mesma função. “Mas apesar de tudo, o muro que em certa medida existe na nossa mente entre Mitologia e História pode provavelmente abrir fendas pelo estudo de Histórias concebidas não já como separadas da Mitologia, mas como uma continuação da mitologia” (LÉVI-STRAUSS, 1987, p. 44).

Para complementar, Almeida (2011, p. 23) salienta que o mito é a potência que media o individual e o coletivo, “[...] está na base das atividades psíquicas, das narrativas biográficas, rege a vida social, as formulações ideológicas, as narrativas históricas, etc.”. Nesta perspectiva, a história que o homem carrega como sendo parte construtora dele, e do social que o cerca, também é um mito que o dinamiza. Sendo que o relato pormenorizado – o que prevalece –, tem o poder de organizar o indivíduo a partir da história/mitologia que nele reverbera, mesmo que o oposto também seja verdadeiro. Nessa ordenação, para Gomes (2008, p. 90), “os opostos não se situam exatamente no mesmo patamar. A negativização que possibilita a identificação ou as identidades é, já de início, um polo desqualificado”. Segundo

a autora (2008), as dicotomias, dentre elas as tradicionais oposições lua/sol, noite/dia, mulher/homem, mãe/pai, coração/cabeça, sensível/inteligível, entre outras, são necessárias ao social. Em complemento Barros traz que:

Há um delicado caminho que liga a imagem arquetípica, com toda sua potencialidade transformadora e contestatória, até a imagem preconceituosa, esvaziada e enrijecida. Entre uma e outra extremidade, existe uma progressiva pressão exercida sobre a imagem simbólica e sobre a imagem mítica que desemboca na imagem estereotipada. Basta que esse estereótipo se manifeste em uma situação e fira a ética para que a imagem atinja o máximo de endurecimento e se transforme em preconceito. (BARROS, 2014a, p. 67)

Ainda na perspectiva de Barros (2014a, p. 66), o desejo de ordenar o caótico é um dos primeiros arquétipos, e está “ligado à angústia diante da mudança, da fuga do tempo”. Da mesma maneira que Monteiro (2004) defende que a consciência da morte incentivou o homem a se organizar em cidades, foi este desejo pela ordem que possibilitou os agrupamentos sociais. Desta fragilidade do estar-junto, conforme afirma Maffesoli (2005, p. 153), podendo ser na comunidade, tribo ou clã, se “privilegia o todo em relação aos seus diversos componentes”, e os componentes se tornam parte deste todo que se enxerga/comunica como unidade, desde tempos remotos.

Quando os ancestrais do homem se reuniam ao redor da fogueira, conforme lembra Barros (2014a), faziam não só pela necessidade de sobrevivência, mas também pelo desejo de conexão com os semelhantes. Desta necessidade, “a comunicação se funda, ao mesmo tempo, sobre duas grandes imagens arquetípicas: a do caos/cosmos, já que narrar o mundo é um caminho para organizá-lo, e a do grande outro, com o qual cada sujeito individual pode se solidarizar através da comunicação” (BARROS, 2014a, p. 57). Com a comunicação permitida por tecnologias do imaginário surge a narrativa mítica, “[...] primeira elaboração que busca ordenar o sentido da experiência humana no mundo concreto”, conforme aponta Almeida (2011, p. 22). E, com ela, o mito fornece ao homem o necessário para embasar o estar no mundo, organizá-lo ao seu modo.

Ao nível do imaginário durandiano (2012), o trajeto antropológico perpassa o homem e o meio ao ponto de eles não poderem mais se dissociar, de modo que os impulsos biológicos do homem se imbricam no meio social e, em contrapartida, influem no homem. Esta influência, na percepção de Gomes (2009, p. 77) deve-se aos “[...] mitos que harmonizam a vida dos sujeitos sociais com a realidade em que vivem, porque são arquétipos que lidam com os magnos problemas humanos”. Nessa perspectiva, o mito se imbrica à linguagem para se fazer inconsciente expresso em imagens sociais. A autora (2009) ainda

afirma que as imagens se aglutinam no imaginário ao redor de núcleos de simbolização. Cada um desses núcleos possui uma força que os dá sentido, organizando a semântica das imagens e possibilitando narrativas esquematizadas em três pilares básicos: heroico, mítico e sintético. Gomes (2009, p. 82) reforça que “o primeiro põe em ação imagens e temas de luta (do herói contra o monstro, do Bem contra o Mal), o segundo, imagens assimiladoras e confusionais, e o terceiro põe em conjunto imagens divergentes, integrando-as numa ação”. Gomes (2009) afirma ainda que o mito como linguagem simbólica, ideológica ou como imaginário, ao justificar a ordem sociocultural, harmonizando mente e corpo nas diversas passagens do homem ou organizando o trajeto antropológico de uma determinada sociedade ou grupo, “[...] produz e organiza o social, confirmando instituições, relacionando fenômenos sociais e/ou naturais, e interpretando as construções civilizatórias pelas suas amostras de imagens” (GOMES, 2009, p. 85) Nessa perspectiva, conforme conclui Barros (2014c, p. 48), “o ser humano vive, portanto, uma constante necessidade de equilíbrio, nesta gangorra existencial, entre as imposições do meio e a sua própria subjetividade”.

Na leitura destas construções míticas, o passo a passo mitocrítico de Durand (1998, p. 246) delimita que “[...] toda narrativa possui um estreito parentesco com o *sermo mythicus*, o mito”. Sendo o método uma ‘caça’ ao mito diretor de determinada narrativa. Para realizar essa caçada se encontram os vestígios, indícios, da presença mítica. Calculam-se os movimentos do mito e como se modificou, apontando os processos da modificação e como está expresso. Nas palavras do autor (1998):

é a ‘redundância’ que assinala um mito, a possibilidade de arrumar os seus elementos (mitemas) em ‘pacotes’ (enxames, constelações etc.) sincrônicos (isto é, possuidores de ressonâncias, de homologias, de semelhanças semânticas) ritmando obsessivamente o fio ‘diacrônico’ do discurso (DURAND, 1998, p. 247).

Durand (1985, p. 244) define que “o mito se configura como um relato (discurso mítico) que dispõe em cena personagens”, e este relato mítico pode ser segmentado/reduzido em unidades semânticas (mitemas). “O mito aparece, assim, como o discurso último (último ou primordial, pouco importa) de constituição – alijado que está do princípio do terceiro excluído – da tensão antagonista fundamental a todo ‘engendramento’ do sentido” (DURAND, 1985, p. 245).

Para persuadir, o mito se repete.

Ferreira-Santos e Almeida (2012) afirmam que para efetuar a mitodologia é preciso decompor o mito em mitemas que apresentam recorrências simbólicas. Este processo

é realizado examinando as situações e combinações das situações dos personagens e dos elementos que compõem o plano narrativo. Almeida (2011, p. 25) apresenta a metodologia mitocrítica que decompõe o mito em mitemas; sendo que nos dois primeiros passos: “1) Relacionam-se os temas, as recorrências simbólicas, que constituem as sincronicidades míticas da obra. 2) Examinam-se as situações e as combinatórias de situações dos personagens e dos elementos que perfazem o plano diacrônico” E, o terceiro passo, abrindo um caminho para a mitanálise, delimita os grandes mitos diretores de grupos sociais e momentos históricos, “[...] localizando-se as diferentes lições do mito, correlacionando-as com as de outros mitos de uma época ou de um espaço cultural determinado” (ALMEIDA, 2011, p. 25). De modo resumido:

O importante, na utilização da mitocrítica, é compreender que uma obra estrutura-se a partir de símbolos, de recorrência simbólicas, que em seu conjunto revelam a ligação da obra a um mito, ainda que este sofra os desgastes do tempo e se apresente camuflado ou mesmo em partes, ou seja, apenas com alguns mitemas. (FERREIRA-SANTOS e ALMEIDA, 2012, p. 115).

Ferreira-Santos e Almeida (2012, p. 48) atentam ainda para o fato de o mito ser uma forma de conhecimento que remonta aos primórdios da humanidade, “[...] constitui-se por meio de uma narrativa simbólica e aparece como a primeira formulação da experiência de existir no mundo”. Os autores (2012) ainda reforçam que as leis, as melodias, as pinturas, os poemas, as ideologias ou ainda a utopia, são narrativas que guardam sentidos simbólicos que, figurados, remetem aos mitos e suas formulações. Moraes (2016, p. 141) enfatiza que as “narrativas míticas transmitem a tentativa de explicar um fenômeno”. E, complementa a autora (2016) que o mito, “consegue expressar, através de narrativas, os schèmes, os arquétipos e os símbolos, dos quais temos falado que se atualizam, ainda que por um fio de permanência, na cultura, em suas mais variadas manifestações e, em alguns casos, é disseminada pela mídia” (MORAES, 2016, p. 142).

De acordo com Durand (1985, p. 252), a mitocrítica é um “método de crítica literária (ou artística), em sentido estrito ou, em sentido ampliado, de crítica do discurso que centra o processo de compreensão no relato de caráter ‘mítico inerente à significação de todo e qualquer relato”. Sobre a técnica da mitocrítica, Durand (1998) defende a validade para qualquer mensagem do homem, não apenas a literária, tendo em vista que qualquer estrutura significativa, seja de que categoria for, é um discurso que abarca o aparecimento de um arquétipo, que por sua vez tende a apontar um mito diretor que remete ao mito que constitui o primeiro discurso. “Ainda que não apareça nomeado, ainda que seja refutado, ignorado ou

desprezado, o mito atua como pano de fundo, como prática simbólica que se organiza em narrativa” (FERREIRA-SANTOS e ALMEIDA, 2012, p. 48). Pitta (2005) salienta que a mitocrítica analisa as evidências que apontam aos mitos diretores em ação. A autora (2005, p. 39) aponta ainda que “[...] deve-se ter em mente que o contexto sociológico modela os arquétipos e os símbolos”. Sendo que os *schèmes* orientam essa ação do mito, mas as imagens adquirem contornos que se especificam em relação ao meio ambiente social. Durand (1985) fundamenta o conceito:

No âmago da mitocrítica, como do mito, situa-se, pois, o mitema; esse ‘átomo’ mítico é de natureza estrutural (‘arquetípico’ no sentido junguiano, ‘esquemático’ no sentido durandiano) e seu conteúdo pode ser indiferentemente um ‘motivo’, um ‘tema’, um ‘cenário mítico’, um ‘emblema’, ‘uma situação dramática’. Em outras palavras, no mitema o ‘verbal’ domina a substantividade (DURAND, 1985, p. 253-254).

Almeida (2011) defende que os mitemas – pontos fortes e repetitivos na narrativa –, aparecem de forma patente e latente. A primeira forma, segundo ele (2011, p. 26), “pela repetição explícita de seus conteúdos homólogos (situações, personagens, emblemas)” e a segunda pela repetição intencional que reveste temas antigos com novas roupagens. Ferreira-Santos e Almeida (2012) complementam que a mitanálise é a técnica de investigação que delimita os mitos diretores presentes nos momentos históricos dos grupos sociais. Sendo necessário, para realizar uma mitanálise, analisar as diferentes manifestações sociais e as relações entre o indivíduo e o coletivo, tanto no nível latente quanto patente das recorrências míticas. Os autores (2012) destacam que a mitanálise é como uma extensão da mitocrítica, centrando-se na sociedade e na época em que o(s) autor(es) se insere(m), e não se limita à narrativa.

Como já mencionado nesta pesquisa, para Durand (2012, p. 18), o imaginário é “o capital pensado do *homo sapiens*”. O que constitui a realidade presa nos fios do universo simbólico, como apontado por Ferreira-Santos e Almeida (2012), ou como menciona Pitta (2005), uma dinâmica que orienta a organização do mundo por meio de relatos míticos. Esses relatos, encontrados na arte, na linguagem, religião e outras expressões simbólicas: fotografia, cinema, escultura, literatura, teatro, etc. Nesse *et cetera* se inclui a mídia, em especial o jornalismo. Uma tecnologia do imaginário, conforme definição de Silva (2012), influída pela conexão de valores e compartilhamento de sensações em redes concretas e/ou virtuais.

É por intermédio da comunicação que as imagens em circulação passam a pertencer à determinada comunidade, como apontara Rosa (2014), fruto das interações. Nesse sentido, a narrativa jornalística, vai além de simplesmente criar um relato que referencia

determinado dado, ela cria identificação e potencializa diferenças, a exemplo do que salientara Silverstone (2002) sobre as interações midiáticas. Diante do que Silva (2012) traz sobre as tecnologias do imaginário, entende-se que a linguagem que expressa, a linguagem em movimento, viva e mutante, coexistente no imaginário, é parte dele.

Nesta pesquisa se estabelece a utilização da técnica mitocrítica, dentro do modelo mitológico durandiano (2012), para analisar o fortalecimento da imagem do vilão mediante o medo expresso nas tecnologias do imaginário. A análise que será realizada no título de todas as capas da série de reportagens *A máfia das cadeias*, veiculada no *Diário Catarinense* entre 12 e 17 de abril de 2013:

- a) título de capa da edição nº 9.852: *A máfia das cadeias*;
- b) título de capa da edição nº 9.853: *A máfia das cadeias: o décimo do crime*;
- c) título de capa da edição nº 9.854: *Doutores do crime*;
- d) título de capa da edição nº 9.855: *A máfia das cadeias: os sócios do crime*;
- e) título de capa da edição nº 9.856: *A máfia das cadeias: Presos por atentados em SC mais perto da liberdade*;
- f) título de capa da edição nº 9.857: *A máfia das cadeias: Suspeitos por onda de atentados seguem na prisão*.

Alves (2002) menciona que no título se manifesta o sentido do texto, de modo que para se interrelacionar com o leitor, o título precisa destacar – e sintetizar –, o elemento mais inusitado/importante. Diante desta constatação, para a busca por entender como o medo expresso fortalece uma imagem, delimitou-se os títulos do objeto, já apresentados acima.

É da leitura, e aprofundamento teórico, dos sentidos presentes nos referidos títulos que se aproximará os conceitos desenvolvidos nesta pesquisa. Na mesma perspectiva que salienta Eliade (1992, p. 99), “graças à leitura, o homem moderno consegue obter uma ‘saída do Tempo’ comparável à efetuada pelos mitos”. Essa ‘viagem temporal’ se dá pelas imagens que trazem consigo uma referência anterior. Baseada em imagens que as precederam, as imagens fazem a própria noção de pertencimento, aponta Rosa (2014). Esta possibilidade, de acordo com Jung (2002, p. 157), demonstra que os arquétipos mitológicos surgiram de maneira semelhante às manifestações das estruturas arquetípicas individuais, manifestações que ainda acontecem.

Dentro do que se entende pelo pertencimento dos leitores (catarinenses) da série de reportagens *A máfia das cadeias*, pode-se adiantar que estes estavam imersos no contexto que potencializou as edições, e a veiculação os conectou em uma mesma comunidade. Assim sendo, o jornal veiculou o que considerou importante (construindo, refutando, fortalecendo

mitos) e, quando assim o fez, se posicionou de modo a levar em conta o que o leitor considerava importante. Nesta perspectiva, Tétu (2002, p. 197) menciona que a forma do discurso normaliza a informação “no instante mesmo em que o jornal produz esta informação”. Normalização que leva em consideração o universo simbólico onde a comunidade de leitores está inserida.

4.1 MITOCRÍTICA APLICADA AO OBJETO

Ao apresentar o objeto desta pesquisa, se evidenciará o contexto narrativo expresso nos títulos das capas da série de reportagens e se delimitará alguns pontos que balizarão a posterior análise: a expressão máfia, e todo o imaginário coletivo que a preenche, e a expressão cadeias, incógnita social que desperta interesse no leitor do jornal impresso, representado pelo objeto descrito. Desta forma, ao analisar pela mitocrítica proposta por Durand (1998), as redundâncias presentes nos títulos, permite-se captar o núcleo do mito por meio do levantamento das repetições e identificar como que o medo expresso no imaginário age como catalisador da imagem, fortalecendo-a.

Ao se analisar os títulos em busca dos mitemas e recorrências simbólicas não se atentará para o verbete das palavras, mas para o implícito imaginário que as constitui. Se o título precede o que há no interior da reportagem, em alguns casos se contextualizará a reportagem para melhor desenvolvimento do processo analítico – sem perder o foco no objeto: os títulos já enumerados. Por fim, o fortalecimento da imagem que se procura entender com esta pesquisa não se limita a um personagem fictício em questão, mas ao vilão comumente sensível a toda a comunidade catarinense, o inimigo da sociedade, o criminoso.

Como apontado na monografia de Osnilo (2015), “[...] o jornal *Diário Catarinense* é resultado da trajetória da RBS em Santa Catarina”, tendo a primeira edição veiculada em maio de 1986. Durante 30 anos, até 2016, o Grupo RBS foi proprietário do *Diário Catarinense*, objeto desta pesquisa. Entretanto, como aponta o portal G1 SC (2016), os empresários Lírio Parisotto e Carlos Sanchez, juntamente com outros investidores, adquiriram o controle das operações de televisões, rádios e jornais que atuavam sob a marca RBS em Santa Catarina. Acordo que incluiu o *Diário Catarinense*. Os proprietários do jornal assumiram a nomenclatura de NSC Comunicação e um compromisso com a comunidade catarinense:

Com a missão de conectar Santa Catarina de ponto a ponto e articular as forças regionais, o qualitypaper se consolida como o jornal de maior

circulação e audiência no Estado. Vanguardista há mais de 30 anos, o DC foi o primeiro jornal informatizado da América Latina e hoje oferece informação, interatividade e experiência por meio de um ecossistema nos meios impresso, online, redes sociais e eventos, impactando milhares de catarinenses todos os dias (NSC COMUNICAÇÃO, 2017).

Uma comunidade que, segundo a NSC (2017), confia muito ou sempre no jornal, “considerado o meio de maior confiança entre os veículos”. Essa confiança foi construída pelo Grupo RBS durante as décadas à frente do jornal, sendo parte integrante do espaço/tempo e da comunidade catarinense quando o objeto desta pesquisa foi veiculado. Esta confiança também é levada em consideração nesta análise.

De acordo com Vargas e Pereira (2013h) a inauguração da Penitenciária de Segurança Máxima de São Pedro de Alcântara (SPA), em Santa Catarina, aconteceu em 2003; local para onde foram transferidos os presos considerados mais perigosos do Estado. Quase uma década depois, em novembro de 2012, de acordo com o portal de notícias G1 SC (2013) as ações criminosas que estavam relacionadas aos maus-tratos em presídios do estado resultaram em atentados em 16 municípios catarinenses. Disseminando o medo através de transportes públicos incendiados e tiros desferidos contra delegacias, a segunda onda de ataques atinge todo o estado por todo o mês de fevereiro de 2013. Partindo da construção deste cenário que a série de reportagens é veiculada para a população catarinense⁴ apresentando a versão midiática dos acontecimentos. Versão que apontara de onde vinham as ordens dos ataques e quem eram os responsáveis, os vilões da história.

A reportagem, tratada como exclusiva na edição nº 9.852⁵, traz as informações até então esperadas pela comunidade que compartilha o mesmo espaço/tempo. A comunidade que vivenciou o medo causado pelos acontecimentos. E, esta veiculação foi construída levando em consideração as fontes oficiais, prática comum no jornalismo, conforme explica Lage (2001, p. 49): “a maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público. São o que se chama de *fontes*” –, que quando consideradas oficiais têm os dados fornecidos tidos por verdadeiros. Para a construção do objeto estudado, os jornalistas entrevistaram policiais, promotores, agentes e vítimas do crime organizado, e pesquisaram inquéritos, interceptações telefônicas, cartas, documentos e decisões judiciais, conforme aponta Rodrigues (2013) na apresentação da reportagem.

⁴ A população catarinense registrada pelo último censo demográfico (2010) é de 6.248.436 pessoas, com estimativa de 7 milhões para este ano de 2017.

⁵ Anexo A

Como já mencionado, em um jornal local analisado por Barros (2001, p. 80) o arquétipo do herói aparece combatendo o mal tanto em matérias policiais quanto em outras editoriais, mas é no que se refere ao universo policial que se polariza polícia e bandidos, heróis e vilões. O pensamento de Barros (2009, p. 6) traz que “a mitocrítica tem o objetivo de verificar temas ou metáforas obsessivas presentes em obras da cultura em geral”. Direcionada ao objeto desta proposta, ela tenciona encontrar núcleos de sentido presentes nos títulos – e aqui segue o posicionamento de Carli e Barros (2015, p. 24): “[...] encontrar algumas origens simbólicas nos mandamentos da notícia, para assim depreender suas consequências para o estado do imaginário contemporâneo”.

4.1.1 Título de capa da edição no 9.852: *A máfia das cadeias*⁶

A palavra, para Olinto (2008), é expressão. Ou, como defende Gomes (2008), ao nomear algo se permite que o nomeado exista em outras esferas, tempos e lugares. Neste sentido, o título que traz a exclusividade de informações sobre *A máfia das cadeias* (Ilustração 1), nomeia não só o texto que segue nas páginas internas do jornal, mas também as imagens presentes no imaginário dos leitores.

Ilustração - 1 - Recorte da edição n° 9.852, título: Título da primeira capa.



Fonte: A MÁFIA... (2013a)

Tem-se na expressão das palavras *máfia* e *cadeias*, presentes no título da primeira capa, o medo que remete às imagens de crime – ocupando lugar do mal e reforçando a imagem do vilão –, o que de certa forma leva à aceitação da proposta do jornal – nesse caso

⁶ Anexo A

entendido como o bem, o certo, verdadeiro – tendo o inquérito policial como fonte oficial. Assim, como objeto deste estudo, o primeiro título da série de reportagens – também denominado *A máfia das cadeias* – em um primeiro momento realça a imagem objetiva. No entanto, a subjetividade da palavra *máfia* remete a Francis Ford Coppola, ganhador do Oscar de melhor filme em 1972 com *O poderoso chefão* (2004), primeira obra da trilogia, e às imagens construídas por ele. Na obra, o diretor apresenta as desventuras da família Corleone no crime organizado, o filme é bem enfático com o poder que a máfia conquista.

Por sua vez, Pires (2015, p. 44) ressalta que o personagem Tony Soprano – interpretado por James Gandolfini – representava o chefe do crime de Nova Jersey e “*Família Soprano (The Sopranos)*, seriado do canal por assinatura HBO, que foi ao ar entre 1999 a 2007, marcou a retomada do gênero e, assim como *O Poderoso Chefão*, tornou-se um ícone da narrativa sobre máfia”. Na perspectiva do que aqui se entende como reservatório de imagens, a simples menção da palavra *máfia* para sujeitos que tenham assistido uma dessas obras, ou lido sobre o assunto, direciona o pensamento para a interpretação que se deseja ser alcançada, a associação com tais imagens. Exemplificado pelas obras citadas, Silva (2012, p. 98) salienta que “todo imaginário é fabulação coletiva. Mesmo quando se trata do recorte individual no tecido social, a fonte coletiva se impõe”.

Aprofundando o termo, Maierovitch (1997) resgata que a origem do termo “máfia” é controversa. Do latim *vafēr*, *vafērosus* significa astuto. Derivado do francês *meffleur* ou *maufer*, seria a divindade do mal, ou malfeitor. Para o autor, prepondera a origem árabe, onde *màhfal* dá sentido a assembléia, reunião; *mahiàs* significa fanfarrão e/ou *màfa*, define a proteção a alguém em virtude de acontecimentos. Mancini (2011), por sua vez, defende que o termo *máfia* tem origem da palavra siciliana *mafiusu*, e esta, segundo a autora: “[...] possui suas raízes na palavra árabe *mahyas*, que por sua vez, significa "alarde, agressivo, jactância" ou *marfud*, que por sua vez, significa "rejeitado”. Esta denominação era utilizada quando se referia ao homem no século XIX, quando este era alguém arrogante, mas destemido, empreendedor e orgulhoso” (MANCINI, 2011, p. 36).

Trazendo a contextualização de Mancini (2011), a máfia, enquanto organização criminosa tem origem no sul da Itália feudal, período em que a não existência do Estado dava margens para assaltos a gados e saques em fazendas em uma economia extremamente rural. Por isso, os primeiros mafiosos teriam sido os homens destemidos – em tempos de pulsante medo no imaginário – que se organizaram para oferecer o serviço de proteção aos fazendeiros, segundo a autora. Ironicamente, quem exerce este papel hoje não é a máfia, mas o estado que a combate, o estado destemido que protege a sociedade dos medos que esta possui.

Vargas e Pereira (2013g), autores da série de reportagens, afirmam que o ministério público compara PGC a máfias como a Camorra:

A comparação do MP leva em conta outras máfias tradicionais como as quatro italianas (siciliana, romana, napolitana e calabresa), os cartéis colombianos e mexicanos, a Yakusa (Japão), as Tríades (China), os cartéis nigerianos, somalis e sul-africanos, os Dragões Vermelhos (Vietnã, Laos e Camboja), a Máfia Russa e suas ramificações por todo o Leste europeu, que controla a lavagem de dinheiro e o contrabando de armas (VARGAS; PEREIRA, 2013g).

Se para Bauman (2008), o que o homem não conhece ele nomeia conforme o que conhece, nomear a facção criminosa no título deu-se a partir do que é conhecido. A palavra trazida neste primeiro título, consta no interior da reportagem em comparação à facção criminosa, comparação feita pelo Ministério Público, conforme apontam Vargas e Pereira (2013c). Neste sentido, a presença do termo no título é a própria voz da instituição jurídica responsável por indiciar/acusar. A palavra remete a algo mau, ruim, ao inimigo. Esta comparação pode ter sido feita em virtude da imagem de *O poderoso chefão* (2004) ter sido disseminada pelo cinema, ou como traz Pires (2015), no seriado da HBO, *Família Soprano* (*The Sopranos*) – como já mencionado acima, ambos ícones da narrativa sobre a máfia.

Deste modo, a palavra utilizada expressa um entendimento comum, representa uma imagem que reforça uma ideia de perigo ao mundo ordenado, uma imagem que traz o caos. Reforça a ideia do mal, do inimigo, dos que estão fora da lei, do vilão. Esta potência de dualidade capaz de fortalecer as imagens opostas de herói e vilão faz com que a palavra *máfia* se torne o primeiro indício mítico encontrado no objeto, um mitema. Se há uma guerra travada há milhares de anos entre o bem e o mal, conforme aponta Nietzsche (2005), a palavra *máfia* traz esta guerra para frente dos olhos da comunidade catarinense. É possível delinear ainda que o Ministério Público faz o papel de mentor, nominado por Vogler (2006), ou Velho Sábio, conceito de Campbell (1997), explicando não só aos jornalistas responsáveis pela construção da reportagem, mas aos leitores, indiretamente, quais os vilões que a jornada reserva.

No que defende Almeida (2011) sobre os mitemas, eles são os pontos fortes e repetitivos na narrativa. Essa repetição se dá também na palavra *cadeias*. Pois a palavra *máfia*, ao ser relacionada com a palavra *cadeias*, reforça o que é entendido como inimigo da sociedade, pela vinculação direta com o crime visto nas telas midiáticas e o crime sentido na comunidade catarinense pelos leitores que vivenciaram os acontecimentos atribuídos à facção criminosa PGC. A cadeia em si carrega algo de obscuro, de proibido, perigoso, destino dos

que na cumprem o que é correto, dos loucos, dos banidos da comunidade, dos inimigos do espaço abstrato/simbólico que todos os que praticam o bem compartilham. Estar na cadeia é sinônimo de estar no inferno.

Segundo lembra Magno (1900) o Tártaro era a prisão ideal para onde eram levadas as almas das pessoas de má conduta. “Nesta prisão repercutiam de dia e de noite gritos de dor e de desespero dados pelos ingratos, pelos traidores, pelos amigos infiéis, pelos hipócritas, pelos assassinos, pelos perjuros e pelos ímpios”. (MAGNO, 1900, p. 153) Os Campos Elísios era o caminho oposto de Tártaro, destinado às almas virtuosas, segundo o autor (1900). Os Campos Elísios se assemelham ao céu e o Tártaro, ao inferno. A prisão também se assemelha ao inferno. O inferno traz toda uma gama de imagens que remetem aos terrores pessoais, como já mencionado por Parmegiani (2011). Essas imagens do inferno, das cadeias, também reforçam a ideia do mal, do inimigo, dos que estão fora da lei, do vilão. Logo, *cadeias* é o segundo mitema.

Ambas as expressões retratam a imagem de um vilão, não o convencional criado pelos quadrinhos, conforme trazido por Faria (2012), mas um vilão particular para cada leitor, criado a partir das jornadas diárias que percorrem. Particularidade que se dá pelo medo da própria morte, da morte do outro, da proximidade desta morte e da impotência em relação à morte. Para uns pode ser a morte que uma organização criminosa, que a expressão máfia, torna eminente, para outros o assaltante que coloca em risco a segurança, o assassino, o traficante, toda uma série de pessoas que estão fora da lei, por isso estão presas nas cadeias. O que vai ao encontro do que aponta Monteiro (2004), quando afirma que a consciência da morte incentivou o homem a se ancorar no convívio social, a se organizar em cidades. Nesta organização se perpetuou por gerações da cultura ocidental o não aceitar a ideia de morte, a simbolizá-la, a triunfar sobre ela como o bem triunfa sobre o mal. No mesmo sentido que aponta Kovács (2010), com o heroísmo fazendo o medo da morte não existir.

Os primeiros que venceram a morte foram os deuses, narrativas mitológicas que nas relações cósmicas com o homem, de acordo com Pereira (1990) possibilita que os deuses sejam imitados. Destas narrativas primordiais se criam as imagens que podem ser reproduzidas em qualquer época e lugar, as imagens arquetípicas apontadas por Jung (2002), e a imagem do herói é uma delas. Esta eternidade das imagens, para Quadros (2004), faz com que sejam tomadas por deuses, e na relação com o homem organizam um idioma universal, os mitos que se propagam em diferentes culturas, conforme pesquisa de Campbell (1997). Neste sentido, quando Zatti (2010) completa com a afirmativa de que ao herói se reserva o sucesso e

ao vilão a punição, não se limita a um tempo e espaço em específico, mas a qualquer tempo e espaço, incluindo o espaço/tempo delimitado pelo objeto analisado.

Nessa perpetuação o herói simboliza o bem, o vilão, o mal.

Essa diferença, divisão, oposição, no raciocínio de Moura (2014, p. 88) se constituiu desde Platão ao cristianismo, de modo que o outro ocupa o “lugar da morte, do acidente, da ameaça, do imprevisível, do caos”. Na origem dos deuses, pelos relatos de Hesíodo (2003), o Caos deu origem à violência e tudo mais que é negativo e destrutivo. Na narrativa bíblica, quando Deus combate o “caos original”, conforme apontado por Ricoeur (1988), ele cria o cosmos. Assim, é o ambiente organizado que representa a vitória do deus cristão sobre o caos informe. Nas observações de Eliade (1992, p. 21) a oposição entre o território que o homem habita e outro território que desconhece é a característica das sociedades ocidentais. Pode se dizer que o espaço abstrato/simbólico, dos pensamentos de Cassirer (1977), reflete a própria ideia do cosmos criado pelo homem, a construção espacial que o faz pertencer.

Neste sentido, a expressão *cadeias* faz o lugar do desconhecido, revive o caos, colocando o não pertencimento como inimigo, repetindo explicitamente o que é expresso em *máfia*. A existência de uma *máfia das cadeias* não é algo bom para a comunidade catarinense, é uma imagem negativa. A cadeia em si já estigmatiza o outro, marca a ferro, destrói a imagem de quem por lá passa, prende a vida do preso até no momento que está solto, é uma cicatriz vista com maus olhos. Uma cicatriz que fecha portas, que causa o isolamento, o afastamento. É a chaga em tempo de peste negra, a lepra dos textos bíblicos, a culpa materializada. De certo modo, a imagem que remeta à *máfia* só se torna aceitável no cinema e em seriados, mas saber que ela está lá, em algum lugar, como um dos filhos do Caos, é algo amedrontador. Mas é ainda pior quando se sabe que este lugar é a cadeia. Com esta associação se amplifica a intensidade deste mal.

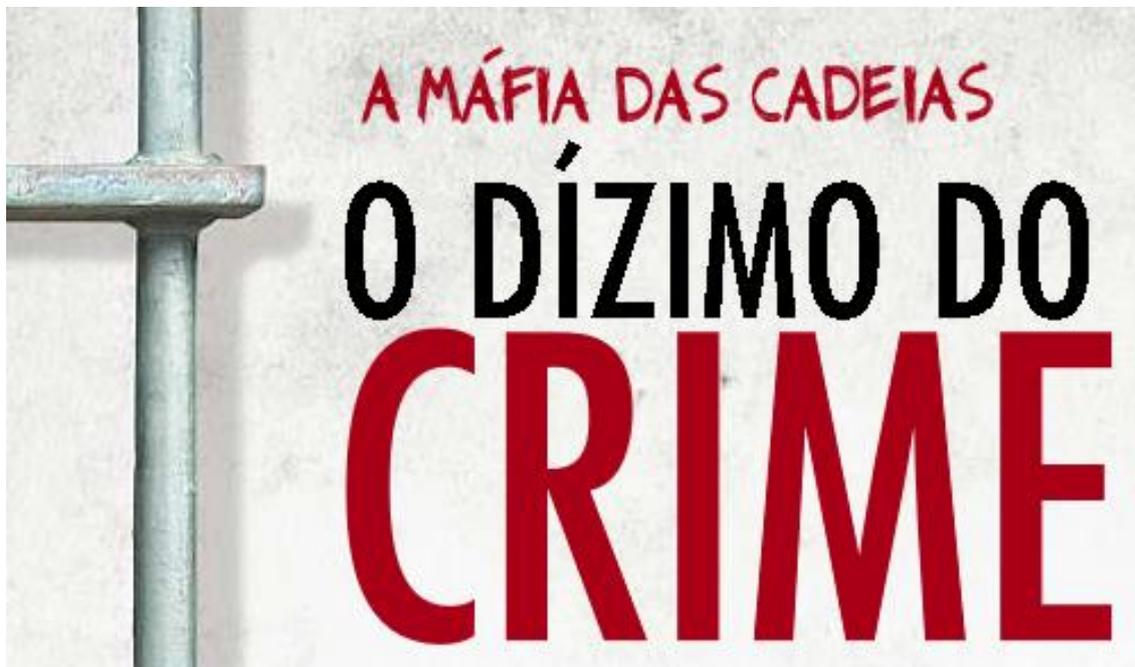
4.1.2 Título de capa da edição no 9.853: *A máfia das cadeias: o dízimo do crime*⁷

As palavras *máfia* e *cadeias* aparecem no segundo título (Ilustração 2), repetindo intencionalmente os sentidos apresentados no primeiro, mas trazendo um complemento, as expressões *dízimo* e *crime*. Para entender o sentido que estas duas expressões complementares

⁷ Anexo B

podem assumir diante da comunidade de leitores da série de reportagens, trazem-se alguns dados.

Ilustração - 2 - Recorte da edição nº 9.853, título: Título da segunda capa.



Fonte: A MÁFIA... (2013b)

Das mais de seis milhões de pessoas que fazem parte do estado de Santa Catarina⁸, o IBGE (2010) aponta que 4.565.793 pessoas comungam da religião Católica Apostólica Romana e 1.252.495 pessoas da religião Evangélica, restando parte da comunidade dividida nas demais religiões: budismo, candomblé, espiritismo, hinduísmo, islamismo, judaísmo, entre outras, além dos que não conseguiram determinar a qual religião pertencem e os sem religião.

Estes dados são importantes para a compreensão, porque Durand (2012, p. 431) acrescenta que “outrora os grandes sistemas religiosos desempenhavam o papel de conservatório dos regimes simbólicos e das correntes míticas”. Em outras palavras, por muito tempo a igreja construiu um inimigo, o pecado. E este inimigo está atrelado a tudo que é mau. Se, conforme resgataram Moraes e Jorge (2014), um confronto de no máximo dois séculos faz ressoar nas consciências de gerações que não vivenciaram tal embate o estereótipo do indígena, o que dizer de uma influência milenar? Uma influência que foi responsável por

⁸ Oficializada como padroeira oficial do estado em 1922, Zanotelli (2013) aponta que Catarina de Alexandria é a santa que dá nome ao estado. Presa por ter convertido 20 sábios ao cristianismo, ela foi decapitada no dia 25 de novembro de 307.

fazer nascer cidades e comunidades – espaços abstratos/simbólicos – por diversos continentes, uma presença em quase totalidade dos lares catarinenses, conforme dados do IBGE (2010). Quando algo é pecado, errado, injusto, impuro, segundo o que a crença religiosa determinada, mau é. Em Ricoeur (1988), o mau moral é a ação humana capaz de ser atribuída como tal. Dentre tais ações: o crime.

No jornalismo, o crime é tido como fenômeno permanente e recorrente, conforme afirma Traquina (2005). Por isso, o que se opôs ao socialmente aceito se tornou noticiável. De certo modo, ao noticiar sobre os acontecimentos acontecidos no estado criou-se a possibilidade de mantê-los sob controle, ao menos do imaginário. A criminalidade é tão antiga quanto à própria sociedade, conforme aponta Senderey (1983), sendo a complexidade do social a própria dificuldade do indivíduo em se adaptar ao que é normatizado. Resgatando o termo *Religio* (religião), trazido por Chiavenato (1985), e o significado atribuído pelos romanos – deveres perante o Estado – aquele que se submete às leis divinas, ou humanas, é dito como justo, representa a imagem do bem, definindo também o seu oposto.

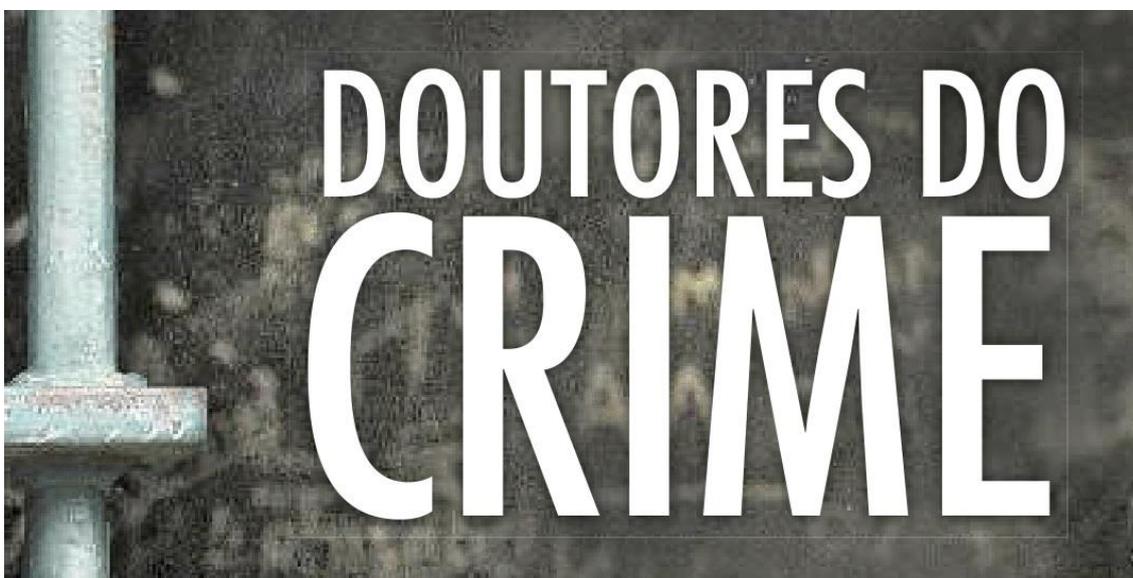
Com quase maioria absoluta dos integrantes da comunidade catarinense comungando da tradição cristã, o sentido da palavra *dízimo*, associada aos crimes imputados ao que é considerado uma *máfia* nas *cadeias*, resgata negativamente o ato cristão de conceder a primeira décima parte de tudo que ‘Deus abençoa’ aos devotos/crentes. Para além deste resgate, a utilização desta palavra fortalece a imagem que é feita desta organização, colocando o mesmo ato em adoração ao que seria outro deus, o *crime*. Têm-se assim, nas expressões *dízimo* e *crime*, outros dois mitemas que se complementam para criar um sentido similar ao que foi apontado nas observações de *máfia* e *cadeias*, um sentido que reforça a ideia do mal, do inimigo, do pecado. Nas palavras dos autores, Vargas e Pereira (2013a), apesar de a subsistência do PGC estar ligada ao tráfico de drogas e de armas, assaltos e furtos, a agiotagem e pagamento de *dízimo* contribuem, “a mais nova prática ilegal pode ser definida como agiotagem, ou seja, juros sobre a mensalidade travestida de *dízimo* — a contribuição financeira de R\$ 100 mensais por integrante”, reforçam os autores (2013a).

Assim, a imagem do vilão se aproxima, neste reservatório compartilhado, ao que é considerado oposto ao que é divino: o crime. Quando o título traz o *dízimo* e o *crime* na mesma expressão está reforçando a ligação entre pecado, mal e inimizade. Este reforço vai ao encontro do que aponta Durand (2012), figurar um mal é dominá-lo.

4.1.3 Título de capa da edição no 9.854: *Doutores do crime*⁹

A mídia se apropria do senso comum, reproduzindo-o, recorrendo a ele, mas também o distorcendo e o explorando, conforme atenta Silverstone (2002). Para o senso comum a prisão é uma universidade do crime, e esta imagem se apresenta no terceiro título (Ilustração 3), o único que não traz a expressão *A máfia das cadeias*. A não utilização da expressão neste título não muda a imagem que é fortalecida, mesmo sem as palavras *máfia* e *cadeias* o jornal sabia que a expressão seria entendida.

Ilustração - 3 - Recorte da edição nº 9.854, título: Título da terceira capa.



Fonte: DOUTORES... (2013)

A expressão *Doutores*, associada ao que já foi apresentado sobre o crime, expressa dois possíveis sentidos, um difundido pelo senso comum e o outro titulado pela comunidade acadêmica. O primeiro está ligado ao título de doutor concedido aos advogados pela Lei Imperial de 11 de agosto de 1827. O capítulo XIII da Lei Imperial (1827) aponta que o estudante jurista tornava-se doutor defendendo publicamente várias teses escolhidas entre as matérias cursadas, tornando-se professor com o título adquirido de doutor, assim que formado advogado. Desde então, é comum que, a exemplo dos médicos, os advogados sejam popularmente chamados de doutores – uma pregnância simbólica similar ao que foi encontrado por Moraes e Jorge (2014) nas narrativas sobre os indígenas. Essa imagem fortalecida prevalece sobre o que está correto no segundo sentido possível de ser atribuído ao

⁹ Anexo C

título expresso, o acadêmico. Conforme apresentado pela Lei de Diretrizes e Bases da educação, em Brasil (1996), consta que para a titulação de doutor há todo um percurso acadêmico.

Amorim (2011) resgata que na permanência no presídio da Ilha Grande, os presos políticos traficavam informações pelas visitas de parentes e advogados, e que o Comando Vermelho carioca e o PCC paulista usam o mesmo artifício. Na reportagem de Vargas e Pereira (2013b), os autores afirmam que a atividade desempenhada por advogados no PGC era levar e trazer cartas, recados e até cartões micro SD. Por meio destas mensagens que levavam e traziam ordens, exercendo a mesma função desempenhada pelos advogados das outras facções.

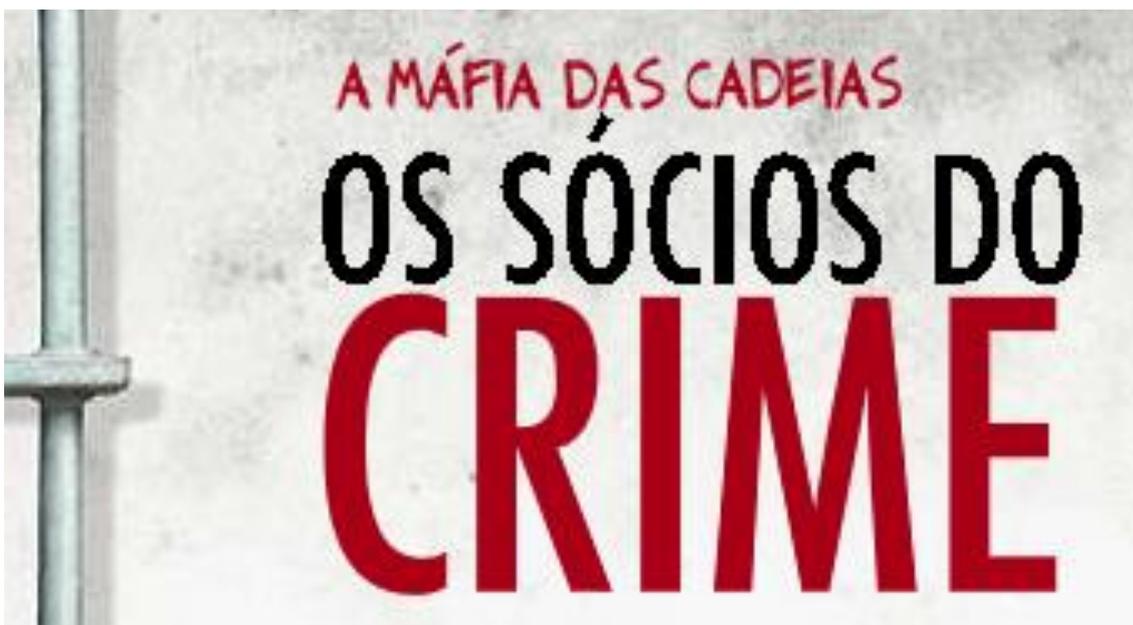
O que a aproximação entre as palavras *Doutores* e *crime* faz é reforçar essa mesma imagem para a facção catarinense. Tanto no sentido de aprendizado capacitando os criminosos quanto a literalmente titulados doutores, materializando o entendimento comum de que as cadeias são universidades do crime, quanto nas ferramentas usadas por eles: os ‘doutores’ advogados. O uso das palavras apresenta esses dois sentidos ao buscar no imaginário social a aproximação com o crime; isto sendo possível pelo que Amaral (1986), afirma ser um sentimento ‘quase natural’, estando o jornalista imerso no tempo/espaço do leitor, na mesma comunidade.

Vale ressaltar que a não utilização da expressão *A máfia das Cadeias* é feita para não generalizar os advogados, evitando conflito com outra sociedade dentro da sociedade, parafraseando Thompson (2002): a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Com a mesma intenção, a palavra *Doutores*, mesmo no plural, simboliza um grupo de advogados, o plural sendo único, não o todo, mas a exceção. Se a expressão *Doutores do crime* estivesse associada à expressão *A máfia das Cadeias* fortaleceria negativamente a imagem da OAB, como se a Ordem fosse a *máfia*. Assim, até a ausência da expressão serviu seu propósito neste título analisado. Neste sentido, as palavras *Doutores e crime* são outros dois mitemas encontrados, o mitema *crime* sendo repetido para ressignificar a expressão *Doutores*, para assim, reforçar a ideia do mal, do inimigo, dos que estão fora da lei.

4.1.4 Título de capa da edição no 9.855: *A máfia das cadeias: os sócios do crime*¹⁰

O quarto título da série de reportagens (Ilustração 4) retorna com as palavras *máfia*, *cadeias* e *crime* aliando-as ao sentido empresarial trazido pela palavra *sócios*.

Ilustração - 4 - Recorte da edição nº 9.855, título: Título da quarta capa.



Fonte: A MÁFIA... (2013c)

Para entender o impacto da palavra *sócios*, traz-se o que Vargas e Pereira (2013e), apontam sobre o início do PGC:

Em 3 de março de 2003, quando o Estado começava a planejar o envio de presos para a recém-construída Penitenciária de São Pedro de Alcântara, na Grande Florianópolis, se deu a fundação, batizada inicialmente de "G" (O Grupo)". Ali se juntaram detentos de alta periculosidade, que viriam a se comunicar e tramar crimes da prisão para as ruas, como Nelson de Lima, o Setenta, Pedro Alves, o Pedrinho, Valdir Saggin, Jackson Luis Cardoso, o Ioga, Marcos Paulo Capistrano Melo, o Cientista, Valmir Gomes, o Macaco, Rudinei Ribeiro do Prado, o Derru, Renê Augusto Rocha, o Cumpadre, Rudinei Siqueira, o Nobre Guerreiro, e Davi Schroeder, o Gângster. Assim como em estruturas constituídas de fato, a liderança foi fundamentada em uma espécie de primeiro ministério, sem líder máximo e com 10 presos encabeçando as decisões, aliciando, ameaçando e até mesmo determinando o extermínio de testemunhas. Ou seja, na prática, as decisões mais importantes, como matar aliados e desafetos, passam pelo colegiado dos criminosos.

¹⁰ Anexo D

É o conselho vitalício que emana de dentro da cadeia ordens para os sintonias. Estes são responsáveis por repassá-las aos cinco disciplinas gerais, que então dissipam as mensagens aos disciplinas de bairro e da periferia. Como a toda regra há exceção, em missão específica são selecionados integrantes. Em inquérito policial que se arrasta desde 2010 na Justiça de Tijuca, na Grande Florianópolis, a Diretoria Estadual de Investigações Criminais (Deic) relata que a facção cresceu de forma vertiginosa a partir de maio de 2003, aos moldes do Comando Vermelho (Rio de Janeiro) e do Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo (VARGAS e PEREIRA, 2013e).

Resgatando o entendimento de Thompson (2002), a questão penitenciária não se resume aos muros, grades, celas e trancas: mas sim a “*uma sociedade dentro de uma sociedade*”. Se há uma sociedade paralela nas cadeias, conforme acredita Thompson (2002), ela segue os mesmos parâmetros da que se conhece. Uma sociedade, ou a imagem que se faz dela, conta com agentes sociais que a movem, dentre eles o empresarial, capaz de impulsionar a economia; o público, regido pelos três poderes; os não governamentais, entre outros. Acima são mencionados alguns nomes dos responsáveis pela fundação da facção, pessoas, ironicamente, visionárias, que implantaram o modelo de negócio existente em outro estado sem precisar pagar franquia. Este modelo de negócio é o que está sendo chamado pela reportagem de *A máfia das cadeias*.

A existência de um estatuto que rege a facção paulista, como noticiado por Alves (1997), organiza a estrutura criminosa em uma empresa. Tal organização exige a contribuição dos que não estão presos – e aqui entra o já mencionado dízimo, a contratação de advogados, auxílio aos familiares dos presos e ações de resgate. O artigo 7º do estatuto apresentado por Alves (1997, p. 9) aponta o poder jurídico exercido pela facção: “aquele que estiver em Liberdade 'bem estruturado' mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, serão condenados à morte sem perdão”. Há ainda a definição de funções, como em uma fábrica ou repartição pública. Tudo no mesmo modelo do empreendimento das facções carioca e paulista, modelo empresarial adotado pela facção catarinense. Alves (1997, p. 9) aponta que no artigo 12 do PCC “o Partido não admite rivalidades internas, disputa do poder na Liderança do Comando, pois cada integrante do Comando sabe a função que lhe compete de acordo com sua capacidade para exercê-la”. Seguindo o mesmo padrão, Vargas e Pereira (2013g), autores da série de reportagens, mostram como essa empresa catarinense do crime divide as funções:

Em uma esfera mais baixa estão os que se dedicam ao tráfico de drogas, sequestros, roubos, aluguel de armas, ataques a bancos e cargas. Esses criminosos costumam se envolver nas comunidades, especialmente favelas e

bairros populares desassistidos. Praticam ações sociais locais para aumentar a sua proteção local com base na lei do silêncio. Num nível um pouco mais acima estão os que conseguem estabelecer conexões para fora do seu próprio ambiente, além da periferia. O PGC, na visão dos promotores, tem atuação diversificada, na qual os elementos vão de um lugar ao outro e desenvolvem ações articuladas. É este time que faz a ponte entre a rua e a cadeia e cumpre as ordens de líderes presos. No nível mais elevado estão criminosos que conseguem conexões com organizações de maior abrangência. No caso dos catarinenses, é como se agissem em um terreno fértil, promovendo corrupção e facilidades mesmo da cadeia, em associações com dimensões nunca vista antes no Estado, recheadas de poder, violência, vingança, impiedade e traição (VARGAS; PEREIRA, 2013g).

Na afirmação de Alves (2002, p. 16), “é já no título que se manifesta o sentido do texto”, levando isto em consideração, esta análise foi buscar no texto o sentido do título para além do que está expresso nos mitemas já mencionados. Os jornalistas Vargas e Pereira (2013d, p. 26), intitulam o que é noticiado no interior do jornal, em referência ao título da capa como uma “aliança com o pior do Brasil”. A reportagem traz um conflito entre o PGC e o PCC e uma associação entre a facção catarinense e o Comando Vermelho. De acordo com Vargas e Pereira (2013d) esta aliança/sociedade entre as facções delimita os territórios de ação, treinamento para uso de armas e torna o inimigo de uma, o inimigo da outra.

Ainda pensando no modelo empresarial adotado pelos integrantes da facção, e observando as possibilidades do negócio que ingressaram, observa-se a facção paulista tentando ingressar no mercado catarinense, criando conflitos e desestruturando o comércio ilegal do PGC. Como alternativa para sobreviver ao negócio, tendo em vista que o PCC está no negócio por muito mais tempo – desde 1993, segundo Alves (1997, p. 9) –, a solução foi buscar uma sociedade. Frente ao senso comum dos leitores catarinenses, sócios são parceiros – pessoas física ou jurídica – que trabalham/lucram juntos. No caso da facção criminosa catarinense, o sócio encontrado foi outra facção criminosa.

Em síntese, fazer o leitor pensar o crime como uma *máfia* assusta, mas ainda vigora no universo dos cinemas e seriados de televisão. Entretanto, fazer o leitor pensar o crime como uma empresa, com sócios, é mais tangível, aproxima-se mais da realidade, amedronta mais. Nesse sentido de mútua parceria, a expressão *sócios*, ressignificada pelo mitemas *máfia*, *cadeias* e *crime*, que se repetem, se apresenta como um mitema que reforça a ideia do mal, dos que estão fora da lei, do vilão.

4.1.5 Título de capa da edição no 9.856: *A máfia das cadeias: Presos por atentados em SC mais perto da liberdade*¹¹

Já foi apresentado o que está expresso nos mitemas *máfia* e *cadeias*, e as imagens que estes evocam, mas no quinto título (Ilustração 5) os mitemas são seguidos da expressão *Presos por atentados em SC mais perto da liberdade*.

Ilustração - 5 - Recorte da edição nº 9.856, título: Título da quinta capa.

A MÁFIA DAS CADEIAS

Presos por atentados em SC mais perto da liberdade

Fonte: A MÁFIA... (2013d)

A palavra *Presos* é muito ampla em sentidos, alguém pode ficar preso no trânsito, inclusive, mas a palavra *atentados* remete aos terrorismos, incluindo o noticiado na mesma edição sobre o medo e o pânico vivido em Boston, Estados Unidos, com uma imagem de quase meia página, abaixo do título analisado, conforme Anexo E. O termo *em SC* aproxima a lembrança dos acontecimentos dos leitores, fazendo com que rememorem, transportando a ideia de terrorismo para o local. Entretanto, é a menção de a liberdade poder ser concedida aos presos pelos atentados que suscita o medo compartilhado pela comunidade catarinense. Um medo comum de ver os tiros desferidos contra postos policiais, ônibus queimados e outros incidentes se repetindo. Neste sentido, a palavra *liberdade* que poderia ter um sentido positivo, quando associada aos *atentados em SC* suscita o medo de reviver tais acontecimentos. De modo que é mais interessante que os presos continuem *Presos*.

Sobre isto, Vargas e Pereira (2013i) reforçam que regras jurídicas poderiam liberar da cadeia os suspeitos de cometer os atentados. E isso, hipoteticamente, poderia resultar em mais atentados. Neste sentido, a promoção da segurança exigiria o sacrifício da liberdade dos outros, dos inimigos da sociedade, dos que fazem parte da *máfia*, dos que cometeram *crimes*. É esta exclusão do indesejável que normaliza as coisas. Em outras palavras, a *liberdade* é para os que praticam o bem e não para os que praticam o mal. Na percepção de Maffesoli (2003, p. 136) “a liberdade é esse crime que contém todos os crimes”.

¹¹ Anexo E

Ironicamente, a luta da comunidade catarinense por liberdade depende da prisão dos vilões, e para esses vilões a luta é pela paz, justiça e liberdade, a exemplo do que consta no estatuto do PCC, apresentado por Alves (1997).

Como já mencionado por Bauman (2008), as expressões do medo circundam a escuridão, a morte, a impotência, a exclusão, o mal, o terror, o inadministrável e tudo o mais que fuja do controle humano, tudo que é incerto. Delumeau (2009) acrescenta temor, espanto, pavor, terror, inquietação, ansiedade, melancolia e angústia; e reforça a necessidade de um objeto determinado para se enfrentar tal medo. Para alguns, como resgata Freire (2007) o medo é projeção dos terrores morais pessoais. Para outros, o medo é criado visando consumidores, sendo a angústia diante da morte materializada em guerras, terrorismo, proliferação de doenças, violência urbana, etc. Neste título em específico o medo pode ser suscitado pela *liberdade* de *Presos*, e a incógnita de tal acontecimento.

Nesta perspectiva, intensificado pelos *atentados*, localizado no espaço abstrato/simbólico *em SC*, e aproximando da concretude pelo argumento *mais perto*. O título *Presos por atentados em SC mais perto da liberdade* carrega os mitemas *Presos* e *liberdade*, como possíveis situações que pendem a balança para a ideia da continuidade do mal. Suscita a ideia de o inimigo, dos que estão fora da lei, do vilão, voltar a trazer, ao menos na possibilidade, o caos. E, mais que isso, revive no leitor o medo de ter tudo de ruim solto nas ruas novamente. De modo que o título transpassa que é mais interessante que os presos continuem *Presos*.

4.1.6 Título de capa da edição no 9.857: *A máfia das cadeias: Suspeitos por onda de atentados seguem na prisão*¹²

No sexto título (Ilustração 6) os mitemas *máfia* e *cadeias* também estão presentes. Entretanto, da quinta para a sexta edição – no espaço de um dia –, os *Presos por atentados* se tornam *Suspeitos por onda de atentados* e *mais perto da liberdade* muda para *seguem na prisão*. Na sequência como foram veiculados, os quatro primeiros títulos apresentam como o caos se (de)forma na comunidade catarinense. O quinto título aponta para que essa possibilidade torne a acontecer e o sexto título encerra esta possibilidade com a vitória do bem sobre o mal, do justo sobre o injusto, do herói sobre o vilão, da ordem sobre o caos. Reforçando o que aponta Wainberg (2015), essa narrativa episódica afeta o humor coletivo

¹² Anexo F

com a utilização de palavras como *máfia*, *cadeias*, *suspeitos*, *atentados*, *prisão*, *sócios*, *dízimo*, *presos*, *doutores*, *crimes*, mitemas que remetem ao mesmo propósito, reforçar, fortalecer a imagem do vilão.

Ilustração - 6 - Recorte da edição nº 9.857, título: Título da sexta capa.



Fonte: A MÁFIA... (2013e)

Sobre a continuidade das prisões, Vargas e Pereira (2013f) relatam que a justiça decretara a prisão preventiva de 75 envolvidos na segunda onda de ataques a Santa Catarina, depois que o Ministério Público encontrou a solução para o impasse jurídico, mencionado anteriormente: "os quatro promotores do caso acrescentam que 26 suspeitos vão responder ao inquérito policial em liberdade. Isto significa que 101 pessoas foram responsabilizadas pela segunda onda de atentados no Estado" (VARGAS; PEREIRA, 2013f). Nesse sentido, a palavra *prisão*, significando a não liberdade dos criminosos é o mitema que encerra a narrativa construída nas seis edições. Para além de reforçar a ideia do mal, do inimigo, dos que estão fora da lei, do vilão, o último título da série de reportagens aquieta o caos com a permanência destes todos na cadeia. De certa forma, a máfia se dissipa e a cadeia cumpre o papel de prisão. Tem-se assim um desfecho narrativo.

4.2 APROXIMANDO O MITO QUE SE APRESENTA NO OBJETO

Durante a dissertação um mito se apresentou sorrateiramente, mas somente ao observar as recorrências simbólicas que se desvelam nos títulos foi possível aproximar a análise mitocrítica do mito diretor que rege o objeto analisado. É função da mitocrítica buscar o mito diretor. Pensando essa aproximação, traz-se a afirmação de Cassirer (2003, p. 63): "o mito não pode ser descrito como uma simples emoção porque é a *expressão* de uma emoção".

Na percepção de Pereira (1990, p. 11), o mito possibilita que os deuses sejam imitados “segundo os rituais da sacralidade e posse do absoluto, nas suas relações cósmicas com o homem”.

Conforme defende Barros (2014a, p. 61), “a comunicação não só fomenta e coloca em circulação imagens, contribuindo para sua eficácia, como também reprime boa parte delas”. Na imagem que o homem faz da comunidade que habita – ordenada em oposição ao que não é ordenado, a tudo que está além das fronteiras do que Eliade (1992) considera território ‘cosmos’ –, o que ameaça este ambiente remete ao ‘caos’. Ainda segundo Pereira (1990), quando o homem, habitante de determinado espaço/tempo, organiza o caos – à sua própria maneira –, em um mundo harmonioso, ele cria um cosmos. E, o cosmos criado é a narrativa histórica/mítica que o fundamenta. Essa aproximação feita na análise dos títulos faz com que o mito que se apresenta seja resgatado: o mito do caos.

Magno (1900) aponta que o Caos é o mais antigo dos deuses, e este morrera com a criação do mundo. Para o autor (1900, p. 12), o Caos era a matéria primordial, inerte conjunto de elementos disformes, discordantes e não unidos, “inimigos uns dos outros, todos estes elementos reunidos, mas em desordem, o frio e o calor, o seco e húmido (sic), os corpos moles e os corpos duros, os corpos pesados e os corpos leves, guerreavam-se constantemente”. A ordem se fez quando o céu se separou da terra, e ambos se tornaram deuses – “Coelus et Tellus” –, se casaram e originaram os demais deuses, segundo Magno (1900).

Antes de o mar, a terra, o céu e todas as coisas serem criadas, de acordo com Bulfinch (2002, p. 19), o que existia era o “Caos — uma informe e confusa massa, mero peso morto, no qual, contudo, jaziam latentes as sementes das coisas”.

Maffesoli (2003, p. 175) recorda que “[...] no mito, o Caos dá nascimento à Gaia, a Terra. E é esta que, por separação, dará origem a Urano, o Céu. Toda a tradição ocidental consagrará o triunfo deste último, simbolizado por Zeus. Classicamente, este, enquanto céu que domina, põe ordem”.

Hesíodo (2003) apresenta que no começo só havia o Caos.

O livro bíblico (2013, p. 3) traz no Gênesis que antes da criação “a terra era um vazio, sem nenhum ser vivente, e estava coberta por um mar profundo. A escuridão cobria o mar, é o Espírito de Deus se movia por cima da água. Então Deus disse: - Que haja Luz!”. Para Grimal (1987, p. 25), no começo havia o vazio do caos, “[...] não o vazio inexistente e negativo dos físicos e dos cientistas, mas um Vazio que é inteiramente potência e ‘matriz’ do mundo, vazio por desorganização e não por privação, vazio por ser indescritível e não por ser

nada”. De acordo com Faur (2007, p. 480), caos é um “estado não-organizado em que prevalecem forças disruptivas e no qual a energia não manifestada se movimenta de forma livre e desordenada”. A autora (2007, p. 37) traz parte dos textos antigos da tradição nórdica: “No início dos tempos, o grande caos rugia. Não havia mar, nem água, nem areia. Nenhuma terra abaixo, nenhum céu acima, somente um vão profundo, em que nada existia. (Edda poética)”.

Os egípcios, conforme aponta Cohn (1996, p. 18), acreditavam que o mundo foi modelado a partir de uma matéria informe, “[...] o que existira desde sempre fora o caos. Muitas vezes esse caos é descrito em termos negativos: não pode ser explicado, não se assemelha a nada e é a negação do mundo presente, atual”. Para o autor (1996), o caos egípcio era um oceano ilimitado, que eles chamavam Nun, noção que refletia a experiência vivida com a inundação do rio Nilo todos os anos. E, segundo ele (1996, p. 53), “[...] a mais antiga visão de mundo mesopotâmica, nada havia além do oceano salgado, primordial, ilimitado”, o início. Na mitologia egípcia, para Magno (1900, p. 244) o sol (Osíris) é o grande civilizador, “princípio que anima e fecunda o mundo”, e a lua (Isis) sua esposa. Em complemento, Cohn (1996, p. 63), afirma que “tal como os egípcios, e na verdade como todos os povos do antigo Oriente Próximo, os mesopotâmicos estavam convencidos de que a ordem do mundo existia apenas para o benefício deles próprio e de seus deuses”.

De acordo com Cohn (1996, p. 88), os hindus védicos criaram várias explicações para o cosmos, em uma delas “[...] é o deus Indra que domina o caos primordial e cria o mundo ordenado”. Eliade (1978, p. 51) aponta que estes hinos trazem diversas cosmogonias, mas quatro se destacam: “1) criação pela fecundação das Águas originais; 2) criação pelo despedaçamento de um Gigante primordial, Purusa; 3) criação a partir de uma unidade-totalidade, simultaneamente ser e não-ser; 4) criação através da separação do Céu e da Terra”. Em outra cosmogonia:

No início havia as águas cósmicas e elas eram refreadas ou cobertas por Vritra. O arquidemônio – cujo próprio nome significa ‘limitador’, ‘oposição’, ‘bloqueio’ – em geral era imaginado como uma serpente gigante (ahi) repousando sobre a montanha primordial ou contendo dentro de si a montanha, no interior da qual ficavam as águas (COHN, 1996, p. 91).

Em todas as cosmogonias míticas, de acordo com Cassirer (2003, p. 77), “a origem significa um estado primordial que pertence ao remoto passado mítico. Ela desvaneceu-se e desapareceu; foi substituída e afastada por outras coisas”. Na percepção de Cardoso (2007, p. 16), “[...] a dinâmica criadora vincula-se quase sempre a sucessivos

conflitos e infrações à ordem que, supostamente, os deuses deveriam proteger contra o assédio permanente das forças do caos, o que termina por conduzir a uma ameaça à criação, à cosmografia estruturada”. De acordo com Magno (1900, p. 256), para os hindus, *Brahma* é o princípio criador, *Vichnu* o princípio conservador e *Siva*, o princípio destruidor, conjunto que forma a “*Trimurti* ou trindade indiana”. É de *Brahma* que nascem as castas, doutrina que ordena a vida do hindu desde o nascimento até a morte, segundo o autor (1900).

Conforme resgata Eliade (1978, p. 31): “[...] é através da execução de um monstro ofídico – símbolo do virtual, do ‘caos’, mas também do ‘autóctone’ – que uma nova ‘situação’, cósmica ou institucional, vem a existir. Um traço característico, e comum a todos esses mitos, é o medo, ou uma primeira derrota, do paladino”.

Magno (1900) traz que os persas reconheciam *Zervane*, deus supremo sem princípio e sem fim como o tempo sem limite, dele nascem em luta perpétua os deuses *Ormuzd*, princípio do bem e da luz; e *Ahriman*, princípio do mal e das trevas. De maneira similar, Cohn (1996, p. 145) traz que os ensinamentos de Zoroastro conscientizam sobre uma guerra cósmica: “[...] a convicção de que uma poderosa força espiritual voltada para a manutenção e a ampliação da vida em um mundo ordenado luta contra uma força espiritual, igualmente poderosa, voltada para a destruição da vida e a redução do mundo ordenado ao caos”. Nesse raciocínio, “[...] não é possível duvidar de que a imperfeição, já presente no caos inicial, tenha passado para os seres e as etapas posteriores do universo, neles se reproduzindo”. (CARDOSO, 2007, p. 20) Em reforço, o pensamento de Marcondes Filho (2002, p. 224), salienta que “é como se a ordem fosse um padrão inconsciente ou inconscientemente passado pela cultura, pela religião, pela tradição, que faz com que sua ausência torne-se algo insuportável”.

A palavra vilão não é utilizada diretamente nos títulos analisados, mas a imagem é reforçada por diversas outras palavras e expressões, mitemas que se repetem atualizando a imagem. Na percepção de Silva (2017, p. 11), “o sentido só se dá no imaginário”. Nesse trajeto, segundo Barros (2014a, p. 62), “do ponto de vista do imaginário, a busca do público por informações, ideias e conhecimentos pode ser considerada como uma forma de organizar o caos, transformá-lo em cosmos e assim atribuir sentido ao mundo”. Assim, no contraditório das sociedades, segundo Silva (2017, p. 15), “o imaginário marca um desvio na percepção, o desvio que se faz padrão”, reformando, moldando, excluindo pela identificação e significação. Exclusão que fortalece a imagem do vilão, proposta desta análise.

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS APROXIMAÇÕES FEITAS

A aceitação do jornalismo, como menciona Barros (2001), leva em conta o imaginário, mesmo que inconscientemente. Neste movimento de construção e veiculação de notícias, o jornalismo cria a aceitação de determinadas imagens, propaga o pensamento de determinadas fontes e faz com que a ideia seja entendida como verdade comum no espaço abstrato/simbólico, na comunidade, onde é disseminada. Isso faz de um jornal uma tecnologia do imaginário capaz de potencializar mitos e reverberar conceitos, estereótipos, imagens, sentimentos, etc.

Compreender como se dá o fortalecimento da imagem do vilão por intermédio do medo que é expresso nas tecnologias do imaginário, neste recorte representada no jornalismo impresso, foi o desafio assumido por esta dissertação. Correlacionando a teoria do imaginário (DURAND, 2012), foi possível aprofundar o fazer jornalístico, contribuindo para melhor compreensão das tecnologias que catalisam o imaginário social.

Na análise mitocrítica realizada foram encontrados diversos mitemas que trabalharam para potencializar e fortalecer uma imagem específica, a imagem do vilão, evidência ancorada nos estudos de Campbell (1997), que agrupou conceitos que permitiram a compreensão da jornada do herói. O fortalecimento de uma imagem se dá pela recorrência simbólica. O fortalecimento da imagem do vilão, presente nos títulos da série de reportagens, dá-se pelas várias roupagens que o mito diretor assume.

O caos, causador da desordem, ou o estado que precede a ordem, é o que causa temor. A vida é ordenada, a morte simboliza a desordem. A justiça é ordem, o *crime* simboliza a desordem. A religião, predominantemente cristã no estado catarinense, ordena a comunidade, o pecado expresso no *dízimo do crime* é o próprio caos para a religião, e para esta comunidade. Uma sociedade simboliza ordem, *sócios do crime* é o paradoxo da ordem no caos, tornando mais perigosa a ordem estabelecida. *A máfia das cadeias* simboliza uma empresa, uma organização ilícita, mas também traz à tona todo o imaginário construído por filmes, faz tudo que foi assistido na segurança da poltrona do cinema, ou no sofá de cada lar, se materializar pela cidade. Cada mitema expresso no objeto analisado faz o medo ser revivido pelos leitores.

O fortalecimento da imagem do vilão, analisado nesta pesquisa, deu-se pelo medo interpelado através dos mitemas. Cada expressão presente nos títulos traz o caos primordial, traz a ideia de inimigo, de pecado, de morte, cada palavra remete ao crime presente

diariamente, o crime que causa desordem na comunidade. Nos títulos, a imagem do mito se repete, se atualiza, se complementa com as imagens que o leitor está familiarizado.

No que tange aos objetivos específicos desta pesquisa, em correlação com a teoria do imaginário (DURAND, 2012), foi possível aprofundar o fazer jornalístico, contribuindo para melhor compreensão das técnicas que catalisam o imaginário social. Assim, delineou-se que o jornal não só vende o que veicula, mas define estratégias para vender as narrativas construídas, estimulando, criando e recriando identificações com o leitor. Neste objeto, usando o medo que o leitor carrega em si, as imagens que este vivencia e, até, a religião que este comunga. Assim, a análise mitocrítica, sob a orientação do objetivo geral dessa pesquisa, permitiu estabelecer as seguintes considerações:

a. No título de capa da edição no 9.852, a expressão *A máfia das cadeias* possui dois mitemas que aproximam ao imaginário do vilão, que remetem ao caos. A palavra *máfia* é resgatada a partir do imaginário produzido pela cultura cinematográfica, identificada por uma autoridade que faz o papel de mentor (CAMPBELL, 1997). A palavra *cadeias* esta presente no imaginário cotidiano vivido pelo que é ordenado juridicamente, pelas leis que regem a comunidade catarinense, pelas leis que afastam o caos causado pelo *crime*.

b. No título de capa da edição no 9.853, os dois mitemas presentes no primeiro título se repetem, e são acompanhados de outros dois. Uma aproximação entre as expressões *A máfia das cadeias* e o *dízimo do crime* traz o mal do pecado para a narrativa. Como já trazido pela gênese bíblica, Deus venceu o caos, e é o único capaz de vencer o inimigo, o vilão milenar. Esta aproximação com o crime torna a expressão *crime* um deus combatente do Deus adorado pela maioria da população do estado de Santa Catarina.

c. O título de capa da edição no 9.854 é o único que não traz os mitemas *máfia* e *cadeias*. Mas traz *Doutores* e *crime*, aproximação que remete ao imaginário comum aos leitores catarinenses, reforçando a ideia de uma corrupção ao que é ordenado, reforçando a possibilidade de caos também em uma sociedade dentro da sociedade, a imagem do cosmos corrompido, caótico. Os doutores/advogados que trabalham para o *crime* são os vilões, os inimigos internos, os que se disfarçam para cometer crimes, os que praticam o mal com a face do bem, os lobos em pele de cordeiro, entre outras imagens que a comunidade catarinense possa ter resgatado. Um pequeno grupo de corruptos são os vilões expressos neste título analisado, um grupo que usa a porta da justiça para cometer injustiças.

d. O título de capa da edição no 9.855 repete a expressão *A máfia das cadeias*. Em complemento, o título traz palavras que possibilitam aos leitores projetar a imagem de uma empresa: os *sócios do crime*. Ao fortalecer a imagem de uma empresa do crime, com

sócios que permitem a lucratividade, tem-se o inimigo, o que causa a desordem, e o pior, sendo ordenado, estruturado, com poderes paralelos que o fazem ser ainda mais caótico. Ter *sócios* faz o vilão ainda mais perigoso. Torna o mal ainda mais malvado.

e. No título de capa da edição no 9.856, a expressão *A máfia das cadeias* resgata um sentimento comum ao povo catarinense. Nos quatro primeiros títulos os mitemas se repetem e apresentam como o caos se (de)forma na comunidade. Mas é neste quinto título que é apontada a possibilidade de o caos voltar a acontecer quando é expresso que estariam os *Presos por atentados em SC mais perto da liberdade*. *Presos e liberdade*, dispostos de maneira oposta na frase, com sentidos invertidos, denota que mantê-los presos é bom, mas a liberdade dos inimigos da sociedade se torna algo ligado ao mal. É com este título que a narrativa aproxima o medo sentido durante os acontecimentos que deram origem a série de reportagens. O medo até então inerte, mas presente na comunidade catarinense, tende a florescer suscitado pela narrativa.

f. Por fim, o sexto título analisado, o título de capa da edição no 9.857, encerra a narrativa da série de reportagens *A máfia das cadeias* com a afirmação de que os *Suspeitos por onda de atentados seguem na prisão*. As fontes oficiais embasaram toda a reportagem, logo, estar mais perto da liberdade e permanecer na prisão não é algo que acontece de um dia para o outro. Esta é a informação que deveria, eticamente, ser estampada na capa desde a primeira edição, caso a possibilidade de liberdade dos indiciados fosse concreta. Mas, pelo contrário, a série de reportagens criou uma narrativa, fortaleceu uma imagem através de diversas recorrências simbólicas. Assim, cada título da série de reportagens foi pensado para refletir a imagem do caos, do mal, do inimigo, do pecado, para reforçar a imagem do vilão comum, do vilão que atingiu a comunidade catarinense, dos presos, mafiosos, criminosos, sócios e doutores do crime. Assim, *prisão* se torna alívio.

g. A dicotomia entre a forma de apresentação do policial e do criminoso; entre o herói e o bandido, sem espaço para o contraditório, tendo sido a fonte oficial priorizada;

h. O jornalista está inserido na mesma comunidade, o que permite utilizar tanto a vivência interior quanto a exterior, para identificar a ‘*persona*’ do leitor ideal.

i. A repetição dos mitemas, assumindo diversas roupagens, fortalece uma ideia central, no caso a imagem do vilão.

j. Os títulos da série de reportagens estão carregados de efeitos de sentido, significados e significações, especialmente através das expressões que remetem ao arquétipo do inimigo/vilão.

k. Todo o fortalecimento da imagem do vilão partiu do princípio norteador da investigação focada na fonte documental, a fonte oficial.

l. O jornal, enquanto tecnologia do imaginário, apenas redistribui e amplifica um conceito negativo já estabelecido, o medo do desconhecido, medo do outro, medo do inimigo, aquele comumente tido por vilão.

Novamente, cabe ressaltar que as proposições aqui delineadas foram mais um desafio do que propriamente uma certeza, mas por si só, a relevância desta dissertação reside no assunto abordado. Assunto este que engloba três temáticas que continua necessitando de maiores estudos: a imagem do vilão, o medo no imaginário e as tecnologias do imaginário. Nesse sentido, a presente pesquisa permitiu a reflexão sobre a complexidade das relações sociais e midiáticas presentes no imaginário construído por tecnologias do imaginário. No corpus de pesquisa selecionado, pudemos identificar que o fortalecimento da imagem do vilão se deu por intermédio do medo que é suscitado por mitemas que expressam o arquétipo na própria imagem, o medo que é figurado, simbolizado nas imagens diversas que trazem a mesma sensação, a sensação de impotência perante a morte, perante o caos.

Em outros tempos, a imagem do inimigo, do mal, do vilão, foi transmitida oralmente, depois em textos escritos, em pinturas, em imagens fotográficas, hoje a internet dissemina esse medo. Mas no caso deste estudo, a tecnologia do imaginário usada foi o jornalismo impresso. O medo, ao ser colocado frente aos olhos do leitor, e deste pesquisador, assusta. Esse temor move a pesquisa e, enquanto critério para a noticiabilidade, vende o jornal. O pesquisador/jornalista sabe disso.

As tecnologias do imaginário se apropriam deste medo, não do medo enquanto sentimento particular, mas do medo que é expresso por elas. Ler sobre *A máfia das cadeias* no jornal é tão excitante quanto assistir no cinema. O medo move. As pessoas querem conhecer o que desconhecem. O desconhecido precisa ser figurado. As tecnologias do imaginário fazem isso, permitem que o desconhecido se apresente. É no imaginário que se conhecerá o que se deve temer.

Pelas aproximações feitas, alcançando o objetivo geral proposto, conclui-se que o mito diretor desta série de reportagens é o mito do caos. Esta conclusão se deu pelo processo de atualização de sentidos presente em cada título. O caos, de certa forma é o primeiro mal existente, ou criado. A ordem, ou o cosmos, como trazido por diversos autores no desenvolvimento desta pesquisa, é entendida pela oposição ao que está desordenado. A partir do que se entende por caótico deu-se sentido ao que é comum, a família, a amizade, a comunidade, o que é/está ordenado. E, em oposição, cria-se o inimigo do comum, do cosmos,

num primeiro momento o inimigo é aquele que não faz parte do círculo de amizades, o que faz parte de outra comunidade. Na esteira, cria-se o inimigo do que é sacralizado, em oposição ao comum religioso. Em tempos modernos, o inimigo da justiça, os criminosos. Todos vilões, cada qual ao seu tempo e espaço. Todos personagens de uma narrativa que remete ao caos, a narrativa mítica que ordena o tempo e o espaço. Ambientes abstratos onde o homem está inserido, em movimento, se atualizando, percorrendo a própria jornada de herói.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rogério de. Mitocrítica e Mitanálise no campo da hermenêutica simbólica. In: GOMES, Eunice Simões Lins. **Em busca do mito: a mitocrítica como método de investigação do imaginário**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011. P. 15-38
- ALVES, Crispim. Organização prega rebelião em presídios. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 9-9. 25 maio 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/YpxBtL>>. Acesso em: 2 ago. 2017.
- ALVES, Dinis Manuel. **Foi você que pediu um bom título?** Coimbra: Quarteto, 2002.
- A MÁFIA das cadeias. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p. 1-1. 12 abr. 2013.
- A MÁFIA das cadeias: o dízimo do crime. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p. 1-1. 13 abr. 2013.
- A MÁFIA das cadeias: os sócios do crime. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p. 1-1. 15 abr. 2013.
- A MÁFIA das cadeias: presos por atentados em SC mais perto da liberdade. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p. 1-1. 16 abr. 2013.
- A MÁFIA das cadeias: suspeitos por onda de atentados seguem na prisão. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p. 1-1. 17 abr. 2013.
- AMARAL, Luiz. **Jornalismo: matéria de primeira página**. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1986 (Coleção Temas de Todo Tempo)
- AMORIM, Carlos. **Comando vermelho: a história do crime organizado**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993. Disponível em: <<https://goo.gl/mggSUG>>. Acesso em: 21 mar. 2017.
- _____. **CV_PCC: A irmandade do crime**. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.
- ANTUNES JUNIOR, Fernandes Simões. **A retórica do medo: uma análise neurolinguística da mídia**. 2016. 309 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Faculdade dos Meios de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/qLsA3R>>. Acesso em: 12 abr. 2017.
- ARAÚJO, Francisco Cruz de. **Imagens do medo na mídia: uma análise das representações da violência em Natal-RN**. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/wf3bbv>>. Acesso em: 11 jan. 2016.
- ARISTÓTELES. **Sobre a Alma**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010. Tradução de Ana Maria Lóio. Disponível em: <<https://goo.gl/od7XmX>>. Acesso em: 2 nov. 2017.
- BANDEIRA, Pedro. **Robin Hood: a lenda da liberdade**. São Paulo: Quinteto Editorial, 2003.

Ilustrações de Marcos Guilherme.

BARBOSA, Flávia Cristina Silva. Vontade de verdade, mídia e poder: duelos entre os homens da lei e os sem lei. In: (Org.) FLORES, Giovanna G. Benedetto, NECKEL, Nádia Régia Maffi, GALLO, Solange Maria Leda. **Discurso, cultura e mídia: pesquisas em rede**. Palhoça: Ed. Unisul, 2015.

BARROS, Ana Taís Martins Portanova. A saia de Marilyn: do arquétipo ao estereótipo nas imagens midiáticas. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v. 12, n. 1, p.1-17, abr. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/74qwCb>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

_____. Comunicação e Imaginário: saberes arcaicos, fazeres contemporâneos. In: (Org) ALVES, Fábio Lopes; SCHROEDER, Tânia Maria Rechia; BARROS, Ana Taís Martins Portanova. **Diálogos com o imaginário**. Curitiba: CRV, 2014. P. 57-70

_____. **Jornalismo, magia, cotidiano**. Canoas: Editora Ulbra, 2001. (Coleção Mundo Mídia)

_____. Raízes dos estudos do imaginário: teóricos, noções, métodos. In: (Org) ARAUJO, Denize Correa; CONTRERA, Malena Segura. **Teorias da Imagem e do Imaginário**. Compós. 2014. 368 p; 50-78

BARROS, Eduardo Portanova. Imagem e Imaginário: as contribuições de Michel Maffesoli, um anarquista romântico. In: (Org) ALVES, Fábio Lopes; SCHROEDER, Tânia Maria Rechia; BARROS, Ana Taís Martins Portanova. **Diálogos com o imaginário**. Curitiba: CRV, 2014. P. 47-56

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988. Tradução de Mario Laranjeira.

BASTOS, Ângela. **A dor silenciosa de quem perdeu alguém para o crime organizado: a facção não só mata, mas também faz calar**. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/chH2ti>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. Tradução de Plínio Deutzien.

_____. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Tradução de Carlos Alberto Medeiros.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Violência, povo e polícia: violência urbana no noticiário de imprensa**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet.

BIANCHIN, Neila. **Romance reportagem: onde a semelhança não é mera coincidência**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

BÍBLIA Sagrada: Nova tradução na linguagem de hoje. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013.

BILL, Mv; ATHAYDE, Celso. **Falcão: meninos do tráfico.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

BITENCOURT, Antonio Belamar Oliveira de. **Risco e pânico moral:** um estudo sociológico do ‘Medo do Crime’ na revista Superinteressante 2008-2012. 2013. 151f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/MJhf6v>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BOTELHO, Thatiany Lúcia Moura. **Visão sistêmica e perceptiva da pobreza no imaginário do medo pós-moderno:** reflexos espaciais na cidade do Recife, 2010. 171f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/e1CjQc>> Acesso em: 9 jan. 2017.

BRAIT, Beth. **A personagem.** São Paulo: Ática, 1985.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Congresso Nacional. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.620 p. (Ação Parlamentar 384). Disponível em: <<https://goo.gl/woxQ2C>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 1, de 11 de agosto de 1827. **Lei Imperial de 11 de Agosto de 1827.** 1. ed. Rio de Janeiro, RJ, 11 ago. 1827. v. 1, n. 1, Seção 1. Disponível em: <<https://goo.gl/E95zGH>>. Acesso em: 26 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.** 1. ed. Brasília, DF, 20 dez. 1996. v. 1, n. 1, Seção 1. Disponível em: <<https://goo.gl/tCroJC>>. Acesso em: 26 out. 2017.

BRONOSKY, Marcelo Engel. **Manuais de redação e jornalistas:** estratégias de apropriação. Ponta Grossa: Uepg, 2010.

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia:** história de deuses e heróis. 34. Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. Tradução de David Jardim.

CADEMARTORI, Ana Carolina. **Notícias de violência e crime no Jornal Nacional:** Do medo do crime ao controle da ordem, 2012. 135f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/wC1k1m>> Acesso em: 11 dez. 2016.

CADORIN, Fábio Bitencourt. **Imagem amadora no telejornalismo em tempos de cultura digital:** implicações sobre o valor-notícia visualidade, nas perspectiva de editores-chefes de telejornais de abrangência estadual de Santa Catarina. 144 f. 2015. Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão. Disponível em: <<https://goo.gl/9n6smr>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

CAMARGO, Jean Carlos Gomes. **Os medos e os processos de segregação sócio-espacial na**

cidade de Brasília, 2010. 125f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais: Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/Uzvf2h>> Acesso em: 11 dez. 2016.

CAMPBELL, Joseph. **As máscaras de Deus: mitologia oriental**. São Paulo: Palas Athena, 1994. Tradução de Carmen Fischer.

_____. **O herói de mil faces**. 10. Ed. São Paulo: Cultrix; Pensamento, 1997. Tradução de Adail Ubirajara Sobral.

CAMPOS, Carolina. A Vaca Misteriosa na Floresta: a peleja entre o profano e o autoritarismo. **Revista Internacional d'Humanitais** 41. set-dez 2016 CEMOrOc-Feusp / Univ. Autônoma de Barcelona. Disponível em: <<https://goo.gl/sGXdxq>>. Acesso em: 2 mai. 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Aspectos da cosmogonia e da cosmografia escandinavas. In: (Org) CANDIDO, Maria Regina. **Mitologia germano-escandinava: do caos ao apocalipse**. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2007. (Coleção Projeto Antuiguidade)

CARLI, Anelise Angeli de; BARROS, Ana Taís Martins Portanova. Imaginário: uma construção teórico metodológica para os estudos do jornalismo. **Conexão – Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 14, n. 27, p.17-30, jul. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/ad85mH>> Acesso em: 11 dez. 2016.

CASSIRER, Ernst. **O mito do estado**. São Paulo: Códex, 2003. Tradução de Álvaro Cabral.

_____. **Antropologia Filosófica** – Ensaio sobre o Homem, Introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Mestre Jou, 1977. Tradução de Vicente Felix de Queiroz.

CHIAVENATO, Júlio José. **O inimigo eleito: os judeus, o poder e o anti-semitismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

CHRISTINO, Márcio Sérgio. **Por dentro do crime**. 2. Ed. São Paulo: Fiuza, 2001..

CÍCERO. **A amizade**. São Paulo: Escala, 2006. Tradução de Luiz Feracine.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. Cosac & Naify, 2004. São Paulo: Tradução de Paulo Neves.

COHN, Norman. **Cosmos, Caos e o mundo que virá: as origens das crenças no Apocalipse**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Tradução de Claudio Marcondes.

DELEUZE, Gilles. **Sade/Masoch**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1973. 146 p. Tradução de José Martins Garcia.

DELUMEAU, Jean. **A história do medo no ocidente, 1300-1800: Uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Tradução de Maria Lucia Machado.

DIÁRIO CATARINENSE. **Relembre as cinco ondas de atentados em Santa Catarina desde 2012**. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/iHtcHo>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente**: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. 504 p. Tradução de Vera Ribeiro.

DOUTORES do crime. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p. 1-1. 14 abr. 2013.

DUBY, Georges. **Ano 1000, ano 2000**: a pista de nossos medos. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998. Tradução de Eugênio Michel da Silva e Maria Regina Lucena Borges-Osório.

DUMAS, Alexandre. **As aventuras de Robin Hood**: edição comentada. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Tradução, apresentação e notas de Jorge Bastos.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012. Tradução de Hélder Godinho.

_____. **Campos do imaginário**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. Tradução de Maria João Batalha Reis.

_____. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. 3. Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004. Tradução de Renée EveLevié. (Coleção Enfoques. Filosofia)

_____. Sobre a exploração do imaginário, seu vocabulário, métodos e aplicações transdisciplinares: mito, mitanálise e mitocrítica. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 11, n. 1-2, p. 243-273, 1985.

ELIADE, Mircea. **História das crenças e das idéias religiosas**: da idade da pedra aos mistérios Elêusis. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Tomo 1. V 2. Tradução de Roberto Cortes de Lacerda.

_____. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Tradução de Rogério Fernandes. (Tópicos)

EKMAN, Paul. **A linguagem das emoções**. São Paulo: Lua de Papel, 2011. Tradução de Carlos Szlak.

FARIA, Mônica. **Imagem e imaginário dos vilões contemporâneos**: o vilão como representação do mal nos quadrinhos, cinema e games. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Meios de Comunicação Social, Programa de Pós-Graduação em Comunicação social. Porto Alegre, maio de 2012, Tese, 276 páginas. Disponível em: <<https://goo.gl/j2buWP>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

FARIAS, Sandra Maria Barbosa. **O monstro do medo e a leitura na escola**, 2013. 126f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/UqKg6n>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

FAUR, Mirella. **Mistérios nórdicos**: deuses, runas, magia, rituais. São Paulo: Pensamento,

2007.

FERNANDES, Fátima Regina. Cruzadas na Idade Média. In: (Org.) MAGNOLI, Demétrio. **História das guerras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 105 – 137

FERREIRA JUNIOR, José. **Capas de jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico visual**. São Paulo: Editora Senac, 2003.

FERREIRA-SANTOS, Marcos; ALMEIDA, Rogério de. **Aproximações ao imaginário: bússolas de investigação poética**. São Paulo: Képos, 2012.

FORTES, Leandro. **O segredo das redações: o que os jornalistas só descobrem no dia-a-dia**. São Paulo: Contexto, 2008.

FORTUNA, Gabriel Galdino. **O Heitor de Homero e as diversas faces do medo**, 2015. 107f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/gPgm7K>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 40.ed. Petrópolis: Vozes, 2012. Tradução de Raquel Ramallete.

FREIRE, Antônio Júlio Garcia. **O medo da morte e os temores infundados: uma investigação acerca da natureza da alma em Lucrecio**. 2007. 88 f. Dissertação (Mestrado) Pós-graduação em Metafísica - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/73k173>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na cultura**. Porto Alegre, 2010. L&PM. Tradução de Renato Zwick.

G1 SC (Santa Catarina). Globo.com. **RBS vende suas operações em Santa Catarina**. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/e9xaBh>>. Acesso em: 7 out. 2017.

G1 SC (Santa Catarina). Globo.com. **Suspeito de ligação com tráfico e envolvimento com ataques é preso**. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/KQizTB>>. Acesso em: 7 out. 2017.

GLASSNER, Barry. **Cultura do medo**. São Paulo: Francis, 2003.

GOMES, Eunice Simões Lins. **A catástrofe e o imaginário dos sobreviventes: quando a imaginação molda o social**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Comunicação e identificação: ressonâncias no jornalismo**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

_____. **Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar**. São Paulo: Hacker Editores. Edusp, 2003.

GOMES NETO, Pedro Rates. **A prisão e o sistema penitenciário: uma visão histórica**. Canoas: Editora da Ulbra, 2000.

GRAY, Jeffrey. A. **A psicologia do medo e do "stress"**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Tradução de Junéia Mallas e Maria Inez Lobo Vianna.

GRIMAL, Pierre. **A mitologia grega**. 4ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.

GRUPO RBS. Disponível em: <<https://goo.gl/XENwfH>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

GURFINKEL, Aline Camargo. **Fobia**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. (Coleção Clínica Psicanalítica).

HESÍODO. **Teogonia**: a origem dos deuses. 5. Ed. São Paulo: Iluminuras, 2003. Tradução de Jaa Torrano (Edição revisada e acrescida do original grego)

IBGE. **Brasil**: Santa Catarina. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/CUZjgs>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

JORGE, Thais de Mendonça. **Manual do foga**: guia de sobrevivência para jornalistas. São Paulo: Contexto, 2008.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Tradução de Maria Luíza Appy e Dora Mariana R. Ferreira da Silva.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: O que os jornalistas devem saber e o público exigir. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004. Tradução de Wladir Dupont.

KOVÁCS, Maria Júlia. **Morte e desenvolvimento humano**. 5. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

KRISHNAMURTI, Jiddu. **A mente sem medo**. 2. Ed. São Paulo: Cultrix, 1980.

_____. **O mundo somos nós**. Lisboa: Livros Horizonte, 1985. Tradução de Maria Beatriz Branco.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. **Sobre a morte e o morrer**: o que os doentes têm para ensinar a médicos, enfermeiros, religiosos e aos seus próprios parentes. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. Tradução de Paulo Menezes.

KUNCZIC, Michael. **Manual de comunicação**: conceitos de jornalismo – norte e sul. 2. ed. São Paulo: Edusp. Com-Arte, 2001. Tradução de Rafael Varela Jr.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1985. (Série Princípios).

LEFEBVRE, Georges. **O grande medo de 1789**: os camponeses e a Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Tradução de Carlos Eduardo Castro Leal.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **O foco narrativo, ou, a polêmica em torno da ilusão**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1985. 96 p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e Significado**. Lisboa: Edições 70, 1987. Tradução de António Marques Bessa.

LOBATO, Monteiro. **Robin Hood**: tradução e adaptação. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

LUDWIG, Paula Fernanda. **Em busca do vilão**: rumores e intrigas na literatura. DLCV – João Pessoa, v.12. n. 1; jan/jun 2016. 87-99. Disponível em: <<https://goo.gl/2HBL7S>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

MAFFESOLI, Michel. **Apocalipse**: opinião pública e opinião publicada. Porto Alegre: Sulina, 2010. Tradução de Andrei Netto e Antoine Bollinger.

_____. **A transfiguração do político**: a tribalização do mundo. 3ª. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2005. Tradução de Juremir Machado da Silva.

_____. **O instante eterno**: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. São Paulo: Zouk, 2003. Tradução de Rogério de Almeida e Alexandre Dias.

MAGNO, Albino Pereira. **Mitologia**: história do paganismo de vários povos da antiguidade, Egípcios, Assírios, Babilônios, Persas, Gregos, Romanos, Indús, Scandinavos, Bretões e Gaulêses, e sucintas narrações dos seus usos e costumes em relação com as suas crenças religiosas: interpretação, e explicação das diversas passagens mitológicas dos "Lusíada". Lisboa: J. Rodrigues & C, 1900. Disponível em: <<https://goo.gl/CUsR7m>> Acesso em: 28 abr. 2017.

MAIEROVITCH, Wálter Fanganiello. As associações mafiosas. **Revista Centro de Estudos Judiciários - CEJ**, Brasília, v. 1, n. 2, p.101-107, ago. 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/BBkbYL>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

MANCINI, Cristiane. A incidência da máfia na economia italiana na crise da União Europeia. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade - Rms**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.34-43, dez. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/1nBiSr>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

_____. **O capital da notícia**: Jornalismo como produção social da segunda natureza. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1989. (Série Ensaios).

_____. **O espelho e a máscara**: o enigma da comunicação no caminho do meio. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí, Editora Unijuí, 2002.

MARTINO, Luís Mauro Sá. Mídia e poder simbólico: um ensaio sobre comunicação e campo religioso. São Paulo: Paulus, 2003.

MOLICA, Fernando. (Org.) **50 anos de crimes**: reportagens policiais que marcaram o jornalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MONTEIRO, Sueli Aparecida Itman. Cultura e educação: a poética do solo no imaginário da violência. In: TEIXEIRA, Maria Cecília Sanches; PORTO, Maria do Rosário Silveira (Org.). **Imaginário do medo e cultura da violência na escola**. Niterói: Intertexto, 2004. p. 87-96.

MORAES, Heloisa Juncklaus Preis. Sob a perspectiva do imaginário: os mitos como categoria dos estudos da cultura e da mídia. In: (Org.) FLORES, Giovanna G. Benedetto, NECKEL, Nádia Régia Maffi, GALLO, Solange Maria Leda. **Análise do Discurso em rede: cultura e mídia**. V. 2. Campinas: Pontes, 2016.

MORAES, Heloisa Juncklaus Preis; BRESSAN, Luiza Liene; OSNILDO, Reginaldo. O medo no imaginário e o imaginário do medo. **Revista Memorare**. Tubarão, v. 4, n. 2, p.192-206. 2017. Especial Dossiê II "Imaginário e Cotidiano". Disponível em: <<https://goo.gl/zvtBgm>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

MORAES, Heloisa Juncklaus Preis; JORGE, Leidiane Coelho; A pregnancy simbólica de um estereótipo: as narrativas tecidas pelos descendentes dos colonizadores acerca dos Xokleng no município de Pouso Redondo – SC. **Sociopoética**, João Pessoa/PB, v.1, n.15, jul-dez.2015. Disponível em: <<https://goo.gl/rGe1Pj>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. (Org.) **O jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. (Coleção Comunicação) p. 29-35.

_____. O nome do jornal. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. (Org.) **O jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. (Coleção Comunicação) p. 85-98

_____. O título e os títulos. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. (Org.) **O jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. (Coleção Comunicação) p. 99-116.

_____. Posturas do leitor. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. (Org.) **O jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. (Coleção Comunicação) p. 173-190

MOURA, Catarina. Um sentido para o design. Da fragmentação tecnoimagética do real à ilusão da totalidade. In: (Org) ARAUJO, Denize Correa; CONTRERA, Malena Segura. **Teorias da Imagem e do Imaginário**. Compós. 2014. 368 p; 79-113

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A genealogia da moral**. São Paulo: Escala, 2005. Tradução de Antonio Carlos Braga (Coleção grandes obras do pensamento universal ; 20)

NSC COMUNICAÇÃO (Santa Catarina). NSC. **Diário Catarinense**. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/zoXSxD>>. Acesso em: 26 out. 2017.

O PODEROSO chefe. Direção de Francis Ford Coppola. Produção de Albert S. Ruddy. Rio de Janeiro: Paramount Pictures Brasil, 2004. (175 min.), son., color.

OLINTO, Antonio. **Jornalismo e literatura**, Porto Alegre: JÁ Editores, 2008.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Prisão: um paradoxo social**. 3. Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

OSNILDO, Reginaldo. **A (des) construção do estereótipo do cidadão-presidiário no jornalismo impresso de Santa Catarina sob a perspectiva de Bakhtin**: um estudo de caso das capas da série de reportagens A máfia das cadeias, veiculada pelo jornal Diário Catarinense. 2015. 115 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2015.

PARMEGIANI, Raquel de Fátima. O apocalipse e o imaginário do medo nas iluminuras medievais. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh**, São Paulo, p.1-11, jul. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/i9aHHc>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

PEREIRA, Armando da Câmara. **Ciência e mito nos descobrimentos**: ensaio iconológico sobre cosmografia e cartografia. Açores: Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1990.

PIRES, Cristine de Andrade. A influência de O Poderoso Chefão na narrativa de Família Soprano. **Sessões do Imaginário (online)**, Porto Alegre, v. 20, n. 33, p.42-50, 10 nov. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/Pk3tvE>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

PITTA, Danielle Perin Rocha. **Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2005.

PLUTARCO. **Obras morais**: como distinguir um adúlador de um amigo, como retirar benefício dos inimigos, acerca do número excessivo de amigos. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2010. Tradução de Paula Barata Dias. Disponível em: <<https://goo.gl/Pcq9wg>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

PYLE, Howard. **As aventuras de Robin Hood**. São Paulo: Martin Claret, 2009. Tradução de Luiz Fernando Martins.

QUADROS, Imara Pizzato. Violência simbólica na escola: apenas um olhar. In: TEIXEIRA, Maria Cecília Sanches; PORTO, Maria do Rosário Silveira (Org.). **Imaginário do medo e cultura da violência na escola**. Niterói: Intertexto, 2004. p. 19-23.

RIBEIRO, Elzimar Fernanda Nunes. Dos que se movem nas trevas: imagens bestiais e repressão em Torquato Neto e Sophia Andresen. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 15, n. 29, p.99-114, jul. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/PchLD7>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

RICOEUR, Paul. **O mal**: um desafio à filosofia e à teologia. Campinas: Papyrus, 1988. Tradução de Maria da Piedade Eça de Almeida.

RODRIGUES, Ivan. O pior capítulo da história. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p. 2-3. 12 abr. 2013.

ROSA, Ana Paula da. Imagens-totens em permanência X tentativas midiáticas de rupturas. In: ARAUJO, Denize Correa; CONTRERA, Malena Segura. (Orgs) **Teorias da Imagem e do Imaginário**. Compós. 2014. 368 p; 28-49.

SALLA, Fernando. Decifrando as dinâmicas do crime. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, [s.l.], v. 30, n. 87,

p.174-179, 2 fev. 2015. ANPOCS. Disponível em: <<https://goo.gl/quMTK1>>. Acesso em: 28 out. 2015.

SENDEREY, Israel Drapkin. **Imprensa e criminalidade**. São Paulo: Editor José Bushatsky, 1983. Tradução de Ester Kosovski.

SÊNECA. **As relações humanas**: a amizade, os livros, a filosofia, o sábio e a atitude perante a morte. São Paulo: Landy, 2002. Tradução de Renata Maria Parreira Cordeiro.

SERELLE, Marcio Serelle. **Jornalismo e guinada subjetiva**, Estudos em Jornalismo e Mídia - Ano VI - n. 2 p. 33 - 44 jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/3rcdbT>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

SILVA, Gislene. Imaginário coletivo: estudo do sensível na teoria do jornalismo. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p.244-252, dez. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/zwHpRs>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

SILVA, Juremir Machado da. **As tecnologias do imaginário**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

_____. **Diferença e descobrimento**. O que é o imaginário? A hipótese do excedente de significação. Porto Alegre: Sulina, 2017.

SILVA, Luzia Batista de Oliveira. **O imaginário e os complexos do imaginário na obra de Gilbert Durand**. In: (Org) ALVES, Fábio Lopes; SCHROEDER, Tânia Maria Rechia; BARROS, Ana Taís Martins Portanova. **Diálogos com o imaginário**. Curitiba: CRV, 2014. P. 29-45

SILVERSTONE, Roger. Por que estudar a mídia? São Paulo: Loyola, 2002. Tradução de Milton Camargo Mota.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. O império do grotesco. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SODRÉ, Muniz. Sociedade, mídia e violência. Porto Alegre: Sulina; Edipucrs, 2002. (Coleção Comunicação)

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.

SOUSA, Renata Cardoso de. Arquearia entre a Ilíada, uma gesta de Robin Hood e Henrique V. apresentada no **XXIII Ciclo de Debates de História Antiga – Política & Comunidade**, no dia 25 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/Xoj7c3>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

SOUZA, Percival de. **Narcoditadura**: o caso Tim Lopes, Crime Organizado e Jornalismo Investigativo no Brasil. São Paulo: Labortexto, 2002.

SPANNENBERG, Ana Cristina Menegotto. **A construção do leitor no jornal impresso**: estratégias de construção da recepção dos gêneros artigo opinativo e reportagem nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo. 2004. 229 f. Dissertação

(Mestrado) - Curso de Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/z3RPFu>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

SZPACENKOPF, Maria Izabel Oliveira. **O olhar no poder: A montagem branca e a violência no espetáculo telejornal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanches; PORTO, Maria do Rosário Silveira. Violência, insegurança e imaginário do medo. **Caderno Cedex - Centro de Estudos Educação e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 47, p.51-66, dez. 1998. Disponível em: <<https://goo.gl/kae8iz>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

TÉTU, Jean-Fraçois. Le Monde e Libération em perspectiva: Referências e significação: Le Monde. In: PORTO, Sérgio Dayrell. **O jornal: Da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília: Editora Unb, 2002. p. 191-201. Tradução de Sérgio Grossi Porto.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária: de acordo com a constituição de 1988**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005. v. 2.

_____. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Editora Insular, 2004. v. 1.

VARGAS, Diogo. PEREIRA, Felipe. **Agiotagem e pagamento de dízimo contribuem para subsistência do PGC**. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/MHcSj2>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. **Chamados de "gravatas", advogados participam da articulação dos crimes**. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/CGyF7C>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. 100 indiciados. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p. 4-7. 12 abr. 2013.

_____. Aliança com o pior do Brasil. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p. 26-28. 15 abr. 2013.

_____. **Fundação do PGC iniciou em 2001 na Penitenciária de Florianópolis**. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/aHjRDv>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. **Justiça decreta prisão preventiva de 75 envolvidos com segunda onda de ataques**. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/SSkv2H>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. **Ministério Público compara PGC a máfias como a Camorra**. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/dbwpYt>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. **Penitenciária de São Pedro de Alcântara é embrião de atentados em Santa Catarina**. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/Z3xhdn>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. **Regras jurídicas podem liberar da cadeia suspeitos de cometer atentados a Santa Catarina em fevereiro deste ano.** 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/68h1Us>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. **Traição e racha por dinheiro são parte da história do PGC.** 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/7w4d13>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

VISCOTT, David. **A linguagem dos sentimentos.** 10 ed. São Paulo: Summus, 1982. Tradução de Luiz Roberto S. S. Malta.

VOGLER, Christopher. **A jornada do escritor:** estruturas míticas para escritores. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. Tradução de Ana Maria Machado.

WAINBERG, Jacques A.. Os títulos, as emoções e a utopia. **Intercom:** Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, [s.l.], v. 38, n. 1, p.191-211, jun. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/ZmU8ri>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação:** Mass media: contextos e paradigmas. 8. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. **O imaginário.** São Paulo: Loyola, 2007. Tradução de Maria Stela Gonçalves.

ZANOTELLI, Juliano. Conheça a história da santa, pouco conhecida, mas que dá nome ao Estado. 22 de novembro de 2013. **Diário Catarinense** Santa Catarina. Disponível em: <<https://goo.gl/uQUfGH>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

ZATTI, Angela Helena. Caracterização do personagem-vilão em produções audiovisuais: estudo do paradoxo do vilão aprovado. **Revista Eletrônica Temática.** Ano VI, n. 08 – Agosto/2010. Disponível em: <<https://goo.gl/unqDZP>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

APÊNDICE – Motivações para a escolha do objeto

Quando a matéria prima da série de reportagens estava acontecendo – os acontecimentos que o jornal *Diário Catarinense* chamou de atentados –, eu era apenas um cobrador de ônibus que estudava jornalismo, um estudante que exercia a função de cobrador no itinerário da praia da Pinheira à Florianópolis. Durante o fatídico, ao presenciar toda a movimentação dos bastidores, vi o medo de todas as pessoas que dependiam do transporte público. O clima foi tenso, já que os alvos eram aleatórios e qualquer ônibus poderia ser incendiado.

Foram vários dias de trabalho sem saber se voltaria para casa.

Logo a primeira sequência de queimas passou e veio outra, com mais força. Senti o medo na pele, senti o medo nas conversas que movimentavam o intervalo entre um horário e outro, nas conversas com outros colegas motoristas e cobradores, nas conversas com os passageiros e entre eles. Nosso ônibus foi perseguido em uma oportunidade, e só não foi atacado por ter sido salvo por um sinal vermelho – enquanto estávamos parados no semáforo o ônibus que conseguiu ir adiante foi escolhido para virar cinzas.

Em vários dias de serviço fui escoltado pela polícia para que o ônibus em que trabalhava não fosse incendiado.

Ter vivido este momento foi um dos motivadores para a escolha do objeto desta dissertação e para a escolha da pesquisa sobre o medo. Como já descrito na análise, e nas considerações, o medo compartilhado pelo imaginário foi apropriado pelo jornalismo para fortalecer uma imagem determinada, a imagem do vilão.

Durante a construção desta dissertação eu entendia o porquê da revolta que tinha impulsionado os agressores a incendiarem ônibus e a atirarem contra postos policiais, entendia porque no ano de dois mil e oito fui preso preventivamente por um homicídio que não havia cometido. Não entendia que me tornara parte do imaginário que constrói o vilão até ser o próprio.

O fato de eu ter sido usuário de drogas e ter convivido com pessoas de má índole interferiu na decisão da justiça. Isso e o fato de eu ter estado no local do crime antes de ele acontecer. Sem que tomasse conhecimento (na época eu ainda não conhecia o imaginário) acabei construindo a imagem que me colocaria naquela situação. Tinha fortalecido a imagem que quase me condenara, tinha construído e fortalecido minha própria imagem de vilão. Tornei-me vilão, e o vilão da série de reportagens é o presidiário, o criminoso, o que está banido da sociedade.

Fiquei recluso de 2008 até 2010. A minha absolvição demorou dois anos e dois meses para acontecer. Nos presídios que fiquei detido tomei conhecimento da realidade paralela que a sociedade ignora. Toquei na ideologia impregnada nas paredes e analisei os presos que estavam comigo, analisei diálogos, comportamento, movimentos, sonhos e tudo que compartilham. Percebi que estava sozinho em um sistema prisional injusto, corrupto e ideologicamente moldado para a não reeducação do apenado. Tornara-me um vilão, aos moldes do que o imaginário social potencializa. Aos moldes do que o criminoso comum potencializa. Enquanto estive preso percebi que a prisão é um ambiente hostil que permitiu, na luta por direitos negados, o surgimento de representantes dos demais presos. O que facilitou o surgimento da facção criminosa Primeiro Grupo Catarinense.

De fato, para a sociedade esses são os vilões, vilões que, unidos, se revoltaram e atacaram a comunidade que os isolou.

Ter vivido as duas realidades, tanto como presidiário quanto cobrador de ônibus, permitiu que eu analisasse o fortalecimento da imagem do vilão com imparcialidade. Mas foi a graduação em jornalismo que ampliou a possibilidade desta análise, já que ao levar em consideração o funcionamento do jornalismo impresso como tecnologia do imaginário aproximaram-se as três situações: a imagem do vilão, o medo no imaginário e as tecnologias do imaginário.

A partir da análise desta dissertação, delineou-se que foi por meio da tecnologia do imaginário que a comunidade catarinense conheceu o que devia temer. As tecnologias do imaginário se apropriaram do medo, não do medo enquanto sentimento particular, mas do medo expresso por elas próprias, para fortalecer a imagem que os catarinenses passariam a temer a partir de então. A imagem do vilão, do criminoso, do crime que se organiza.

Pelas aproximações feitas, uma imagem fortalecida que remete ao caos.

Tubarão, maio de 2018.

Reginaldo Osnildo

ANEXOS

ANEXO A – EDIÇÃO Nº 9.852

SANTA CATARINA, SEXTA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 2013 - ANO 27 - Nº 9.852 - 2ª EDIÇÃO R\$ 2,00

DIÁRIO CATARINENSE

EXCLUSIVO

A MAFIA DAS CADEIAS

LEIA A PARTIR DE HOJE:

- ✓ COMO A FACÇÃO ALICIA ADOLESCENTES
- ✓ QUEM DÁ ORDEM PARA VIVER OU MORRER
- ✓ O PAPEL DOS ADVOGADOS DO CRIME
- ✓ QUAL A CHANCE DE NOVOS ATAQUES

No dia em que a polícia conclui o inquérito que indicia pelo menos 100 pessoas pela segunda onda de atentados em Santa Catarina, ocorrida em fevereiro, uma série de reportagens do *Diário Catarinense* faz revelações inéditas de como se formou e opera a facção que, de dentro das prisões, escreveu o pior capítulo da história recente do Estado.

CADERNO ESPECIAL

ANEXO B – EDIÇÃO Nº 9.853

SANTA CATARINA, SÁBADO, 13 DE ABRIL DE 2013 - ANO 27 - Nº 9.853 R\$ 2,00

DIÁRIO CATARINENSE

A MÁFIA DAS CADEIAS

O DÍZIMO DO CRIME

No segundo dia da série de reportagens que desvenda a facção que impôs o medo aos catarinenses em duas ondas de atentados, o *Diário Catarinense* revela como os criminosos extorquem de seus integrantes uma contribuição mensal e ameaçam os inadimplentes e seus familiares.

- ✓ **PRESO PERDEU A VIDA POR UMA DÍVIDA DE R\$ 100**
- ✓ **DETENTOS SÃO COOPTADOS NA CHEGADA À CADEIA**
- ✓ **COMO A PRISÃO QUE DEVERIA SER MODELO VIROU QG DA FACÇÃO**

Recibo de um pagamento e a contabilidade ilícita do PGC

RECIBO - 100,00
 João S. ...
 Dízimo
 mês 08/2012
 João S. ...

Lista de devedores "da rua" para o sistema
 Na tabela abaixo observamos as mensagens que foram enviadas, agora de forma organizada

Prejudicado	Devidor	Valor
Gaucho	batata	750, 20d
Gaucho	cris roma	900, 3m
Andi	di baiko	490, 30d
sabo	Cris roma	650, 3m
catatau	Curitiba nv	550, 4m
lila	iki e time	3.000, 1ano
andi	Bolinha roma	300, 5m
cabrito	Orelha rt	1200, 2m
cabrito	neguinhod	800, 1m
gordinho	floripa	720, 3m
fisura	neguinbok	1,38, 3mes e m
bruxo	Cris roma	225, 2m
bruxo	soni	vetra bruxo, 1,38
	danos	4anos
		130, 3m

Páginas 4 a 8

CAIO MARCELO



SALA DE AULA
Diário de Classe vai virar livro

Estudante Isadora Faber relatou na internet o dia a dia de escola em Florianópolis.

Página 23

BMW EM SANTA CATARINA

Executivos alemães se instalam em SC para erguer fábrica

Gestores da construção da montadora em Araquari já estão em busca de casa, escola para os filhos e aulas de português. Página 18

ANEXO C – EDIÇÃO Nº 9.854

www.diario.com.br

DOMINGO

DOUTORES DO CRIME

Na terceira reportagem da série sobre a facção que ordenou atentados em Santa Catarina, o DC revela como advogados serviam de elo entre a quadrilha e os executores dos ataques nas ruas. Páginas 24 a 28

"OI CUNHADO, A CUNHADA FALOU QUE A ADVOGADA CAIU COM VÁRIOS SALVE E RETORNO DO QUINZE, QUANDO A GENTE FOI ALMOÇA ELES JÁ TAVAM ESPERANDO ELA

NOIS
VAI TE QUE ARRUMÁ UM OUTRO GRAVATA DE CONFIANÇA PÁ TÁ DANDO CONTINUIDADE TAMÉM NO TRABALHO E FAZENDO ATÉ MESMO A SITUAÇÃO DA GRAVATA TAMÉM, NÉ MEU?

Trechos de conversas entre presos e da investigação policial

Essas informações são, na maioria das vezes, entregues aos familiares dos detentos durante as visitas e pelos advogados dos mesmos, já que nos presídios catarinenses os membros da OAB não são submetidos à revista pessoal para adentrarem no ergástulo.

DIÁRIO CATARINENSE

SANTA CATARINA, DOMINGO, 14 DE ABRIL DE 2013 - ANO 27 - Nº 9.854

R\$ 4,00



BMW começa a contratar em Santa Catarina

Das primeiras 38 vagas abertas pela montadora em Araquari, a maioria exige domínio de inglês e experiência. **Pense Empregos**

Mulher paciência

Perdoar é rotina para Érica, personagem de Flávia Alessandra em *Salve Jorge*.

TV SHOW

Justiça Como foi o mês sem proteção do Estado

O DC acompanhou quatro pessoas à espera de amparo jurídico enquanto a Defensoria Pública não era instalada no Estado. **Páginas 4 e 5**





PEDÁGIO SOB SUSPEITA

Autopista atrasa estudo para contorno da BR-101

Documentos a que o *DC* teve acesso revelam que a concessionária poderia ter começado sete meses antes a avaliação de impacto ambiental da obra vital para desafogar o tráfego na Grande Florianópolis. Páginas 4 e 5

A MÁFIA DAS CADEIAS

OS SÓCIOS DO CRIME

Na quarta reportagem da série, o *Diário Catarinense* mostra as ligações entre organizações nacionais e internacionais de exploração do narcotráfico e a facção que emergiu nos presídios de SC.

Investigação revela acordo entre o PGC e o Comando Vermelho, do Rio, e a rivalidade com criminosos do PCC paulista

ele fez diversos contatos com criminosos de diversas facções criminosas do país, onde em uma dessas oportunidades foi feito acordo entre o PGC e o Comando Vermelho (CV) do Estado do Rio de Janeiro.

em 2006 houve uma tentativa do PCC "Primeiro Comando da Capital" de São Paulo para unificar-se com o "PGC"; Que foi proposto que fosse rasgado o Estatuto do PGC, sendo que os membros deveriam permanecer sob o regimento do PCC;

Páginas 26 a 28

Caderno Esportes



Resultados ruins, mas situação boa

Vaga na semifinal está próxima para Avaí, de Pablo (E), e Figueirense.

Guarani de Palhoça cai para segunda divisão



A MÁFIA DAS CADEIAS

Presos por atentados em SC mais perto da liberdade

Com impasse jurídico sobre a abrangência da atuação do Ministério Público no caso, pedido de prorrogação de 75 prisões fica ameaçado e libertação de parte dos suspeitos pode ocorrer amanhã.

🔴 **Traição gerou racha na facção**

🔴 **Criminoso denunciou comparsas**

Páginas 32 e 33

Maricultura Fatma libera 92% de área no Sul da Ilha

Com a medida, o local, antes considerado de risco, está aprovado para criação de moluscos na Capital. **Página 25**

Aeroporto Começa hoje obra de acesso

Máquinas entram na pista para começar duplicação de rua em Florianópolis. **Página 16**

FUTEBOL ESTADUAL Kmarão antecipa os semifinalistas

Tendência apontada pela prancheta confirma análise do matemático. **Esportes**

MEDO E PÂNICO

EXPLOSÕES EM BOSTON RESSUSCITAM O TRAUMA DO 11 DE SETEMBRO NOS EUA

“ É lamentável, inacreditável

Catarinense Fabiano Miranda narra o momento do ataque que matou três pessoas.

Páginas 4 a 6

ANEXO F – EDIÇÃO Nº 9.857

www.diario.com.br

COMO MISTURAR ESTILOS

casanova

DIÁRIO CATARINENSE

SANTA CATARINA, QUARTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2013 - ANO 27 - Nº 9.857

R\$ 2,00

A MÁFIA DAS CADEIAS

Suspeitos por onda de atentados seguem na prisão

Justiça endurece regime de detenção e 75 pessoas permanecerão presas por ligação com ataques que ocorreram no Estado em fevereiro.

Heron, 19 anos, teve o corpo queimado na onda de ataques de fevereiro e agora quer ser policial

RICARDO WOLFFENSDORFF

✓ **VÍTIMAS RECOMEÇAM A VIDA** ✓ **AS DÚVIDAS DOS CATARINENSES**

Páginas 4 a 6

Explosões em Boston



EUA falam em reação ao terror

Norte-americanos fizeram vigília pelos três mortos e mais de 170 feridos.

Página 46

O outro lado Produtor de tomate comemora

Preço alto ao consumidor garante ganho até 1.000% maior na safra. Página 14

POLÊMICA À VISTA

Marco Feliciano visitará o Estado

Página 11

Confira nesta edição. Balanço Patrimonial da



Celesc

Páginas 23 a 42